

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

PRISCILA CÉSPEDE CUPELLO

**A MULHER (A)NORMAL:
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E
REVISTAS LEIGAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1925-1933)**

Rio de Janeiro

2013

PRISCILA CÉSPEDE CUPELLO

A MULHER (A)NORMAL: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E REVISTAS LEIGAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1925-1933)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Cristiana Facchinetti

Rio de Janeiro
2013

C974m Cupello, Priscila Céspedes

A mulher (a)normal: representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925-1933) / Priscila Céspedes Cupello – Rio de Janeiro: [s.n.], 2013.

109 f .

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2013.

Bibliografia: 99-109 f.

1. Psiquiatria - história. 2. Saúde mental. 3. Eugenia. 4. Mulheres. 5. Periódicos científicos. 6. História. 7. Brasil.

CDD 616.89

PRISCILA CÉSPEDE CUPELLO

A MULHER (A)NORMAL: REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E REVISTAS LEIGAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1925-1933)

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em de .

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristiana Facchinetti (PPGHCS/COC/FIOCRUZ) - Orientador

Prof.^a Dr.^a Ana Tereza A. Venancio (PPGHCS/COC/FIOCRUZ)

Prof.^a Dr.^a Yonissa Marmitt Wadi (Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIOESTE)

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Rachel Soihet (UFF- Universidade Federal Fluminense)

Prof. Dr. Flavio Coelho Edler (PPGHCS/COC/FIOCRUZ)

Rio de Janeiro

2013

*À minha mãe, Estelita Céspedes Cupello,
por ter investido na minha formação e
por ter sido sempre minha amiga.*

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora, Cristiana Facchinetti, por todo suporte, tanto acadêmico quanto emocional, que me foi dado durante esses dois anos de Mestrado e também no período da iniciação científica. Sem ela, dificilmente eu teria conseguido escrever esta dissertação. Tenho certeza de que todas as suas críticas foram construtivas e fundamentais para me fazer crescer como pessoa e como profissional, além de prover qualidade a este presente trabalho. Agradeço também ao seu grupo de pesquisa – composto por Pedro Muñoz, Rafael Castro, Melissa Motta, Rodrigo da Silva – pelas indicações de textos e pela ajuda, de modo geral, com as questões da dissertação.

Agradeço ao *Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde* todo apoio estrutural recebido no decorrer do curso de Mestrado e também na Iniciação Científica. Gostaria de incluir nesse agradecimento os funcionários da Casa de Oswaldo Cruz, especialmente, o Cléber e o Nelson.

Agradeço aos professores do *Programa*, principalmente àqueles dos quais fui aluna, como Gilberto Hochman, Flávio Édler, Lorelai Kury, Tânia Pimenta, Kaori Kodama e Luis Antonio Teixeira, pelas diversas conversas que inspiraram esta dissertação. Agradeço também aos professores que me ajudaram desde a Iniciação Científica, como Robert Wegner e Ana Venancio. Agradeço à CAPES por ter me proporcionado condições financeiras de me dedicar integralmente ao curso do mestrado.

Agradeço aos pesquisadores Silvana Vilodre Goellner e, especialmente, André Luis Silva por ter me enviado um CD via correio com imagens do livro do Renato Kehl, “Como escolher uma boa esposa”, o qual não constava nas bibliotecas do Rio de Janeiro.

Agradeço à historiadora Andreia Frazão pelos conselhos e por me permitir assistir, como ouvinte, a suas aulas sobre gênero e sexualidade no *Programa de Pós-graduação em História Comparada* da UFRJ.

Agradeço à historiadora Marta Mega por ter aceitado me orientar na graduação. Sem ela, dificilmente eu teria conseguido me formar a tempo para participar da seleção do Mestrado do PPGHCS.

Agradeço à Marcela Peralva pelas conversas incentivadoras e também por ter me fornecido sua dissertação para leitura e alguns artigos dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* para cópias.

Agradeço à minha banca de qualificação (Ana Teresa Venancio e Rachel Soihet) pelas dicas e sugestões de leituras, as quais contribuíram muito para o aprimoramento desta

dissertação.

Agradeço à Prof.^a Yonissa Wadi por ter aceitado participar da banca de defesa da dissertação na última hora.

Agradeço aos meus padrinhos por terem me ajudado com problemas familiares e financeiros, contribuindo para que eu conseguisse terminar meu curso de Inglês.

Preciso agradecer aos meus amigos do CEFET que me fizeram escolher, indiretamente, o curso de História. Agradeço especialmente aos amigos Rodolpho Hugo, Hugo Carvalho, Gabriel Carvalho, Thalles Resende, Carina Victorio, Leandro Moraes, Luis Lacerda, Gabriela Alcoar, Bárbara Moraes e Ana Campilho.

Agradeço aos meus amigos do curso de História, Daniele Evangelista, Cristiane Reis, Rafael Campos, Ricardo Jonard, Bruno Ferreira, Pamela Belém, Roberta Vieira, Patrícia Fernandes e Rodrigo Ballesteiro, por me escutarem falar mil vezes sobre a minha pesquisa e ainda me darem dicas e conselhos. Agradeço especialmente ao Hiram Alem pela ajuda com o Inglês.

Agradeço aos meus amigos do PPGHCS, Rodrigo Aragão, Gabi Harrison, Cecília Menezes, Elaine Gonçalves e Gabriela Miranda, por terem compartilhado comigo esses dois anos de pressões – devido aos mil prazos, aos diversos artigos e relatórios – e pelas conversas incentivadoras que me ajudaram com as dificuldades da pesquisa. Agradeço também aos meus amigos da Ilha pelas conversas e por me ensinarem a ser menos exigente comigo mesma e a aproveitar mais a vida.

Agradeço aos meus amigos em geral e peço desculpa por não poder citar todos. Ainda assim, saibam que todos são muito especiais para mim e fazem parte do que eu sou hoje, cada um com a sua particularidade.

Gostaria de dedicar um agradecimento especial ao Frederico Caldas por todo apoio emocional e, principalmente, por me fazer rir nas horas mais complicadas. Agradeço pela compreensão com todos os meus diversos problemas de saúde, por ficar ao meu lado e por sempre lutar para ficarmos juntos.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha mãe, irmã e toda a minha família por existirem na minha vida e tornarem tudo mil vezes mais fácil.

**“You can't always get what you want
But if you try sometimes
You just might find you get what you need”**

The Rolling Stones (1996)

SUMÁRIO	Página
Introdução	11
1. Abrindo os Arquivos de Fontes	19
1.1. Adentrando o universo das fontes	19
1.2. Autores e editores: diferentes vozes	24
1.3. Entre periódicos científicos e revistas leigas: uma análise do público-alvo e leitores	32
2. Projetos de Modernização Nacional: Entre impasses e soluções	37
2.1. A intervenção psiquiátrica no Brasil: da cura à prevenção	39
2.2. Os projetos da higiene mental para a modernização do Brasil	41
2.3. As inter-relações dos saberes eugênicos no Brasil: entre propostas e contradições	45
2.4. A cidade, o modo de vida burguês e constituição do gênero feminino	50
3. Parte I (a) – Representações do Feminino em Periódicos Científicos e em Revistas Leigas	59
3.1.a. <i>A Mulher Normal</i> : a visão da Higiene Mental	59
3.2.a. “Quem é bom já nasce feito”: Representações da <i>mulher normal</i> nas propostas eugênicas	61
3.3.a. Representações do feminino na revista <i>A Maçã</i> (1923-1929)	66
3.4.a. Representações do feminino na <i>Revista Feminina</i> (1914-1936)	72
3. Parte II (b) – A “Esposa-Mãe”: Mulher, Casamento e Maternidade	78
3.1.b. A importância da mulher no Projeto de Modernização Nacional	78
3.2.b. Mães e crianças no foco do projeto de modernização nacional	85
Considerações Finais	91
Referências Bibliográficas	99
FONTES PRIMÁRIAS	99
FONTES SECUNDÁRIAS	103

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a problemática da *normalidade* feminina, tendo em vista o movimento de intervenção médico-mental na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1925 e 1933. Esta pesquisa se apoia nos referenciais teóricos de gênero de Joan Scott (1994), nas conceituações acerca das representações e apropriações sociais de Roger Chartier (2002) e nas questões levantadas por Georges Canguilhem (1990) acerca das noções de normal, anormal e patológico. Para tanto, foram utilizados como fontes primárias os seguintes periódicos científicos: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1947) e *Boletim de Eugenia* (1929-1933), acrescidos de livros de profissionais da área da saúde pertinentes ao tema em foco. Além dessas fontes, foram analisadas duas revistas leigas: *Revista Feminina* (1915-1936) e *A Maçã* (1923-1929). Nosso intuito foi o de investigar em que medida os modelos de *normalidade* feminina propostos pelos higienistas mentais e eugenistas brasileiros eram ou não apropriados como normas de gênero em revistas leigas de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chaves: História da Psiquiatria; Higiene Mental; Gênero; Imprensa; Eugenia e Brasil República.

ABSTRACT

This study aims to analyze the problems of feminine *normality*, in view of the movement of medical intervention in Rio de Janeiro city between the years 1925 and 1933. This research is based on the theoretical references of gender by Joan Scott (1994), on the conceptualizations of social representations and appropriations of Roger Chartier (2002) and on the issues raised by Georges Canguilhem (1990) concerning the notions of normal, abnormal and pathological. Therefore, the following journals were used as primary sources: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1947) and *Boletim de Eugenia* (1929-1933), besides books on healthcare professionals relevant to the topic in focus. We also analyzed two non-scientific magazines: *Revista Feminina* (1915-1936) and *A Maçã* (1923-1929). Our aim was to investigate to what extent the models of feminine normality proposed by Brazilians mental hygienists and eugenicists were suitable or not as gender patterns in non-scientific magazines of general circulation in Rio de Janeiro city.

Key Words: History of Psychiatry, Mental Hygiene; Gender; Press; Eugenia and Republic Brazil.

Esta dissertação visa discutir a problemática da *normalidade* feminina, tendo em vista os conhecimentos construídos e divulgados por psiquiatras, higienistas mentais e eugenistas brasileiros pertencentes à *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM)¹ e analisar as formas de apropriação e os processos de negociação desses saberes por dois grupos sociais distintos: os editores e os leitores da *Revista Feminina* e da revista *A Maçã* (Chartier, 2002). Para tanto, o presente trabalho confronta o discurso médico contido nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1947) e no *Boletim de Eugenia* (1929-1933) acerca da *normalidade* feminina com o das duas revistas supracitadas, que eram revistas leigas de grande circulação no sudeste entre os anos de 1915 e 1929.²

Escolhemos como espaço geográfico de pesquisa a cidade do Rio de Janeiro não apenas por ser um dos locais em que as revistas selecionadas circulavam, mas também pela sua importância política, que influenciou os demais Estados brasileiros enquanto criadora, divulgadora e formadora de opinião (Besse, 1999, p. 26-27). Além disso, nessa região estava concentrada a maior parte da população alfabetizada do país, fator relevante para a análise do processo de apropriação dos saberes de *normalidade* feminina na sociedade baseado em textos escritos (Besse, 1999, p. 26-27).

O recorte temporal da investigação inicia-se no ano de 1925, com o lançamento dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, uma revista subvencionada à *Liga* e que tinha como objetivo divulgar os preceitos da higiene mental e militar em prol da prevenção das doenças

¹ Em 1923, o médico e psiquiatra Gustavo Riedel fundou a *Liga Brasileira de Higiene Mental*, com sede no Rio de Janeiro. Esta instituição reunia médicos, psiquiatras, higienistas e eugenistas, como o renomado médico e eugenista Renato Kehl, com o intuito de discutir a melhoria das instituições asilares brasileiras. Contudo, a *Liga* rapidamente passou a abarcar um discurso profilático, principalmente após 1925 (Costa, 1989, p. 45). Os médicos mentais brasileiros utilizaram como modelo para a fundação da LBHM os padrões das ligas internacionais, além de se apoiarem nas teorias de hereditariedade e eugenia. Sendo assim, é praticamente impossível diferenciar os psiquiatras dos psicanalistas, eugenistas, ou higienistas mentais, já que os diferentes atores circulavam conjuntamente nos mesmos ciclos sociais. Entretanto, para esta dissertação, escolhemos trabalhar com os doutores membros da *Liga Brasileira de Higiene Mental*.

² A *Revista Feminina* (1915-1936) e *A Maçã* (1923-1929) encontram-se no acervo de microfilmes da Biblioteca Nacional do Estado do Rio de Janeiro. Já os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* e o *Boletim de Eugenia* foram consultados no acervo da Biblioteca de Manguinhos.

somáticas e mentais (Costa, 1989, p. 45). Já o marco final desta pesquisa corresponde ao ano de 1933, com o fim das publicações do *Boletim de Eugenia*, uma fonte médica fundada para divulgar os saberes da eugenia entre a população brasileira leiga. Portanto, nosso foco de análise inscreve-se no período em que as políticas médicas de intervenção no campo social estavam começando a focar na questão da prevenção das doenças como estratégia para enfrentar o problema da superlotação de doentes em instituições asilares e para diminuir o número de alienados na sociedade, contribuindo, assim, para o sucesso do processo de modernização do Brasil republicano.

O movimento médico em prol da prevenção das doenças mentais foi institucionalizado pelo decreto nº 17.805 de 23 de maio de 1927, que tornou de competência da *Assistência a Psicopatas* os cuidados com a população de alienados – os patológicos – e com aqueles em risco de se tornarem alienados – os anormais, denominados psicopatas, cujos perfis eram caracterizados como “alienados ou não” (Brasil, 23/05/ 1927).³

A intervenção médica no campo social ocorreu por intermédio da disseminação de normas de conduta que pretendiam definir identidades, normatizar comportamentos e estipular um determinado estilo de vida. O ambiente urbano era “expressamente responsabilizado pela geração de um número crescente de ‘degenerados’, cuja origem não [era considerada como] social, moral ou econômica, mas atribuída, sobretudo, a determinações biológicas da hereditariedade” (Cunha, 1986, p.26).

É importante salientar que este presente trabalho é um desdobramento da pesquisa de Iniciação Científica⁴ iniciada em 2008, que tinha o objetivo de investigar alguns diagnósticos psiquiátricos atribuídos a mulheres nas primeiras décadas do século XX no Hospício Nacional de Alienados (HNA)⁵, como a histeria e a loucura maníaco-depressiva.⁶ A análise dos casos clínicos de mulheres internadas no HNA demonstrou que muitas dessas reclusões ocorriam devido ao não cumprimento de obrigações domésticas e/ou maternas, como o caso da interna que recebeu o diagnóstico de psicose maníaco-depressiva quando parou de cuidar dos filhos e

³A legislação de 1903 assinala que alienado é o “indivíduo que, por moléstia congênita ou adquirida, compromete a ordem pública ou a segurança das pessoas” (*apud* Cunha, 1986, p. 46).

⁴A pesquisa intitulada “Loucura e Gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930)” foi desenvolvida sob orientação de Cristiana Facchinetti junto ao Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde - COC/Fiocruz (2008-2010, apoio: FAPERJ).

⁵Inicialmente chamado de Hospício Pedro II, fundado em 1852, teve seu nome mudado pela primeira vez após a Proclamação da República, quando passou a ser chamado, em 1890, de Hospício Nacional de Alienados, mudando de nome em 1911 para Hospital Nacional de Alienados. Em 1927, passou a se chamar de Hospital Nacional de Psicopatas (Facchinetti, Cupello e Evangelista, 2010).

⁶Este trabalho rendeu algumas publicações (Facchinetti e Cupello, 2011; e Facchinetti, Cupello e Evangelista, 2010).

da casa após o falecimento do marido (*Livro de Observações*, 1930). Este tipo de comportamento era classificado pela psiquiatria como sintoma de alienação mental, identificada através dos excessos, faltas, desvios e transgressões.

A pesquisa de iniciação científica possibilitou refletir acerca do mesmo movimento que, por um lado, articula o *patológico* a determinados comportamentos que devem ser eliminados por meio de um tratamento; e, por outro, constrói a noção de *normal* como um bem social que precisa ser conservado e preservado na sociedade. Dessa forma, “o anormal é o efeito obtido pela execução do processo normativo, é a norma manifesta no fato” (Canguilhem, 1990, p. 216).

Para circunscrever a anormalidade, Canguilhem a diferencia da patologia, salientando que “o anormal não é o patológico. Patológico implica em *pathos*, sentimento direto e concreto de sofrimento e de impotência, sentimento de vida contrariada.”. E a recíproca é verdadeira, haja vista que patologia não é ausência de normas: “a anomalia se manifesta na multiplicidade espacial, a doença na sucessão cronológica” (idem, 1990, pp. 106-107). O que o filósofo sublinha, portanto, é que o patológico é o processo do qual se originam e se desenvolvem os sintomas e o qual permite a intervenção clínica. Já o anormal seria o estágio que poderia vir ou não a se tornar patológico. No entanto, vale ressaltar que pensar em patologia de acordo com Canguilhem significa pensar que os estados patológicos se constituem como um fenômeno da mesma forma que os estados normais, se diferenciando apenas pela quantidade de aparição:

“Não é absurdo considerar o estado patológico como normal, na medida em que exprime uma relação com a normatividade da vida. Seria absurdo, porém, considerar esse normal idêntico ao normal fisiológico, pois trata-se de normas diferentes. Não é a ausência de normalidade que constitui o anormal. Não existe absolutamente vida sem universo de normas de vida, e o estado mórbido é sempre uma maneira de viver” (Canguilhem, 1990, pp. 187-188)

No que diz respeito à *normalidade*, o que era comumente considerado normal teria maior incidência quando comparado ao que era considerado anormal ou patológico (Canguilhem, 1990, p. 212). Isso se daria porque, para o filósofo, a vida se constitui enquanto uma normatividade. Em função disso, é permitido dizer que não existiria vida sem um valor próprio natural dos seres vivos. Tal valor desembocaria no estado normal do ser vivo, o estado habitual dos órgãos. No entanto, “em medicina, o estado normal do corpo” torna-se “o estado que se deseja restabelecer” (Canguilhem, 1990, p. 96). A norma, portanto, passa a ser proposta como o grande *Bem*, o valor desejável que se deve perseguir.

Se a valoração negativa de comportamentos e de estados patológicos pode ser encontrada nas papeletas das instituições psiquiátricas do período e em seus periódicos científicos, tal como verificado no trabalho de iniciação científica (Cupello, 2010), demos, então, um novo passo na direção do questionamento sobre a possibilidade de se encontrar seu contraponto, a *normalidade* tal como proposta pela medicina mental, na difusão de normas e valores na sociedade mais ampla do período estudado.

Para tanto, consideramos necessário conceituar e explorar algumas ideias, como o gênero e a formação de identidades, além do próprio conceito de normalidade, previamente introduzido. Nesse sentido, a fim de explorar a categoria de gênero, utilizamos a definição estabelecida por Joan Wallach Scott (1994), que entende o gênero como um saber que estabelece significados para as diferenças corporais percebidas, sendo, portanto, uma categoria histórica que pode ser usada para analisar as relações sociais.

A eleição do gênero como categoria de análise histórica parte da compreensão de que sexo e gêneros são construções históricas, sociais e culturais e de que ele é um elemento fundamental para a investigação histórica (Scott, 1994; Rago, 1997). Segundo Rago, o uso do gênero na historiografia foi fundamental para o questionamento acerca da dessexualização analítica da história. Portanto, inserir as mulheres na história permite uma ressignificação do que tradicionalmente se considera relevante e incide sobre a complexidade dos fenômenos sociais e históricos.

Dentro dessa ideia, uma das questões pertinentes é a noção de *descontinuidade*, apropriada por Scott a partir dos trabalhos de Foucault e Derrida. Para Scott, as representações de gênero têm uma historicidade na medida em que as categorias “homem” e “mulher” não são universais, mas construções contingenciais de um referido momento sociocultural e interligadas às redes de saberes e poderes locais.

As histórias de gênero também podem ser traduzidas como a história das relações de forças. Segundo Scott (1994, p. 18), “o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. Como afirma a historiadora Michelle Perrot (1995, p. 9): “as mulheres têm uma história (...) elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos”.

No processo de divulgação dos saberes sobre os corpos femininos, os médicos frequentemente reduzem, simplificam e rotulam a boa conduta feminina. Logo, analisar o discurso médico sobre a mulher é visualizar os dispositivos de poder engendrados por esses atores no processo de normalização, disciplinarização e sujeição dos corpos femininos. Essa

prática representa a “mulher normal” como uma categoria “vazia” e ao mesmo tempo “transbordante”, na medida que as representações criadas não se esgotam em si mesmas, sendo verossímeis com o real, entretanto, representando-o de forma limitada (Scott, 1994, p. 19).

De acordo com o filósofo Michel Foucault, as formulações de *normalidade* precisam ser analisadas a partir do universo discursivo dos atores sociais do período, levando-se em conta “o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos” e seus “jogos de relações” (Foucault, 1986, p. 33). Nesse sentido, as representações da *normalidade* feminina foram suscitadas através de um processo paulatino de construção de subjetividades e identidades, tal como proposto por Nobeit Elias em suas pesquisas sobre os costumes da corte de Luis XVI na França:

“interiorização individual das proibições que, antes, eram impostas de fora, em uma transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos de autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e faz passar da coerção social [*gesellschaftliche*] à auto coerção” (Elias, 2001, p 20)

Contudo, muito embora os indivíduos estejam inscritos no seu tempo e espaço e sejam também produtos dos discursos disciplinadores, consideramos ainda que eles também possuem certo espaço de liberdade para apreender, manipular e negociar com os discursos normativos, criando diferentes representações sobre si próprios e o mundo em que vivem. As identidades individuais e sociais são, portanto, aqui consideradas como produto da relação de força entre aqueles que detêm o poder de nomear e definir modelos e aqueles que aceitam, negociam ou resistem.

Para permitir analisar esse espaço de liberdade e negociação, utilizamos o conceito de *apropriação* de Roger Chartier (2002), a fim de inquirir as formas pelas quais o discurso médico da normalidade feminina perpassou e foi apropriado por leigos da sociedade brasileira. Conforme salienta Roger Chartier, “a apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (Chartier, 2002, p. 68). Assim, problematizar o *normal* e o *anormal* no feminino sob a ótica da apropriação pode dar margem para se falar tanto das normas sociais quanto das maneiras como os indivíduos interiorizam essas normas e da forma que se relacionam com elas (Sontag, 1977). E vale acrescentar que tais conceitos não são “estático[s] e pacífico[s]”, mas sim “dinâmico[s] e polêmico[s]” (Canguilhem, 1990, p. 221).

A defesa deste trabalho está centrada na linha seguida por Joan Scott, Michel Foucault,

Jacques Derrida e outros acerca de noções como desconstrução e descontinuidade, a fim de “relativizar o estatuto de todo saber, vincular o saber ao poder e teorizar sobre eles operacionalizando a diferença” (Scott, 1994, p.16). O método de análise utilizado nos dois conjuntos de fontes foi pensado a partir de Hans-Georg Gadamer (2002) em *Verdade e Método*, que considera a escrita historiográfica como uma hermenêutica (do grego *hermeneutiké*, arte de interpretar); ou seja, uma interpretação produzida no diálogo entre o presente (tradição historiográfica) e o passado (as fontes), produzindo uma verdade entendida como um acordo legitimado pela tradição e marcado pela sua própria historicidade. Pensar a normalidade a partir do método hermenêutico consiste em chamar a atenção para a historicidade do conceito de normalidade, questionando as bases pelas quais foram estabelecidos por diferentes matizes de reformistas na década de 1920, o que será discorrido ao longo deste presente trabalho, com enfoque na construção da representação do feminino.

Estrutura de capítulos:

Esta dissertação aborda a questão da normalidade feminina, investigando se os modelos de normalidade propostos pelos higienistas mentais e eugenistas brasileiros eram ou não apropriados como norma nas revistas leigas de grande circulação entre camadas altas e médias da sociedade carioca entre os anos de 1925 e 1933. Para tanto, dividimos a dissertação em três capítulos de explanação e exploração de tópicos e um capítulo referente às “Considerações Finais”.

O Capítulo 1, intitulado de *Abrindo os Arquivos de Fontes*, introduz a problemática da normalidade feminina e é composto por três subdivisões: o subitem “Adentrando o universo das fontes”, que apresenta uma discussão acerca das diferentes fontes selecionadas para este trabalho, destacando suas especificidades; o subitem “Autores e editores: diferentes vozes”, que destaca os principais atores sociais que abordaram a questão da normalidade feminina em seus livros e artigos; e o subitem “Entre Periódicos Científicos e Revistas Leigas: uma análise do público-alvo e leitores”, que apresenta uma análise, distinção e problematização dos leitores dos periódicos científicos e das revistas leigas.

O Capítulo 2, intitulado *Projetos de Modernização Nacional: Entre impasses e soluções*, discute os diferentes projetos de modernidade que estavam sendo gestados no Brasil desde o início do século XX e é constituído por quatro partes: o tópico “A Intervenção Psiquiátrica no Brasil: da cura à prevenção” historiciza a intervenção médico-mental na sociedade, destacando o momento em que esta se tornou cada vez mais intensa; em “Os

Projetos da Higiene Mental para a Modernização do Brasil”, há uma análise dos meios de divulgação usados pelos higienistas mentais para conseguirem disseminar seus ideais de prevenção das doenças psiquiátricas na sociedade; o tópico “As inter-relações dos saberes eugênicos no Brasil: entre propostas e contradições” apresenta uma análise dos caminhos usados pelos eugenistas para divulgarem os preceitos eugênicos para o maior número de leigos possível; e o tópico “A cidade, o modo de vida burguês e constituição do gênero feminino” expõe uma discussão acerca das diferentes críticas e propostas realizadas tanto por profissionais da saúde como por leigos no que tange às mudanças e à modernização social.

O Capítulo 3 – Parte I, denominado de *Representações do Feminino em Periódicos Científicos e em Revistas Leigas*, é conformado pelos seguintes eixos: no subitem “A Mulher Normal: a visão da Higiene Mental”, investiga-se o modelo de normalidade feminina divulgado nos textos de higiene mental, principalmente naqueles contidos nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental; em “‘Quem é bom já nasce feito’: Representações da mulher normal nas propostas eugênicas”, discute-se as representações de normalidade feminina contidas, majoritariamente, no *Boletim de Eugenia* e em livros eugenistas; no subitem “Representações do feminino na revista *A Maçã* (1923-1929)”, são expostos os diferentes tipos de representação de mulheres na revista *A Maçã*; e, finalmente, na sessão “Representações do feminino na *Revista Feminina* (1914-1936)”, analisa-se o modelo de mulher normal e saudável, colaboradora e militante do Brasil do futuro proposto pela revista.

O Capítulo 3 – Parte II, denominado *A “Esposa-Mãe”: Mulher, Casamento e Maternidade*, divide-se em dois pontos que abordam a apropriação do discurso científico de mulher normal nas duas revistas leigas selecionadas para este trabalho acadêmico: o primeiro, “A importância da Mulher no Projeto de Modernização Nacional”, empreende uma análise do discurso médico voltado para a mulher e dos discursos leigos que tratam sobre o feminino nas revistas leigas; e o segundo, “Mães e Crianças no foco do Projeto de modernização Nacional”, centra-se na importância da função maternal e da educação infantil para o sucesso do projeto de modernização nacional.

Nas Considerações Finais, explicita-se as análises realizadas ao longo da pesquisa acerca da divulgação científica da noção de normalidade feminina e discute-se a apropriação do discurso científico por setores sociais leigos da sociedade. Com isso, almeja-se chamar atenção para a diversidade de vozes presente na sociedade carioca na circulação do discurso acerca da normalidade feminina e relativizar a hegemonia dos saberes da higiene mental e da eugenia nesta mesma sociedade, entre os anos de 1925 e 1933, levando em consideração os interesses dos atores leigos envolvidos nessas relações.

CAPÍTULO 1:

Abrindo os Arquivos de Fontes

Esta dissertação tem como questão norteadora problematização das diferentes estratégias de representação da normalidade feminina nas décadas de 1920 e 1930 no Distrito Federal. Nosso interesse consiste em investigar até que ponto os discursos médicos-mentais foram apropriados e influenciaram na formação da identidade feminina na sociedade carioca durante o recorte temporal analisado. Com isso, buscamos responder em que medida as verdades científicas acerca do psiquismo da mulher ganharam – ou não – hegemonia e autoridade frente a outros saberes, isto é, se é possível – e o quanto é possível – apontar para uma *medicalização*⁷ da sociedade em ação no período.

Para explorar a problemática da normalidade feminina por meio de sua historicidade e descrever sua diversidade de vozes, recorreremos a análise de periódicos e revistas que circulavam no Brasil na década de 1920. Tal escolha deveu-se à compreensão de que estes veículos de comunicação participavam das estratégias de controle social por meio da divulgação de modelos normatizadores de identidades de feminino e masculino, por exercerem um forte impacto como formadores de opiniões (Del Priore, 2006, p. 283).

Para desenvolver este trabalho, selecionamos dois periódicos científicos especializados: os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925-1947) e o *Boletim de Eugenia* (1929-1933); e duas revistas leigas: a *Revista Feminina* (1914-1936) e *A Maçã* (1923-1929). Os periódicos científicos tinham circularidade mais restrita; já as duas revistas leigas tinham maior quantidade de tiragens e eram amplamente lidas por pessoas pertencentes a diferentes camadas da sociedade. A seleção destas fontes primárias resultou da intenção de constituir uma massa documental capaz de buscar “escutar melhor” a multiplicidade das vozes acerca das representações do feminino no Distrito Federal do Brasil república.

A seleção das revistas leigas foi realizada através de uma pesquisa no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para o levantamento dessas fontes, usamos como critério de seleção as seguintes palavras-chaves: “mulher”, “feminino”,

⁷ O conceito de medicalização da sociedade foi usado por muitos filósofos e historiadores para descrever o processo pelo qual as políticas de saúde pública foram adentrando o universo social e normatizando as condutas sociais. Tais políticas eram embasadas pelos preceitos científicos que estavam cada vez mais se afirmando como verdade no campo acadêmico e social (Caponi, 2009). A nossa proposta é investigar a abrangência e o poder dos saberes acerca do psiquismo e higiene mental na sociedade do período.

“feminismo”, “moça”, “dama”, “esposa”, “senhora”, “senhorita”, “dona de casa”, “casamento”, “família”, “filho”, “moda”, “eletrodoméstico”, “educação”. Além disso, tomamos como pré-requisito de seleção das revistas dar preferência àquelas que tivessem ampla circulação e regularidade, com públicos-alvo e linhas editoriais bem delineadas e distintas. Já os periódicos médicos foram selecionados em face de sua importância no período analisado, principalmente, para o grupo de psiquiatras, higienistas mentais e eugenistas pertencentes a *Liga Brasileira de Higiene Mental*.

A análise do conjunto de fontes selecionadas nos levou a alguns articulistas que tratavam, com frequência e profundidade, acerca dos papéis de gênero no Brasil. Assim, a partir da identificação da autoria dos artigos, obturamos uma ampliação da massa documental por meio da seleção de editores e articulistas que, recorrentemente, se debruçavam sobre o tema da mulher. Buscamos, então, contextualizar esses personagens e nos debruçar sobre suas produções, com o intuito de ampliarmos a complexidade do tratamento dado ao tema das mulheres pela medicina mental e de suas representações de *normalidade*.

Ao utilizarmos as fontes primárias selecionadas e livros de articulistas importantes para a nossa pesquisa, consideramos que seus discursos não apenas refletem fragmentos sociais, mas também atuam como modeladores de identidades de gênero. Desse modo, Dulcília Helena Buitoni destaca em sua análise acerca da imprensa feminina no Brasil que a “linguagem não serve só para relatar ou descrever. A linguagem diz as coisas. E a imprensa feminina, sendo linguagem, *diz* a mulher” (Buitoni, 2009, p.11). Logo, nossa proposta foi a de investigar em que medida os modelos de normalidade feminina divulgados pelos principais higienistas mentais e eugenistas do período eram – ou não – apropriados pelos articulistas das revistas leigas. Em caso positivo, buscamos demonstrar as diferentes formas de apropriações desses saberes. A seguir, especificaremos cada uma das fontes selecionadas e destacaremos melhor seus atores.

1. 1. Adentrando no universo das fontes:

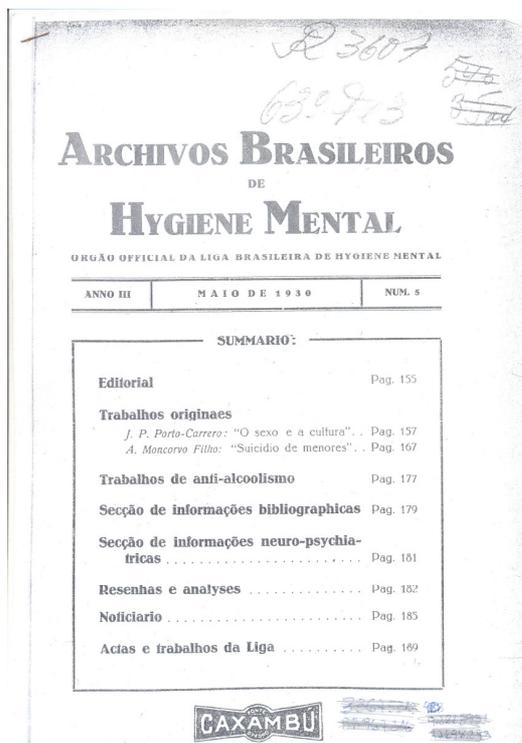
O periódico *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*⁸ foi lançado em 1925, sendo instituído como o “órgão oficial da *Liga Brasileira de Higiene Mental*”.⁹ Logo após seu

⁸ Denominado daqui em diante como *Arquivos*.

⁹ O editorial de outubro de 1929 declara os *Arquivos* “órgão oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental” e informa que a Liga está, desse modo, concretizando sua “grande e nobre missão” de elaborar um “órgão de

lançamento, a *Liga* passou por dificuldades financeiras, as quais ocasionaram a interrupção das publicações dos *Arquivos* por três anos consecutivos (1926, 1927, 1928). Somente em outubro de 1929, com a *Liga* financeiramente restabelecida, é que a publicação do periódico foi retomada. Esse retorno só ocorreu devido aos esforços dos membros da *Liga*, que angariaram patrocínio por meio da venda de espaço nas primeiras e últimas páginas da revista para anúncios (‘Atas e trabalhos da Liga’, *Arquivos*, 1929, II, 1, p. 28).

O primeiro periódico analisado foi o *Arquivos*, que tinha volumes robustos, compostos por aproximadamente 200 páginas cada número. No primeiro exemplar do ano de 1929, seu editor informava que a periodicidade deixava de ser semestral para se tornar mensal e “aparecendo no dia 15 de cada mês” para levar a “todos os recantos do Brasil a opinião, os apelos e os conselhos dos nossos eminentes neuro-higienistas” (‘Editorial’, *Arquivos*, 1929, II, 1, p. 1). Abaixo, segue a foto da capa deste periódico:



Arquivos Brasileiros de Higiene Mental – Maio de 1930

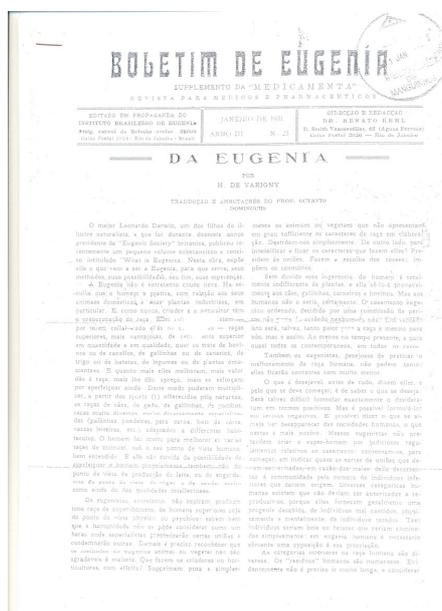
O segundo periódico científico analisado se intitula *Boletim de Eugenia*¹⁰, fundado no ano de 1929 pelo mais conhecido eugenista brasileiro, Renato Kehl (1889-1974). O *Boletim* foi edificado com os recursos financeiros do próprio eugenista. De acordo com o historiador Vanderlei Souza (2006), o editor teria se inspirado em alguns jornais alemães que divulgavam

doutrina e de combate (...) por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideais de higiene mental e eugenia” In: ‘Editorial. *Arquivos* 1929, II, 1, p.1.

¹⁰ A partir daqui denominado de *Boletim*.

os preceitos da eugenia, com os quais mantivera contato durante sua viagem à Europa.

Já no primeiro número, Kehl intitulou o periódico de "modesto", alegando que "desejava, apenas, auxiliar na campanha em prol da eugenia entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam também orientar-se sobre o momentoso assunto" (*Boletim*, 1929, I, 1, p. 1). Neste primeiro exemplar, ele ratificou o caráter precursor do *Boletim*, tanto no que tange a sua periodicidade (mensal) quanto no tocante à divulgação dos ideais da eugenia no Brasil, até então presentes somente nos *Anais da Eugenia* distribuídos em São Paulo e em alguns artigos dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (*Boletim*, 1929, I, 1, p. 1). Abaixo, segue a imagem da capa do *Boletim*:



Boletim de Eugenia – Jan de 1933

No que tange às revistas leigas, a primeira a ser analisada foi a *Revista Feminina*¹¹, que teve Virgilina de Souza Salles como sua mentora e fundadora. Inicialmente, tratava-se de um folheto quinzenal intitulado *A Luta Moderna* e cuja primeira publicação ocorreu em 1914, com distribuição nacional de 30 mil exemplares gratuitos, ao longo das suas sete primeiras edições, para 60 mil assinantes em potencial (Besse, 1999, p. 27). O patrocínio para a distribuição foi dado diretamente pelo filho da criadora, o escritor, teatrólogo e membro da Academia Brasileira de Letras Cláudio de Souza¹² (Mancilha, 2011, p. 7).

A revista era propriedade da Empresa Feminina Brasileira, que “fabricava e comercializava produtos destinados às mulheres, desde cremes de beleza a livros de culinária,

¹¹ Chamada a partir daqui de *Rev. Fem.*.

¹² Nesta dissertação compreendemos que Cláudio de Souza era filho de Virgilina de Souza Salles, tal como Susan Besse afirma em seu livro “Modernizando a Desigualdade” (1999, p. 27). Entretanto, encontramos nos trabalhos de Virgínia Mancilha, que Cláudio de Souza era irmão da fundadora da *Revista Feminina* (2011, p. 4).

romances, etc.” (Buitoni, 1986, p. 44). Em 1915, a revista passou a se chamar *Revista Feminina* e tornou-se uma publicação mensal. De acordo com o editorial de 1915, a *Revista Feminina* é a “mais bem feita revista, especialmente dedicada às senhoras, ocupando-se de artes e letras, modas, poesias, contos, informações, conhecimentos úteis etc.” (*Rev. Fem.*, 01/1915, p. 9). A seguir segue a foto da primeira página da *Revista Feminina*:



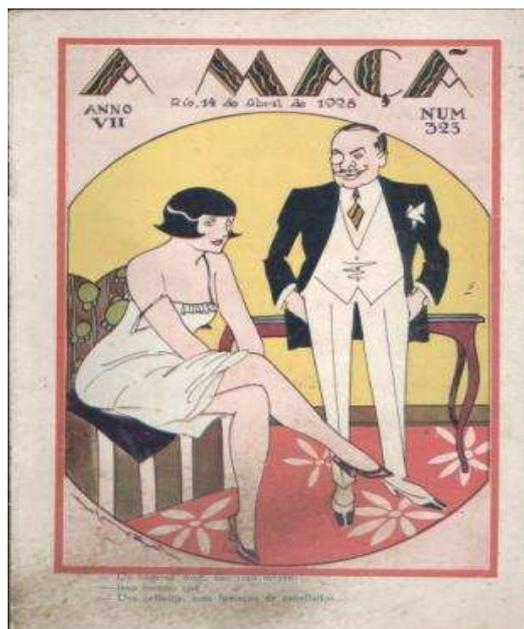
Revista Feminina – Agosto de 1915

A segunda revista leiga analisada foi *A Maçã*, uma revista quinzenal cuja fundação ocorreu em 11 de fevereiro de 1922 pelo jornalista, crítico, poeta, contista e memorialista Humberto de Campos (1886-1934). O dinheiro para manter o *magazine* vinha de anúncios que eram publicados nas primeiras páginas do mesmo. Já o diretor da revista era um personagem criado por Humberto de Campos, intitulado Conselheiro X.X., que também escrevia as crônicas de capa da *A Maçã*.

A seguir, tem-se as capas da revista *A Maçã*, que apresentam maior investimento em designer e ilustrações coloridas que as demais revistas analisadas:



Revista A Maça - Março de 1924



Revista A Maça - Fevereiro de 1922

Tendo em vista os diferentes perfis das fontes selecionadas para esta dissertação, no próximo tópico, discutiremos o lugar social dos agentes fundadores destas fontes e também os principais escritores que se destacaram em suas páginas.

1.2 Autores e editores: diferentes vozes

A assiduidade com que o médico psiquiatra Mirandolino Caldas¹³ escreve artigos e editoriais dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* salta-nos aos olhos. O médico não era uma figura tão proeminente no movimento de higiene mental brasileiro, mas sua participação como editor e articulista da revista o coloca em primeiro plano de nossa investigação. Além dele, destacamos também a atuação do Dr. Julio Porto-Carrero (1887–1937),¹⁴ vice-presidente da *Liga* e grande divulgador da higiene mental e da eugenia no Brasil. Julio Porto-Carrero foi escolhido para a nossa pesquisa em consequência da grande quantidade de artigos por ele produzidos que tratavam direta ou indiretamente do tema da mulher, da família e do

¹³ Mirandolino Caldas ocupou o cargo de diretor e de secretário-geral da *Liga Brasileira de Higiene Mental* e foi membro honorário da *Liga Argentina de Higiene*, além de ser fortemente engajado na luta em prol da higiene mental, sendo eleito o diretor da Clínica de Eufrenia (Moura & Boarini, 2012, p. 224). Não encontramos informações sobre a data de nascimento e morte desse médico, nem mais informações sobre sua biografia.

¹⁴ Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e um dos primeiros psiquiatras brasileiros a instituir uma clínica psicanalítica no Brasil (1923), Porto-Carrero trabalhou no Hospício Nacional de Psicopatas (1910) e foi professor da cátedra de Medicina Legal na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Segundo Cristiana Facchinetti (2012, p. 47), o médico, “apoiado na eugenia e na psicanálise, buscava investir não apenas no isolamento, mas também na prevenção, detecção e correção de possíveis desviantes”.

casamento. Esses assuntos foram abordados não apenas nos *Arquivos*, mas também em diversos livros de sua autoria. Outro médico selecionado foi Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima (1876-1960),¹⁵ que assiduamente abordava o tema da mulher em artigos e livros de sua própria autoria.

Já quando o assunto é eugenia no Brasil, não podemos deixar de destacar a atuação do diretor do *Boletim de Eugenia*, o médico e farmacêutico Renato Ferraz Kehl.¹⁶ O eugenista era o principal escritor do *Boletim*. Entretanto, encontramos no periódico outros médicos, associados ou não à *Liga Brasileira de Higiene Mental*, dissertando em menor escala, além de também nos depararmos com muitos artigos sem autoria.

A ênfase na figura de Renato Kehl, no que diz respeito à nossa pesquisa, se dá não apenas por sua maciça presença como articulista, tanto nos *Arquivos* quanto no *Boletim*, mas também pelo fato de Kehl ter se debruçado sobre a questão da mulher e do casamento em diversos livros e artigos.

Para contar um pouco da história desse famoso eugenista, não podemos deixar de narrar, de forma cronológica, a primeira intervenção de Kehl a favor da eugenia, que ocorreu em 1918, através da fundação da Sociedade Eugênica em São Paulo.¹⁷ Um ano após a fundação, Renato Kehl casou-se com a filha do importante sanitarista brasileiro Belisário Penna e foi morar no Rio de Janeiro, episódio este que provocou o fim da Sociedade Eugênica paulistana (Souza, 2006).

Assim que chegou ao Rio, associou-se ao movimento sanitarista do qual seu sogro era um dos principais líderes. Ele participou também da fundação da *Liga Brasileira de Higiene Mental* e se juntou ao grupo de médicos higienistas mentais do Distrito Federal (Souza, 2006,

¹⁵ Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima (1876-1960) formou-se pela Faculdade Medicina do Rio de Janeiro. “Em 1909, foi designado pela Congregação da Faculdade de Medicina para professor substituto de Clínica Médica, Patologia Interna e Clínica Propedêutica. Em 1912, foi designado professor da recém-fundada cátedra de Neurologia na Universidade do Brasil” (Acad. Nac. Med., 2012). Em 1925, foi eleito um dos presidentes de honra da *Liga Brasileira de Higiene Mental*. Ou seja, Austregésilo era uma figura engajada na luta em prol das prevenções das doenças mentais (Acad. Nac. Med., 2012).

¹⁶ Renato Ferraz Kehl (1889-1974) formou-se aos vinte anos pela Escola de Farmácia de São Paulo e, posteriormente, em 1915, doutorou-se em medicina na Universidade do Brasil. Entre as décadas de 1910 a 1940, este personagem assumiu a propaganda eugênica como uma missão política e intelectual, o que lhe rendeu o título de “pai da eugenia no Brasil”, conforme se referia o escritor Monteiro Lobato. Kehl também foi editor de revistas e periódicos nacionais, entre eles o *Boletim de Eugenia*, que circulou no período entre 1929 a 1933. Em 1918, com a colaboração do médico Arnaldo Vieira de Carvalho e de um grande número de intelectuais paulistas, fundou a *Sociedade Eugênica de São Paulo* e, em 1931, a *Comissão Central Brasileira de Eugenia* (Souza, 2006).

¹⁷ Segundo Vanderlei Souza (2006, p.35), a Sociedade Eugênica de São Paulo tinha o intuito de estudar as “questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie humana”. Segundo Stepan, “desde o início, a Sociedade se definiu como organização científica, da qual fluíram estudos científicos, conferências e propagandas sobre o fortalecimento físico e moral do povo brasileiro” (Stepan, 2004, p. 340).

p. 22). Sua inserção no grupo dos sanitaristas e dos higienistas mentais facilitou a organização de um grupo de intelectuais em seu entorno interessados nas novidades da eugenia. Essa dupla inserção permitiu que a eugenia debatida por Kehl não deixasse de lado nem as questões sanitárias nem as de natureza higienista mental. Essa estratégia fez com que o movimento encabeçado por Kehl se voltasse não apenas para os aspectos biológicos da espécie, mas também para os sociais e ambientais. Logo, o posicionamento adotado por Kehl conciliava-se com a agenda de muitos intelectuais brasileiros do período, para os quais “as péssimas condições ambientais, as doenças, a promiscuidade e a criminalidade, além da própria questão racial” (Souza, 2012, p. 6) eram compreendidas como as causas para a “incapacidade do Brasil em organizar-se como uma nação moderna” (Souza, 2006, pp. 24-25).

Portanto, a existência de um grupo médico empenhado em construir as bases para a modernidade nacional por meio da saúde contribuiu para a apropriação da eugenia no Brasil, pois, de acordo com Nancy Stepan, “a eugenia atraía uma classe médica em expansão, cujos membros ansiavam em promover seu papel como especialistas na conformação da vida social e nutriam um ingênuo otimismo sobre sua capacidade de fazer o bem” (2004, pp. 337-338).

No entanto, Renato Kehl fez uma viagem de cinco meses à Alemanha, realizada em abril de 1928, na qual manteve contato com médicos favoráveis à eugenia negativa (Souza, 2006).¹⁸ De acordo com Vanderlei Souza, ao retornar ao Brasil, o médico teria assumido “um discurso eugênico mais radical e racista, distanciando-se dos pressupostos sanitaristas e ambientalistas” (Souza, 2006, p. 66).¹⁹ Nossa pesquisa se insere, portanto, justamente no período em que Kehl retorna da Alemanha trazendo consigo as concepções da eugenia negativa.

No tocante aos atores sociais da revista *A Maçã*, deparamo-nos com a forte presença de Humberto de Campos, um profícuo jornalista, literato e escritor da maioria das crônicas contidas no *magazine*. Campos nasceu em Miritiba, no Maranhão, em 25 de outubro de 1886, e faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1934 (Acad. Bras. de Letras, 2012). Ele era filho de pequenos comerciantes da região. Após a morte de seu pai, transferiu-se para São Luís, onde trabalhou como comerciante para conseguir sobreviver (Acad. Bras. de Letras, 2012).

¹⁸ A “eugenia negativa” foi desenvolvida, principalmente, a partir da década de 1920 na Alemanha, nos Estados Unidos, na Suécia e na Inglaterra (Souza, 2006).

¹⁹ A ideia de ruptura de modelos eugênicos em Kehl, proposta por Vanderlei de Souza (2006), é questionada por Ricardo Augusto de Santos (2008) em sua tese sobre Kehl, que busca sublinhar uma multiplicidade de discursos contraditórios presentes em todos os períodos da defesa de Kehl pela eugenia. De qualquer modo, o período de 1929 a 1934, ano em que Kehl se junta a um grupo criado após a constituição de 1934 para estudar a questão da imigração, é considerado por ambos os autores um período de lutas, em que a eugenia negativa aparece mais fortemente em seu discurso, sendo também o período no qual nosso trabalho se insere.

De acordo com a especialista em estudos literários Roberta Scheibe, embora hoje em dia Humberto de Campos não seja tão conhecido no Brasil quanto Machado de Assis e José de Alencar por exemplo, “o autor nascido no Maranhão obteve reconhecimento no período em que viveu, tendo, inclusive, feito parte da Academia Brasileira de Letras (ABL)” (2006, p. 36). Humberto de Campos tinha apenas 33 anos quando assumiu a cadeira 20 da ABL. Na foto de sua posse notamos a mocidade do escritor (Acad. Bras. de Letras, 2012):



Em 1910, Humberto de Campos publicou seu primeiro livro, *Poeira*, considerado por muitos como “um dos últimos livros da escola parnasiana no Brasil”. Dois anos depois, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou em diversas revistas até fundar a sua própria, em 1922, intitulada *A Maçã*. Neste período, suas crônicas já eram bem conhecidas da sociedade carioca, seja sob a assinatura de próprio punho, seja sob a máscara de seus pseudônimos. Segundo Roberta Scheibe:

As crônicas de Campos começaram a aparecer nos jornais brasileiros sob forma de histórias cotidianas. Nas crônicas assinadas com o seu próprio nome, o escritor aparecia mais lírico e utilizava um português rebuscado. Já quando assinava os textos com pseudônimos, suas crônicas, geralmente, eram irônicas, e, ao final, sempre levavam ao riso (Scheibe, 2006, p. 49).

Apesar do grande número de pseudônimos criados por Humberto de Campos, como “Almirante Justino Ribas, Luís Phoca, João Caetano, Giovanni Morelli, Batu-Allah, Micromegas e Hélios” (Acad. Bras. de Letras, 2012), o que ganhou maior popularidade entre a sociedade carioca foi o de “Conselheiro X.X.”, cujas crônicas eram descritas pela crítica da época como as mais pornográficas e imorais do período (Rocha, 2008, p. 26).

Para aqueles que atacavam seus textos polêmicos, Campos afirmava que seus escritos não eram de baixa qualidade nem “imorais, visto que muitos autores europeus de prestígio também escreviam literatura galante e não eram tachados de pornográficos” (Rocha, 2008, pp.

26-27). De fato, pode-se afirmar que grande parte da produção do Conselheiro X.X. “não era inédita. Ainda que, às vezes, omitisse indicações, ele publicava traduções ou adaptações de literatura galante²⁰, principalmente de edições francesas” (Rocha, 2008, p. 27).

Assim, Humberto de Campos argumentava que, além de constituírem “o seu ganhapão” (Scheibe, 2006, p. 56), suas crônicas estavam embasadas na literatura europeia e, apesar do caráter fictício, elas não estavam tão longe do cotidiano conhecido pelos moradores das grandes capitais. Dessa maneira, o autor dizia que apenas se propôs a “dizer com graça, com arte e com literatura, o que se costumava dizer por toda parte sem literatura, sem arte e muitas vezes sem graça” (Campos, H. *apud Revista Veja*, 2010, p. 11).²¹ A pesquisadora Roberta Scheibe chama atenção para a relação de Humberto de Campos com seu principal pseudônimo:

Campos encarnou o Conselheiro XX de maneira inteligente e consciente. Foi um modo de chamar a atenção da sociedade carioca e brasileira para os problemas sociais e políticos do país e, também, para sua própria obra. (...) Todas as crônicas do Conselheiro XX, cuja autoria, a princípio, Campos negou, foram publicadas na imprensa da época e, depois, reunidas em mais de dez livros, que, possivelmente, ainda hoje, seriam lidos com certa reserva pelos leitores conservadores (Scheibe, 2006, p. 56).

Inegavelmente polêmico, o Conselheiro X.X. era “assunto quase obrigatório nas rodas em que dominavam as almas boêmias” (Picanço, 1937, p. 246). Afinal, sua idade, classe social, origem regional, modo de refletir e agir estavam bem delineados pela pena de Campos, a ponto de o Conselheiro se mostrar muito independente do próprio autor. A pesquisadora Aline Haluch nos chama atenção para essa diferença:

“O personagem do Conselheiro nem de longe lembrava o verdadeiro Humberto de Campos, que à época tinha apenas 35 anos. Ele é caracterizado como um velhinho de 71 anos, paulista, magro, usando óculos, casaca, cartola e guarda-chuva. Tal qual um típico burguês do século XX.” (Haluch, 2002, p. 105).

Assim, o Conselheiro X.X. é um dos personagens principais que selecionamos para nossa análise. Isso se dá por dois motivos: de saída podemos afirmar não termos encontrado nenhuma crônica assinada pelo próprio Humberto de Campos usando seu nome próprio na

²⁰ A literatura galante era marcada pela sensualidade e a obscenidade. Dessa forma, “a libertinagem, como movimento literário, surge num momento singular para a Europa, influenciado por transformações, tais como: a Renascença e a Reforma Religiosa” (Cupello, 2010, s/p). Muitos livros considerados de literatura galante circulavam na França no comércio ilegal, excitando a vontade de muitos leitores em conhecer seus conteúdos, como, por exemplo, um dos grandes sucessos da época, o livro “Justine ou os Infortúnios da Virtude” de Marquês de Sade (Darnton, 1989).

²¹ Não se deve esquecer que Campos foi autor dos *Diários Secretos* (1933), que causou grande escândalo quando foi postumamente publicado, devido a sua irreverência, também presente em *A Maçã*. (c.f. Acad. Bras. de Letras, 2012).

revista selecionada; em segundo, são os personagens criados por Campos que dão cor a revista *A Maçã*. Desse modo, é justamente ele, o Conselheiro X.X., o diretor da revista apresentado na figura do velho capitalista, conhecedor de todos os males desse mundo decadente, que transmitia seu conhecimento aos mais novos, explicitando a todos as mazelas e delícias do mundo moderno.

Na revista, o Conselheiro X.X. aparece como o portador do conhecimento sobre o Bem e o Mal (*A Maçã*), causa do pecado original e da perdição dos homens. Portanto, há no discurso do diretor uma associação entre o capitalista e o Mal bíblico, que se expressava tanto pela vida fútil do consumo quanto pela avareza e pelo conhecimento acerca daquilo que a “moral sexual dupla” da sociedade moderna tentava mascarar (Freud, 1908, p.169).

Logo no primeiro exemplar de *A Maçã*, o Conselheiro X.X. surge para justificar a decisão da criação da revista ao propor que ela tivesse sido criada para “consagrar” seus setenta e um anos de idade, os quais foram, integralmente, dedicados aos vícios e às vaidades. Quanto a sua velhice, ele compara a velhice dele com uma maçã – fruto proibido do paraíso que simboliza o conhecimento e também o pecado:

“A velhice não exclui, pois, o bom gosto. Pelo contrário. Assim como as frutas se tornam mais doces e apetecidas à medida que amadurecem, os homens aperfeiçoam o prazer, o gozo, as coisas deliciosas do mundo na proporção dos seus anos de vida (...). E, é isso que se confirma com a publicação deste semanário, dirigido por um ancião que consumiu a mocidade a servir a pátria e a admirar os homens ilustres, e que resolveu se consagrar, aos setenta e um anos de idade à exaltação da Carne e, particularmente, à glorificação do peixe” (Conselheiro X.X., *A Maçã*, 11/2/1922, s/p).

Nessa exaltação, Humberto de Campos constrói um paralelo entre o personagem do Conselheiro X.X. e a figura do “pregador” Padre Antônio Vieira, tal como ela surge no *Sermão de Santo Antônio aos Peixes*, apresentado pelo Padre em São Luís do Maranhão para os colonos (vale lembrar que Humberto de Campos é do Maranhão, estando também aí um paralelo). O *Sermão*, escrito em 1654, três dias antes do Padre embarcar escondido para Portugal para tentar intervir politicamente a favor da luta dos jesuítas e contra a escravização dos índios pelos colonizadores, revela a mesma ironia, alegorias e observações acerca dos vícios e pecados dos homens que o nosso Conselheiro parece propor como temática principal de sua revista.

Mas, enquanto Vieira constrói um discurso que denuncia os soberbos, os parasitas, os ambiciosos, os hipócritas, os traidores e os homens frutos da queda, o Conselheiro X.X. promete glorificá-los com uma revista inteirinha dedicada a eles e aos prazeres da carne

(Hansen, 1999, p. 40). Com isso, seguindo seu argumento, poderíamos também afirmar que o pregador do século XX, o Conselheiro X.X., oferece, por meio de suas críticas e de suas risadas, a oportunidade para o questionamento das causas do mau funcionamento da sociedade local: "Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra não se deixa salgar" (Viera *apud* Hansen, 1999, p. 40).

A “exaltação da Carne”, retirada do contexto do *Sermão*, deve ser entendida, portanto, como relativa à bebida, à comida, à luxúria e aos prazeres oriundos da experiência com o corpo. Já os “peixes” seriam uma metáfora para os homens em suas virtudes, vícios e pecados (Hansen, 1999). A *Maçã* teria sido elaborada no intuito de exaltar a vida no que ela poderia ter de melhor, em uma ruptura com a palavra sacra:

A vida foi feita para ser gozada, amada, bebida com delícia, como um vinho capitoso. E é na certeza desse destino amável, que ele vos concita, ó irmãos, a arrancardes da cabeça a coroa de espinhos dos mártires, e a substituí-la semanalmente, se vos aprouver, por esta pequena coroa de rosas (Conselheiro X.X., *A Maçã*, 11/02/1922, s/p).

Essa “coroa de rosas” não se propunha a tratar de notícias diárias; antes, ela se destinava primordialmente ao entretenimento por meio de um estilo literário leve, capaz de atrair muitos leitores, o que servia para viabilizar economicamente sua existência. Por isso, *A Maçã* era constituída majoritariamente por crônicas. Segundo Bordini, “a crônica comenta um detalhe do cotidiano, focalizando fatos reais ou que poderiam ter acontecido; analisa tipos sociais e registra conversa de personagens” (*apud* Scheibe, 2006, p. 10).

Assim, se a informação não era seu objetivo primeiro, temos, por outro lado, que as opiniões críticas frente ao mundo e à sociedade eram a matéria-prima de suas crônicas, o que, hodiernamente, pesquisadores da teoria jornalística chamam de “infotainment” ou “*infotainment*”, ou seja, um neologismo derivado da junção das palavras “informação” e “entretenimento” (Neveu, 2006, p. 19).

Para alcançar este efeito, além da característica do “infotainment”, a revista lançava mão de recursos sensacionalistas, baseando-se na lógica das sensações, com o objetivo de provocar interações emotivas com seus leitores. O sensacionalismo configurou-se “como uma das mais eficientes estratégias de comunicação para fascinar e seduzir o público” (Aguiar, 2008, s/p.) na busca de satisfazer as necessidades instintivas dos leitores por meio de formas “sádicas, caluniadoras, ridicularizadoras” (Marcondes Filho, 1987, p. 89).

A segunda revista leiga selecionada é a *Revista Feminina*, que foi criada pela

paulistana Virgilina de Souza Salles (? - 1918), filha de Antônia Barbosa de Souza e Cláudio Justiniano de Souza, membros da elite tradicional paulistana. A fundadora era uma dama “pertencente a tradicional família paulista” cuja posição social “facilitou a penetração da revista entre a elite” (Lima, 2007, p. 226).

O lugar social assumido por mulheres que, como Virgilina, trabalhavam fora de casa em profissões liberais, até então dominadas por homens, tornava-se uma possibilidade, principalmente, para aquelas mulheres pertencentes às camadas altas da sociedade. Dessa maneira, conforme afirma Abrantes, “o crescimento urbano imprime um novo estilo de vida à mulher de elite, com novos espaços de socialização, uma demanda no consumo de produtos da moda, e uma maior circulação pela cidade facilitada pelos meios de transportes urbanos” (Abrantes, 2006, p.2).

Em 1918, após o falecimento de Virgilina, seu marido, o industrial Sr. João Salles, e suas filhas, Avelina Souza Salles e Marina Souza Salles, tiveram que assumir a direção da revista (Buitoni, 1986, p. 44). De acordo com a pesquisadora Sandra Lúcia Lima, “a morte de Virgilina não afetou as características da revista, nem diminuiu sua circulação; a figura da fundadora, com seus ideais, serviram de suporte para a continuação de seu trabalho” (Lima, 2007, p. 228).

Após o falecimento da paulistana, seu filho, Cláudio de Souza, passou a escrever os editoriais e alguns artigos da *Revista Feminina*, assinando sob o pseudônimo de Ana Rita Malheiros (Mancilha, 2011, p. 4). Portanto, a partir dos escritos de Cláudio de Souza, podemos perceber o posicionamento da redação da revista frente aos seus leitores, quando se afirmava, por exemplo, que o papel da *Revista Feminina* era a “consagração da mulher patricia no conceito do mundo civilizado” tal como sonhara sua fundadora (‘Editorial’, *Rev. Fem.*, 05/1925, s/p.).

Cláudio de Souza também foi fundamental para angariar colaboração de intelectuais do meio literário, como “Olavo Bilac, Menotti Del Picchia, Afonso Arinos, Amadeu Amaral dentre tantos outros”, para a elaboração dos textos para a *Revista Feminina* (Mancilha, 2011, p. 7).

Ao analisar a *Revista Feminina*, deparamo-nos com uma diversidade de vozes, as quais variam desde posições mais conservadoras até posicionamentos mais críticos, como é o caso de Ana de Castro Osório (1872-1935), escritora portuguesa, ativista dos direitos das mulheres e uma figura de destaque da cultura luso-brasileira. Ela escreveu diversos livros dedicados aos direitos das mulheres, além de livros infantis. Ana de Castro fez algumas conferências no Brasil e escrevia alguns artigos que eram publicados na *Revista Feminina*

(Remédios, 2013, p. 4).

Quanto às vozes conservadoras, podemos destacar a atuação da Igreja Católica em artigos da *Revista Feminina*. A característica mais conservadora também estava presente no editorial da revista, no qual se afirmava o caráter “*missionário*” da mesma na tarefa de conscientização dos direitos da mulher (Abrantes, 2006, p. 5).

“Sobre a orientação da revista, sua redatora deixou claro que a *Revista Feminina* não era um programa comercial e sim um programa de cruzada. Nesta última expressão pode-se perceber o forte sentimento religioso que moldava o discurso das redadoras da revista e caracterizava seu feminismo. No frontispício da revista havia uma epígrafe com a frase elogiosa do Cardeal Arcoverde” (Abrantes, 2006, p. 3).

A frase elogiosa de “Sua Eminência, o Cardeal Arcoverde”, afirmando que “a *Revista Feminina* é redigida com elevação de sentimentos e largueza de vistas”, constituindo-se em “um modelo digno de ser imitado”, havia sido pronunciada por ele em 1929, no 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas (*Rev. Fem.*, 01/1929, s/p.).

No próximo tópico, analisaremos, mais profundamente, as diferenças existentes entre os leitores e público-alvo das fontes selecionadas.

1. 3. Entre Periódicos Científicos e Revistas Leigas: uma análise do público-alvo e leitores

No editorial do primeiro número dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, a redação explicita seu objetivo de ampliar e disseminar os projetos da higiene mental para o maior número de “pessoas cultas” no Brasil. Os editores solicitavam a colaboração dos leitores para a “Campanha de Higiene Mental”, para que pudesse vir a se constituir no Brasil “um núcleo de atração de prosélitos, no amplo domínio dessa higiene mental, que com justo direito aspira tornar-se a moral universal do amanhã.” (‘Editorial’, *Arquivos*, 1925, I, 1, s/p.). A função última da revista era, pois, auxiliar nos esforços da *Liga* para “evitar as eivas hereditárias” e estimular a reprodução dos cidadãos com melhor herança genética (Caldas, *Arquivos*, 1930, III, 2, p. 36).

Os “cultos leitores” eram descritos como sendo “advogados, professores, jornalistas” e todos aqueles que se interessassem pelos assuntos da “Higiene Mental e Eugenia, pelos

problemas da Educação, pelos estudos, enfim, que visam a melhoria e o aperfeiçoamento dos caracteres psicofísicos, étnicos, e etiológicos do povo” (“Editorial”, *Arquivos*, 1929, II, 1, p.2). O médico Mirandolino Caldas ressaltava o apoio oferecido à *Liga* pela “Academia Nacional de Medicina”, a ‘Sociedade de Medicina e Cirurgia’, a ‘Liga de Defesa Nacional’, a ‘Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal’, a ‘Associação Cristã de Moços’, a ‘Associação Brasileira de Farmacêuticos’, o ‘Instituto dos Advogados’”, entre outros na 3ª Semana Antialcoólica (Caldas, *Arquivos*, 1929, II, 2, p.58). Os editores da *Liga* também conclamavam a colaboração feminina na “luta contra o flagelo do álcool em nosso país”, convidando as “associações de intelectuais femininas, como a ‘Federação Brasileira pelo Progresso Feminino’ e a ‘União Universitária Feminina’”, para a campanha da “profilaxia social do alcoolismo” (‘Apelo a Mulher Brasileira – Editorial’, *Arquivos*, 1930, III, 6, s/p.).

Os editores dos *Arquivos* afirmavam que o periódico circulava “intensamente no Brasil e no estrangeiro, não só nos círculos médicos, como entre professores, juristas, intelectuais em geral”, através de assinaturas ou compra unitária. Entretanto, de acordo com o editorial, os *Arquivos* poderiam também ser “solicitados gratuitamente” por “instituições, sociedades, colégios, bibliotecas públicas, salas de leitura de hotéis, navios mercantes, etc” (‘Editorial’, *Arquivos*, 1931, IV, 2, s/p.).

Logo, notamos que a circulação dos *Arquivos* acontecia, em grande parte, entre os grupos mais abastados da sociedade. Embora os editoriais nos informem repetidamente sobre sua ampla distribuição, precisamos relativizar tal afirmação, considerando que os *Arquivos* eram revistas robustas, que continham artigos densos sobre o tema da higiene mental, eugenia e outros assuntos identificados diretamente com os interesses e bandeiras dos próprios médicos. Portanto, defendemos a hipótese de que a maior circularidade dos *Arquivos* se dava entre o próprio grupo de higienistas mentais e eugenistas brasileiros, embora o alvo da revista fosse um público maior de pessoas letradas.

Tal hipótese parece ser corroborada pelas frequentes reclamações nos editoriais quanto à pouca eficácia das campanhas de higiene mental no Brasil. Tal como declarou Mirandolino Caldas: “infelizmente, sempre que se fala em higiene mental, percebe-se, até da parte de certos espíritos cultos, um movimento desfavorável, uma reação contrária, que se esboça, aliás, de um modo quase inconsciente” (Caldas, *Arquivos*, 1930, III, 1, p.1).

O outro periódico científico selecionado, o *Boletim de Eugenia*, era um folheto mensal, e seus primeiros números foram distribuídos gratuitamente na cidade do Rio de Janeiro (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 1, p. 1). Todavia, quando o *Boletim* incorporou “uma das mais acatadas e apreciadas revistas médicas brasileiras”, a *Medicamenta*, em junho de 1929, passou

a custar 5\$000 de assinatura anual (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 6-7, p. 1). O periódico era pequeno – tendo no máximo dez páginas, com “tiragem limitada de 1000 exemplares” (*Boletim*, 1929, I, 4, p.4). Ainda assim, o *Boletim* não se tornou um periódico caro e inacessível às camadas mais baixas da sociedade, já que seu preço anual equivalia, aproximadamente, a quatro passagens da Cinelândia à Afonso Pena (cf. *Jornal do Comércio*, 1/1/1930, p. 30).

Nesse sentido, Renato Kehl informava que "para atender a todos", o *Boletim de Eugenia* era constituído de “pequenos artigos científicos, ao lado de outros, de simples vulgarização. Tudo resumidamente, tudo em linguagem simples e clara” (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 1, p. 1), de modo a facilitar a divulgação dos preceitos científicos para que seus leitores leigos conseguissem entender (Mai, 1999, p. 13).²²

O que era menos palatável ao público em geral era seu discurso elitista e conservador. Isso é o que, provavelmente, fazia com que ele atraísse a atenção apenas das camadas alta e média da sociedade. Tal leitura é reforçada por Lílian Denise Mai (1999, p. 13), que considera o *Boletim* uma tentativa de difundir a ciência eugênica por entre a comunidade científica e pelos grupos compreendidos como fundamentais para promover as mudanças necessárias para a modernização do país, tais como políticos, advogados, médicos, legisladores etc.

A revista *A Maçã*, por sua vez, era uma publicação semanal destinada, principalmente, aos homens, devido seu conteúdo despudorado – em reforço ao que dizem os comentaristas dessa publicação. Além disso, também é possível verificar grande quantidade de produtos masculinos anunciados nas páginas da revista, como, por exemplo, *merchandising* de roupas e calçados masculinos e produtos de higiene voltados, especialmente, para homens.

A Maçã chegou a ser o semanário mais vendido no Rio de Janeiro na década de 1920. A venda avulsa da revista custava, no ano de seu lançamento, \$600 (*A Maçã*, 11/02/1922, s/p), e, já no final da década de 1920, passou a custar 1\$000 (*A Maçã*, 5/1/1929, VII, 361, s/p.), um pouco mais barata do que uma passagem direta do Palácio Monroe (nas cercanias da Cinelândia) à Rua Afonso Pena, cujo valor era de 1\$200 (*Jornal do Comércio*, 1/1/1930, p. 30). Comparando o preço da revista com o da passagem e também com o valor de um alisante de cabelo, que custava 5\$000 (*Jornal das Moças*, 3/1/1935, s/p.), podemos entrever que a revista *A Maçã* poderia ser facilmente consumida pelas camadas médias da sociedade, além de abranger, muito provavelmente, um público cativo de menor poder aquisitivo: os jovens estudantes, particularmente interessados nos textos tidos como pornográficos do Conselheiro X.X. Entretanto, a crítica da época mencionava que “até mocinhas, botões prontos para

²² Segundo afirmam seus editores: “o *Boletim* tem tiragem limitada de 1000 exemplares”(informações contidas em *Boletim...*, 1929, 1, n.4, p. 4).

desabrochar, procuram o Conselheiro X.X. para lê-lo às escondidas, com um gozo no espírito e um tremor no coração” (Picanço, 1937, p. 244).

Na medida em que comparamos os preços da *Revista Feminina*²³, cujo valor era de 2\$200 (*Rev. Fem.*, 10/1925), com o preço avulso dos *Arquivos*, que custavam 2\$500 (*Arquivos*, 1930, III, 2, s/p.), constatamos quase uma equiparação de valores. Todavia, ambos custavam bem mais caro que o *Boletim de Eugenia* e a revista *A Maçã*. Os *magazines* mais caras tinham preço maior que uma pasta de dente, e, por outro lado, eram mais baratas que uma caixa de sabonetes; poderiam, portanto, ser consumidas por pessoas pertencentes às camadas medianas e altas da sociedade, que, além de terem condições de comprar a revista, tinham interesse em seu discurso.²⁴

A *Revista Feminina* podia ser assinada anualmente também no estrangeiro pelo preço de 40\$000, quase o dobro do valor da sua assinatura anual em território nacional, que era de 24\$000. Os *Arquivos* também dispunham de preços quase semelhantes de assinatura anual, custando apenas 1\$000 a mais (*Arquivos*, 1930, III, 2, s/p.). Entretanto, as revistas não sobreviviam somente de assinaturas. A *Revista Feminina*, por exemplo, obtinha lucro através de anúncios que custavam, em média, 300\$000 uma página inteira (*Revista Feminina*, 1925).

De acordo com Bárbara Heller, a *Revista Feminina* tinha um grande número de assinantes, que foram aumentando com o passar do tempo. Heller salienta que, em 1914, a revista contava com 4.235 assinantes e que, em 1917, esse número mais que triplicou, indo para 14.468 (Heller, 2003, p. 4). Em 1918, a revista atingira a tiragem máxima de 25 mil exemplares. Segundo a pesquisadora Buitoni:

"A *Revista Feminina* pode ser considerada precursora dos modernos veículos dedicados à mulher. Nela, havia até estreito intercâmbio com as leitoras a demonstrar sua vitalidade como produto editorial mais 'moderno', que abre espaço para uma resposta que sempre redonda em capitalização de mais simpatias" (Buitoni, 2009, p. 58).

Em janeiro de 1924, a revista abriu uma sucursal no Rio de Janeiro (Freire, 2009, p.27). Mas, não foi apenas distribuída na Capital Federal – para se ter uma noção, em Recife, a direção ficava a cargo do Sr. João Uchoa, “com jurisdição nos estados de Pernambuco,

²³ A *Revista Feminina* usava a estratégia de oferecer um vidro de “'Dermina', o prodigioso creme da moda”, a quem assinasse a revista; quem enviasse cinquenta assinantes para a revista, por sua vez, ganhava “uma assinatura grátis, além de um vidro de 'Dermina'” (RF, 01/1915, p. 9).

²⁴ Uma caixa contendo três sabonetes custava 4\$000 e uma pasta de dente (tubo) custava 2\$000 (RF, 01/1925, s/p.).

Alagoas e Paraíba. Já no Rio Grande do Norte, a sucursal estava sob a direção de José Gomes e no Rio Grande do Sul o responsável era o Sr. Fernandes da Cunha Júnior” (Mancilha, 2011, p. 4).

De fato, o grupo de leitores que os periódicos científicos e revistas leigas atingiam era muito diverso. Por um lado, temos um grupo de higienistas mentais e eugenistas brasileiros que divulgavam os preceitos de normalidade feminina, difundindo e criando identidades do que era a mulher normal para seus pares, cientistas, sanitaristas e outros atores sociais engajados na modernização da sociedade local. Por outro lado, temos um conjunto de leitores leigos muito polifônico que consistia em grupos de mulheres das classes média e alta, leitoras da *Revista Feminina* buscando redefinir os papéis da mulher moderna, em um momento em que as identidades tradicionais chacoalhavam ao som dos bondes e carros pelas cidades; além delas, buscamos apresentar um grupo diverso de jovens estudantes e homens mais velhos pertencentes à classe média, leitores da revista *A Maçã*, que se interessavam fundamentalmente pelo entretenimento.

No próximo capítulo, analisaremos como os periódicos científicos e as revistas leigas inseriram-se no projeto de modernização nacional que vinha sendo gestado no Brasil desde o período Imperial e, mais enfaticamente, desenvolvido na República.

CAPÍTULO 2:

Projetos de Modernização Nacional: Entre impasses e soluções

Quando analisamos as primeiras décadas do século XX, deparamo-nos com um contexto de transformações e com um processo de modernização das principais metrópoles brasileiras. Dentre as mudanças ocorridas, destacam-se as das esferas políticas e sociais, decorrentes do crescimento populacional desordenado e das recorrentes crises provocadas por greves, epidemias, revoltas urbanas (Fausto, 1994).

No Rio de Janeiro, um dos contornos de modernização efetivados pela recém República foi realizado ao longo do ano de 1903, quando o grande fazendeiro de café paulista Rodrigues Alves²⁵ assumiu a presidência da República. As mudanças decorreram da necessidade de melhorar as condições do porto da cidade do Rio de Janeiro, que, devido ao seu tamanho, impedia embarcações maiores de atracarem, além de ser conhecido nacional e internacionalmente como foco endêmico de diversas doenças infectocontagiosas (Benchimol, 2000).

Sobre essa bandeira política, o historiador Nicolau Sevcenko destaca que o “melhoramento do porto era indissociável de um outro, muito mais ambicioso, mais drástico e de terríveis consequências sociais: o de remodelação urbana do Rio de Janeiro” (Sevcenko, 2010, p. 63). Para essa iniciativa, Rodrigues Alves nomeou o engenheiro Francisco Pereira Passos²⁶ Administrador da Prefeitura da Cidade, “com poderes excepcionais (...) para que colocasse em marcha a reforma urbana inspirada naquela que Haussmann²⁷ executara em Paris quatro décadas antes” (Benchimol, 2000, p. 276).

Com a reforma urbana, foram transformadas as condições físicas da cidade: as ruelas foram alargadas para facilitar o transporte de mercadorias até o porto. Naquele momento, foram criadas também a Avenida Central (atual Av. Rio Branco), a Avenida do Mangue, a Avenida Atlântica, a Avenida Maracanã e outras, além do aterramento das praias do Flamengo

²⁵ Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), advogado, nascido em São Paulo, assumiu a Presidência da República em 15 de novembro de 1902. Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1919 (Bibl. da Pres. da República, 2012).

²⁶ Francisco Pereira Passos (1836-1913), engenheiro, nomeado Administrador da Prefeitura da Cidade pelo Presidente Rodrigues Alves, demoliu moradias para a construção da Avenida Central (Col. de Estudos da Cidade, 2006).

²⁷ George-Eugène (1809-1891), mais conhecido como o barão de Haussmann, foi nomeado Prefeito do Departamento do Sena por Napoleão III, em 1853, e se tornou um renomado modernizador urbano de Paris (Lavedan, 1967).

e Botafogo (Sevcenko, 2010).²⁸

O governo de Rodrigues Alves também implementou uma reforma sanitária. Para tanto, nomeou o sanitarista Oswaldo Cruz²⁹ Diretor-Geral de Saúde Pública, “com a missão de combater as três principais epidemias que assolavam o Rio de Janeiro: febre amarela, peste bubônica e varíola” (Revista da Vacina, 2012). O combate à varíola foi o mais controverso dos combates às doenças no Rio de Janeiro. Muitos historiadores, como José Murilo de Carvalho (1989), interpretaram as ações sanitárias como autoritárias no que se refere à obrigatoriedade da vacinação, pois não houve nenhuma campanha sanitária que ratificasse seus benefícios ou que se preocupasse em convencer a população a aderir ao movimento de vacinação.³⁰ Ao contrário, em 09 de Novembro de 1904, foi publicado o plano de regulamentação da aplicação obrigatória da vacina. “O argumento do governo era que a vacinação era de inegável e imprescindível interesse de saúde pública” (Sevcenko, 2010, p. 17).³¹

Dessa maneira, em nome do interesse público, o Estado, respaldado por médicos, cientistas, sanitaristas e atores sociais engajados na modernização e higienização da cidade, aplicou a Lei de Obrigatoriedade da vacina. Esta ação afetou diretamente a vida dos cidadãos e, como a “toda ação há uma reação”, eclodiu a revolta contra a forma autoritária que a vacinação foi imposta à sociedade. O autoritarismo sanitário advindo da compreensão de que para transformar o Brasil em uma nação moderna e respeitada mundialmente, era necessário que a população também fosse “modernizada” e aderisse, mesmo que contra vontade, aos princípios científicos que transformariam os cidadãos doentes em saudáveis.

²⁸ Para a criação dessas avenidas, muitas moradias foram demolidas, muitas pessoas ficaram sem abrigo e, sem opção, tiveram que ir morar na periferia ou em morros da região. “A administração municipal da Saúde Pública havia demolido cerca de 600 habitações coletivas e 700 casas, privando de teto pelo menos 14 mil pessoas”. A população reagiu chamando as reformas urbanas de “ditadura Passos”. Rui Barbosa chegou a chamar Pereira Passos de “ditador insuportável” (Sevcenko, 2010, p. 87).

²⁹ Oswaldo Cruz (1872-1917), cientista e médico, dirigia o Instituto Manguinhos quando foi nomeado Diretor-Geral de Saúde Pública pelo Presidente Rodrigues Alves para implementar o combate às epidemias de peste bubônica, varíola e febre amarela (Proj. Memória., 2012)

³⁰ No campo historiográfico têm-se muitas divergências acerca dos motivos que teriam ocasionado a Revolta da Vacina. De acordo com José Murilo de Carvalho, por exemplo, a revolta teria sido uma resposta de uma “sociedade fragmentada” em defesa aos seus direitos cívicos e contra o tratamento arbitrário do Governo. Com isto, ela estaria revelando suas insatisfações com uma República excludente e elitista (1989, p. 138). Já o historiador Sidney Chalhoub (1996) destacou em suas pesquisas o grande temor da vacinação, que havia desde a época da Corte; e, segundo ele, este medo teria desencadeado a revolta. Enquanto isso, Nicolau Sevcenko (2010) analisa a Revolta da Vacina como o ápice de anos de exploração que o povo vinha sofrendo por parte do sistema político brasileiro.

³¹ A população se organizou contra a obrigatoriedade da vacinação, organizando uma petição que contou com 15.000 assinaturas. Lauro Sodré, senador do DF, ex-militar, chamou a lei de arbitrária e ainda afirmou que ela violava o “mais secreto de todos os direitos, o da liberdade de consciência” (Sodré *apud* Sevcenko, 2010, p. 19). Rui Barbosa também se opôs à lei, chamando-a de tirânica, e declarou seu medo de que vacina contivesse o “vírus da varíola”. Os populares nomearam esse período de “ditadura sanitária” (Barbosa, *apud* Sevcenko, 2010, p. 19).

A necessidade de educar e convencer a população da necessidade de se prevenir contra as doenças ganhou importância após esses primeiros anos de enfrentamento entre governo e população, tornando-se estratégia central para o Estado modernizador, com apoio de diferentes atores sociais. Diante do destaque conquistado pela educação, por exemplo, o psiquiatra Mirandolino Caldas ressaltava que também os enfrentamentos entre médicos e cidadãos no que tange os problemas da “sanidade psíquica”, já que segundo o médico, estes seriam “tão grandes como o problema da educação, da tuberculose, da lepra, etc.” (Caldas, *Arquivos*, 1930, III, 2, p. 35). E o médico continua seu discurso, nessa linha de argumentação:

De que vale, por exemplo, a alfabetização de uma grande massa de débeis mentais, de desequilibrados e de instáveis?
O progresso e a grandeza de uma nação não depende somente da cultura do seu povo, senão também do equilíbrio, da justeza, da higidez de sua mentalidade (idem).

Deste modo, a psiquiatria se enredava no projeto estatal, buscando se posicionar como reforço para “tais iniciativas ‘modernizadoras’, ampliando-as para essa esfera da assistência pública – a dos alienados – corroborada pelo projeto de desenvolvimento de uma ciência psiquiátrica brasileira” (Venancio, 2004, p.289). E é justamente do empenho da psiquiatria local em se inserir nesse projeto que trataremos a seguir.

2.1 A Intervenção Psiquiátrica no Brasil: da cura à prevenção

O mesmo governo que nomeou Pereira Passos e Oswaldo Cruz também indicou, em 1903, o médico baiano Juliano Moreira³² para o cargo de Diretor do Hospício Nacional de Alienados. Em 1911, Juliano passou a estar à frente também da Direção Geral da Assistência a Alienados (Oda & Piccinini, 2005), tornando-se, ao longo das três primeiras décadas do século XX, um dos maiores nomes da psiquiatria local.³³

Em 1903, por meio do decreto n. 1132, a psiquiatria conquistou maior autonomia com

³² Juliano Moreira (1873-1933), médico baiano, de família pobre, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos, graduando-se aos 18 anos (1891) com a tese "Sífilis maligna precoce". Cinco anos depois, era professor substituto da Seção de Doenças Nervosas e Mentais da mesma faculdade. De 1895 a 1902, frequentou cursos sobre doenças mentais e visitou muitos asilos na Europa (Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Escócia). Ele dirigiu o Hospício Nacional entre os anos de 1903 até 1930 (Oda & Dagalarrondo, 2001, p. 178).

³³ Ao longo das primeiras décadas do século XX, e principalmente após a entrada de Juliano Moreira na direção do Hospício, os psiquiatras brasileiros foram se afastando progressivamente das teorias desenvolvidas pelo alienismo francês, até então preponderante no campo médico psiquiátrico local, e se aproximando, cada vez mais, da psiquiatria organicista alemã, sobretudo do modelo desenvolvido pelo psiquiatra Emil Kraepelin (Facchinetti & Cupello, 2011, p. 699), considerado mais de acordo com os ideais cientificistas da época.

relação aos processos que envolviam os portadores de loucura, tendo na institucionalização da Lei de Alienados do Brasil um marco de um longo processo de conquistas políticas que teve início ainda no XIX, por Teixeira Brandão (Engel, 2001).³⁴ Sobre a mudança operada, é possível observar o Art. 10, que decretava ser “proibido manter alienados em cadeias públicas ou entre criminosos” (Brasil, 22/12/1903), indicando o estabelecimento psiquiátrico como único habilitado para exercer poder sobre os loucos. Outro decreto regulamentou, em 1911, a internação no hospício, bem como a documentação necessária à reclusão do paciente (artigos 90 a 94 do Decreto 8834, 11/07/1911).

Apesar das mudanças na lei e da maior institucionalização no campo da psiquiatria, desde os primeiros anos de funcionamento do hospício na cidade do Rio de Janeiro, as dificuldades enfrentadas pelos psiquiatras, como a falta de apoio financeiro do Estado para a realização plena dos projetos psiquiátricos, os constantes casos de reinternações e a pouca eficiência dos tratamentos médicos-mentais, continuavam sendo assunto recorrente nos *Relatórios Ministeriais* (Facchinetti e Cupello, 2011).

As dificuldades financeiras, os impasses clínicos e as constantes críticas da opinião pública no Brasil quanto a ineficiência do tratamento psiquiátrico dentro dos hospícios levaram os médicos a buscarem novas estratégias para o aumento da eficácia dos tratamentos. Neste contexto, o projeto de prevenção das doenças mentais foi gestado e a opção por prevenir se sobrepôs à estratégia de remediar. O Decreto nº 17.805, de 23 de maio de 1927,³⁵ veio a confirmar esse movimento, quando a lei proposta por Afrânio Peixoto para a *Assistência aos Alienados* transformou a assistência, tornando de sua competência não somente os cuidados com a população de alienados – os patológicos – mas também com aquela em risco de alienação – os anormais, denominados então de psicopatas (Oda & Dalgalarondo, 2001, p.128). A partir de então, se incluiu como competência da *Assistência aos Psicopatas* o seguinte:

Estudar os problemas relativos á higiene mental e à psicofisiologia normal ou mórbida, aplicadas ás diversas atividades sociais, no intuito de fixar os meios mais eficazes de organizar a profilaxia das perturbações nervosas e mentais (Brasil, 23/05/ 1927).

O novo projeto psiquiátrico de ampliação da ingerência médico-mental na sociedade,

³⁴ A legislação de 1903 assinala que alienado é o “individuo que, por moléstia congênita ou adquirida, compromete a ordem pública ou a segurança das pessoas” (apud Cunha, 1986, p. 46).

³⁵ De acordo com Guilherme Messas (2008, p.94), a década de 1920 se sobressaiu de momentos históricos anteriores no que diz respeito à ampliação da intervenção médica embasada por leis e decretos.

tendo como objetivo evitar o aparecimento de novos casos de doenças mentais junto a parcelas da população consideradas em risco, acabou por ser aceito tanto no meio médico como no legislativo. E a consequência disso pode ser vislumbrada através da eclosão de diversas campanhas de conscientização junto a pedagogos, familiares e educadores, por meio de palestras, panfletos, propagandas, entrevistas em jornais, dentre outras ações que buscavam disseminar os ideais da prevenção entre a população brasileira.

Ao longo da década de 1920, portanto, a estratégia adotada pela psiquiatria deixou de estar voltada apenas para a cura das doenças mentais dentro das instituições psiquiátricas, passando a enfatizar, de forma especial, a prevenção das enfermidades mentais. A ampliação dessa ideia de prevenção será o ponto sobre o qual discutiremos no próximo tópico, o qual tratará das propostas da *Liga Brasileira de Higiene Mental*.

2. 2 Os Projetos da Higiene Mental para a Modernização do Brasil

A *Liga Brasileira de Higiene Mental* foi fundada em 1923, no Rio de Janeiro, pelo médico psiquiatra Gustavo Riedel.³⁶ Inicialmente, tinha o propósito de "melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais dos estabelecimentos psiquiátricos" (Costa, 1989, p.45). Isto é, inicialmente, ela estava voltada às atividades inerentes à vida interna do hospício. Entretanto, com o passar do tempo, foi assumindo as questões advindas do campo da prevenção.

De acordo com o psiquiatra e membro da Liga Brasileira de Higiene Mental Henrique Roxo³⁷, a “profilaxia mental” seria mais importante do que a “higiene mental”, pois evitaria a afecção de novas enfermidades causadas por "fatores degenerativos e toxi-infecciosos" que acabavam tornando o indivíduo afetado em um enfermo incurável. Em suas considerações, Roxo ressaltou os três principais fatores desencadeadores das doenças mentais no Brasil: "a sífilis, o alcoolismo e o espiritismo" (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 1, p. 2). O psiquiatra defendeu então a hipótese de que “se não houvesse sífilis e alcoolismo, 80% das doenças mentais não

³⁶ Gustavo Kohler Riedel (1887-1934) era médico, membro da Academia Nacional de Medicina, tendo sido alienista-adjunto interino do Hospital Nacional de Alienados e docente da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Psiquiatria on-line, 2012). Foi também diretor da Colônia do Engenho de Dentro, quando organizou o Serviço Aberto para Psicopatas, na década de 1920 (Costa, 1989).

³⁷ Henrique de Brito Belford Roxo (1877-1969) formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sob orientação de João Carlos Teixeira Brandão (1854-1921). De 1901 a 1910 trabalhou na função de assistente no Pavilhão de Observação e como diretor do Pavilhão, primeiro interinamente e posteriormente como titular do cargo. Em 1925 era professor catedrático de clínica psiquiátrica da Faculdade de medicina do Rio de Janeiro e diretor do Instituto de Neuropatologia da Assistência a Alienados (Facchinetti, Cupello & Evangelista, 2010).

existiriam" (idem).

Se por um lado Roxo garantia que o tratamento da sífilis estava sendo bem organizado; por outro, afirmava que ainda havia muito a ser feito para tratar do problema do alcoolismo. Notamos despontar, então, um tema de grande preocupação dos higienistas mentais entre 1925 e 1933: o alcoolismo. No caso de Roxo, sua argumentação era radical: “o combate contra o alcoolismo só se tornará verdadeiramente eficaz no dia em que se transformar em lei o projeto do talentoso professor Afrânio Peixoto, que estabelece a lei seca” (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 1, p.2). Entretanto, enquanto a lei seca não era aprovada, as propagandas antialcoólicas deveriam ser divulgadas nas escolas como medida preventiva, a fim de evitar que, quando adultos, as crianças sucumbissem aos males da bebida.

Tendo como finalidade criar uma sociedade higienizada, com cidadãos física e mentalmente sadios, a *Liga* produziu seu primeiro Estatuto, que continha trinta e seis artigos, os quais delineavam os objetivos da instituição, além de esclarecerem questões administrativas. Neles, sublinhava-se como prioridade:

(a) prevenção das doenças nervosas e mentais pela observância dos princípios da higiene geral e especial do sistema nervoso; (b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação; (c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles; (d) realização de um programa de Higiene Mental e de Eugenia no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social. (‘Estatuto da *Liga*’, *Arquivos*, 1925, I, 1, p. 223).

Além disso, segundo o Estatuto, a *Liga* se propunha ainda à:

(a) atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, sugerindo medidas e obtendo realizações; (b) propagar as modernas idéias sobre profilaxia mental; (c) estudar todos os problemas relativos a higiene do sistema nervoso; (d) publicar periodicamente os seus trabalhos em revista por ela mantida; (e) promover a realização de Congressos de Higiene Mental e de Eugenia; (f) manter relações com associações congêneres nacionais e estrangeiras; (g) instalar, em sua sede social, uma biblioteca relativa à higiene mental e ciências afins, franqueando-a a todos os interessados (‘Estatuto da *Liga*’, *Arquivos*, 1925, I, 1, pp. 223-224).

Para a realização dos seus objetivos, a *Liga* dependia do apoio do Governo Federal, que a reconheceu como sendo órgão de “utilidade pública” por meio do decreto nº 4778, de 27 de dezembro de 1923, e concedeu-lhe, em 1924, as primeiras subvenções pecuniárias (‘Estatuto

da *Liga, Arquivos*, 1925, I, 1, p. 223).³⁸ Entretanto, em 1926, o Governo Federal suspendeu as verbas concedidas inicialmente, e a prefeitura reduziu pela metade o auxílio que dispunha para a *Liga* ('Atas e trabalhos da Liga', *Arquivos*, 1929, II, 1, p. 28). Conforme informações relatadas: "desde 1926, a subvenção federal, de 30:000\$000, que nos era concedida, passou a nos ser negada (...). Ao mesmo tempo o então Prefeito, Dr. Alaor Prata, reduziu a metade a subvenção municipal de 12:000\$000, que nos vinha sendo dada" (idem).³⁹

Além da suspensão das verbas federais e do corte das verbas estaduais, a *Liga* foi retirada de sua sede, que ficava no Pavilhão da Exposição do Centenário, sob a alegação da prefeitura de que o prédio teria de ser demolido. Em seguida, foi realocada em umas das salas do Instituto dos Surdos-Mudos, situado à Rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Mirandolino Caldas afirmou que, "apesar do desconforto da nova sede, não ficou a *Liga* inteiramente parada e inativa" (Caldas, *Arquivos*, 1930, III, 3, p. 74). Mas, o médico fazia um desabafo: "estas verdades que dizemos, sem rebuliços, não nos acanham, pois a *Liga de Higiene Mental* é uma Instituição pobre que não tem recursos, não tem rendas, vive exclusivamente dos esforços, da boa vontade, da benemerência e do altruísmo dos seus consócios" (Idem).

A *Liga* permaneceu no Instituto de Surdos-Mudos até o final do ano de 1928, quando o Ministério do Interior exigiu que seus integrantes deixassem de usar o lugar. "Desse modo, em 1929, a *Liga* teve que deixar a referida sede, vindo a alugar um escritório no Edifício Odeon, 5ª andar, sala 516, no centro da cidade, onde permaneceu até ser extinta" (Aguiar, 2009, p.74).

Mirandolino Caldas queixava-se do descaso do governo e da população com relação às campanhas produzidas pela higiene mental. De acordo com o autor, o "indiferentismo, o pouco caso, a odiosidade mesmo que devota aos assuntos referentes à higiene mental" causariam indignação e estranhamento (Caldas, 1930, III, 3, p. 77). Sua crítica ao governo era amenizada pela afirmação de que o Estado "olha com simpatia a nossa atuação". Entretanto, Caldas ressaltava que tal simpatia estava sendo insuficiente para que prestasse à *Liga* "o auxílio que seria de desejar" (Caldas, *Arquivos*, 1930, III, 3, p. 77). Três anos depois dessa afirmação, no editorial dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* de 1933, as dificuldades

³⁸ De acordo com Alexandre de Carvalho (1999, p. 134), a busca de apoio por parte de diversos setores sociais e, em especial, do Governo Federal e Estadual, assim como a inclusão médicos renomados em suas fileiras, como Juliano Moreira, Ernani Lopes, Gustavo Riedel, Henrique Roxo, Mauricio de Medeiros e Afrânio Peixoto, entre outros, devia-se à necessidade de angariar fundos para a elaboração dos seus projetos e campanhas de higiene mental.

³⁹ Embora um pouco fora do recorte temporal, vale dar uma noção do valor que isso representava: o salário-mínimo, instituído em, 1º de maio de 1940, pelo Decreto-Lei no 2.162, tinha "valores distintos para cada região e sub-região, discriminados em tabelas específicas totalizando 14 Salários Mínimos diferentes, sendo o maior no valor de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis) e o menor 90\$000 (noventa mil réis)" (Hist. do Sal. Min, 2012).

financeiras da *Liga Brasileira de Higiene Mental* continuam na pauta do dia:

quase na iminência de cerrar as suas portas, por falta de recursos, a *Liga Brasileira de Higiene Mental* resolveu, pela primeira vez, desde sua fundação, dirigir-se às pessoas abastadas e generosas, solicitando-lhes o indispensável auxílio para que se não viesse a malograr um empreendimento de tão notório alcance com esse que se substancia em nosso programa médico-social ('Editorial', *Arquivos*, 1933, IV, 4, p. 381).

Deste modo, fica claramente perceptível a grande dificuldade enfrentada pela *Liga*, desde sua criação até o ano de 1933, no tocante ao apoio político e social à construção de clínicas, laboratórios e realizações de campanhas em prol da profilaxia das doenças mentais. Tal queixa é importante por nos indicar os limites da *Liga* – e da psiquiatria como um todo – quanto ao ganho, ou não, de espaço político entre os formuladores do processo de modernização da nação, o que nos impede de pensar em um discurso totalizante que invadisse todos os espaços sociais, políticos e científicos da nação, como alguns autores tendem a afirmar quando tratam do processo de medicalização da sociedade no período (c.f. Cunha, 1986; Machado, 1978). Ainda assim, a falta de apoio, que se desdobra em pouco suporte financeiro, não impediu a *Liga* de se manter ativa. Ela continuou dando prosseguimento às suas campanhas de profilaxia por meio, principalmente, da manutenção de seu maior veículo de divulgação de ideias, os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*.

Em sua revista, a militância da higiene mental pela prevenção das doenças psiquiátricas perpassava diferentes campos da esfera política, como, por exemplo, o da imigração. O então diretor do Hospital de Juquery, o médico Antônio Carlos Pacheco e Silva⁴⁰ (1925, *Arquivos*, I, 2, p. 27) ressaltava a importância de "coibir o ingresso de indivíduos perigosos ao nosso meio social", a fim de "contribuir para a seleção de nossa raça, afastando elementos nocivos que só servem para influir maleficamente na constituição das futuras gerações" (idem). Segundo o médico, muitos ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, sofrendores de perturbações mentais, estavam adentrando o país. Sobre esta entrada, o psiquiatra afirmava que, "aqui chegando, tais indivíduos, geralmente infectados pela sífilis, levam uma vida desregrada, entregam-se ao álcool e não tardam a cair nas malhas da justiça" (Pacheco e Silva, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.28). O psiquiatra destacava a necessidade de haver uma seleção mais eficaz para que o país não sofresse com as doenças derivadas dos imigrantes.

Notamos, portanto, que as propostas da higiene mental almejavam intervir em diversos

⁴⁰ Membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundador da Liga Paulista de Higiene Mental e um dos grandes personagens da psiquiatria de São Paulo (Cunha, 1986, p. 172).

setores sociais: desde o alcoolismo até as políticas de imigrações. Tais projetos tinham o objetivo de corrigir “vícios enraizados”, “extirpar infecções gravíssimas”, “depurar organismos sociais” e “aperfeiçoar a raça” para que, dentro dela, “já não venha o coeficiente de miopragia psíquica que a torne presa fácil da alienação e a condicione como degenerada” (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 1, p.1).

Em nome da modernização da nação, os higienistas mentais defendiam um processo de normalização da população através da rotinização de hábitos saudáveis e específicos para homens e mulheres. Dentre os costumes almejados, os doutores queriam interferir nas uniões matrimoniais por meio da legalização do exame pré-nupcial e da esterilização dos degenerados. Estas medidas eram ferozmente defendidas por parte de um grupo pertencente à *Liga* que era encabeçado pelo maior nome da eugenia no Brasil, o médico e farmacêutico Renato Kehl. No próximo tópico, discutiremos os projetos específicos da eugenia no Brasil.

2. 3. As Inter-relações dos saberes eugênicos no Brasil: entre propostas e contradições

A eugenia tem por fim cooperar para o aumento progressivo dos homens física, psíquica e moralmente sadios; para a diminuição paulatina do contingente dos fracos, doentes e degenerados, – concorrendo, desse modo, para a constituição de uma sociedade mais sã, mais moralizada, em suma, uma humanidade equilibrada, composta de indivíduos fortes e belos, elementos de paz e de trabalho (*Boletim*, 1929, I, 4, p. 1).

Renato Kehl distinguiu eugenia de eugenismo, afirmando que eugenismo se caracterizava como a “aplicação prática, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano”(Kehl, *Boletim*, 1929, I, 8, p. 1). Logo, o eugenismo incluía diversas atividades, tais como a educação, o saneamento, a higiene, o esporte, a legislação e tudo o que, “beneficiando o homem”, se direcionasse “direta ou indiretamente em benefício de sua prole” (idem).

Já a eugenia era por ele definida como “uma ciência de fronteiras perfeitamente delimitadas” tendo como finalidade “melhorar e proteger a espécie, pelo melhoramento e pela proteção das boas sementes e de seus portadores” para a defesa da “espécie, pela manutenção e multiplicação de boas linhagens” (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 8, p. 1). Com essa diferenciação, Renato Kehl buscava estreitar os limites do conceito de eugenia sem perder, porém, o apoio dos médicos engajados na luta pela medicina social e pela higiene.

O historiador Vanderlei Souza defende que a aproximação de Renato Kehl com a

eugenia negativa, efetuada depois de 1929, “não consistia exatamente em manter um distanciamento do pensamento médico sanitarista brasileiro, mas, antes de tudo, em distinguir-se desse movimento como forma de construir um espaço de legitimidade para a ciência eugênica” (Souza, 2006, p. 156).

“Em sua compreensão, apesar da importância moral e civilizadora que a educação, o saneamento, a higiene, o esporte e a legislação poderiam apresentar para beneficiar a humanidade, estas práticas não deveriam ser incluídas nos propósitos da eugenia” (Souza, 2006, p.167).

Portanto, no final da década de 1920, Renato Kehl definiu a eugenia como uma ciência da hereditariedade, apropriando-se das ideias de Weismann⁴¹ e Mendel⁴² de que as tendências inatas fixas independeriam do meio. Tal perspectiva não invalidou, porém, os esforços higiênicos frente aos problemas sociais. Tanto é assim que, ao enumerar as conquistas que a eugenia possibilitaria alcançar aos especialistas e leigos na “luta contra as degenerações neuropsíquicas”, Kehl ressaltou as questões derivadas da eugenia “positiva” e “preventiva”.

1° O conhecimento dos perigos da hereditariedade mórbida;
2° a educação psicosexual desde a segunda infância, que é para Freud o momento perigoso para o aparecimento de muitas psiconeuroses e psicoses;
3° o combate às infecções danosas ao sistema nervoso;
4° a luta contra as intoxicações como alcoolismo, cocainismo, morfismo, etc;
5° a luta contra as condições sociais que aumentam a miséria humana, o pauperismo e outras chagas sociais;
6° orientar as seitas religiosas nos princípios básicos e claros de higiene e profilaxia mentais;
7° ensinar nas escolas, no lar, em propaganda constante o combate aos erros causadores de doenças nervosas e mentais;
8° evitar quanto possível os cataclismos sociais, as guerras, as lutas que tanto desequilíbrios causam individual e coletivamente;
9° construir nas bases da eugenia as fórmulas de melhorias da espécie humana, em ação constante, onde a educação possa ter função civilizadora;
10° crer nos princípios da ciência e agir sempre em benefício do homem. (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 1, p. 2).

Apesar do destaque dado às questões da “hereditariedade mórbida”, a eugenia também fazia parte do programa educativo que militava pela prevenção das psiconeuroses e psicoses

⁴¹ August Weismann (1834 -1914): biólogo alemão cujas teorias eram diametralmente oposta às concepções ambientalistas, “concebendo a hereditariedade como uma função inata, uma condição fixa e inerente aos caracteres biológicos dos indivíduos. Para os eugenistas que compartilhavam desta perspectiva nenhuma alteração operada no meio poderia alterar o 'estoque genético' ou a hereditariedade” (Souza, 2006, p. 48).

⁴² Gregor Mendel (1822 -1884) foi monge agostiniano, botânico e meteorologista austríaco. Ele propôs que a existência de características (tais como a cor) das flores era devido à existência de um par de unidades elementares de hereditariedade, agora conhecidas como genes. Defendia, pois, a teoria da hereditariedade das características genéticas (Biografia de Mendel, 2012).

em crianças, que poderiam ocorrer nas escolas e lares, além de se propor como uma ciência preventiva das doenças de contágio e das doenças mentais em geral. Sendo assim, entendemos que “Renato Kehl articulou diferentes teorias e conceitos (...) nos limites da moldura social em que apareceram” (Castañeda, 1998, p. 41) para construir a ideia que defendia como sendo o conceito e a prática da eugenia. A pesquisadora Luzia Castañeda chama atenção para o fato de que tal articulação não era devida a uma frouxidão teórica ou à recepção passiva e acrítica de ideias:

“A conexão entre teorias lamarckistas e continuidade do plasma germinativo poderia ser questionada no contexto histórico científico de Kehl, mas não recusada como um todo. Diretrizes teóricas como lamarckismo, mendelismo e ‘weissmannismo’ não eram categorias estáticas e monolíticas como são consideradas hoje em dia. Por outro lado, ele [Renato Kehl] foi obrigado a dialogar com aquela moldura social que privilegia a campanha de saneamento no Brasil, desde a limpeza do solo até a higiene mental” (Castañeda, 1998, p. 41).

A eugenia no Brasil, portanto, preocupava-se também com as “condições sociais” que causavam miséria e “chagas sociais” (Kehl, 1941/1959, p. 288). Em consequência de tal percepção, em 1941, no livro intitulado *Psicologia da Personalidade*, Renato Kehl afirmou que “o homem representa bio-sociologicamente o produto da trivalência: hereditariedade, meio e educação” (1941/1959, p. 288). Deste modo, “disposições inatas (genotípicas) e as disposições adquiridas (fenotípicas) são as determinantes do indivíduo-personalidade” (idem). Por isso mesmo, ele afirmava acerca da personalidade humana que:

“Ninguém é alegre ou triste, calmo ou irritável, entusiasta, morno ou frio, sociável ou insociável – porque quer; ninguém é correto ou intrigante, confiante ou desconfiado, perseverante ou trêfego, sério ou velhaco, por vontade própria. A inteligência, as variantes de caráter, de atitude, de humor, são devidas a ações e interações dependentes, em primeiro lugar, de particularidades constitucionais e, em segundo, de influência da educação e do meio” (Kehl, 1941/1959, p. 295).

Deste modo, a presença do ambiente no discurso de Kehl continuou uma constante de seu projeto de eugenia, mesmo depois da aproximação à “eugenia negativa” de base organicista. Embora o eugenista, nos primeiros números do *Boletim*, distinguisse a “eugenia” de “eugenismo”, dissociando da eugenia os aspectos da educação e do saneamento, ao longo da década de 1930, esses dois conceitos apareceram muitas vezes associados, como constituintes de uma mesma ciência (Santos, 2008).

Devido à simpatia dos pressupostos oriundos das teorias sobre a hereditariedade weismanniana, alguns projetos mais radicais, como “a esterilização, o controle da reprodução

humana e dos matrimônios, restrição à imigração, além da segregação racial” (Souza, 2006, p. 163), eram veiculados não apenas no *Boletim de Eugenia*, mas também em outros periódicos científicos que circulavam na capital, como nos *Arquivos*. Sob esta perspectiva, Kehl defendia a “esterilização dos degenerados e criminosos” como uma medida de “política eugênica”, complementando o projeto de “exame de sanidade pré-nupcial” e alegando que, assim, se evitaria “a paternidade indigna” (Kehl, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.70).

Por conseguinte, o indivíduo que fosse considerado inapto pelo exame pré-nupcial deveria ser submetido ao método de esterilização, a fim de evitar a proliferação de heranças patológicas.⁴³ Conforme a argumentação de Kehl, “a esterilização é indicada e valiosa em casos especiais de doença e miséria: (...) ela deve ser aplicada compulsoriamente, a certos criminosos e em certos degenerados somatopsíquicos” (Kehl, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.73).

Ao afirmar que não apenas os doentes psicossomáticos deveriam ser esterilizados como também aqueles indivíduos miseráveis, Kehl deixava evidente que a questão social também seria um motivo relevante para a esterilização de um indivíduo. Se a pobreza havia sido percebida como um problema moral de falta de vontade (como no caso da atribuição de preguiça aos negros e índios no XIX, por exemplo), a ciência eugênica, tal como defendida por ele, atribuía à pobreza um problema biológico decorrente de hereditariedade. Deste modo, a eugenia rerepresentava o modelo elitista e conservador sob nova roupagem, em um processo de imputar a culpa e responsabilizar os pobres por sua inadequação social.

Destarte, o projeto de modernização desenvolvido pelos eugenistas aspirava a um país de indivíduos aptos ao exercício pleno da cidadania, o que significava fundamentalmente serem trabalhadores: esta era a condição de saúde do novo cidadão. Em um artigo intitulado “Talvez – Quem Sabe?”, Renato Kehl discorreu acerca da possibilidade da criação de uma “elite humana”, que poderia ser criada “num espaço de tempo relativamente curto” (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 3, p. 1). O eugenista afirmava que “bastaria a escolha dos reprodutores dos dois sexos, baseado em um acurado estudo da sua genealogia, em que ficassem provadas as suas boas condições somato-físicas e os cruzar, unindo-os pelo laço matrimonial” (idem).

Portanto, o projeto de Renato Kehl da criação de uma “elite humana”, de uma raça superior, era sua proposta de modernização do Brasil do futuro. Para a concretização desse projeto, os médicos deveriam intervir no cotidiano dos indivíduos lhes ditando regras, como com quem deveriam casar-se, quantos filhos deveriam ter, como deveriam cuidar e educar

⁴³ Além da esterilização, Kehl introduziu debates para a institucionalização dos exames pré-nupciais. Ele defendeu seu uso na primeira reunião da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918. Os exames pré-nupciais seriam instrumentos usados para encorajar a formação das famílias saudáveis (Kehl, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.70).

suas proles, etc. Enfim, estruturou-se todo um código de moral e de costumes que, aos poucos, deveria adentrar o cotidiano de homens e mulheres, instituindo-lhes normas.

Sobre a questão da raça, o eugenista Renato Kehl defendia que, no Brasil, fundiam-se três raças: “a branca, negra e a indígena”.⁴⁴ O médico acreditava que, por causa da imigração de “portugueses, italianos, alemães e polacos”, a tendência era o aumento de indivíduos da raça branca. Por isso, Kehl acreditava que, no futuro, o Brasil se constituiria de uma “elite humana” derivada do advento da “nacionalidade mestiça com predominância do elemento branco” (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 10, p. 4).

Logo, os médicos esperavam que fatores como o tempo, “o afluxo de novos sangues, imigração européia, cruzamentos melhores, melhor higiene, alimentação mais própria, menos álcool e mais esporte” propiciassem a sobreposição dos “caracteres positivos” das “raças elevadas” às raças negras e indígenas (idem). Com relação a esse assunto, João do Norte, da Academia Brasileira de Letras, afirmava na mesma revista que “nenhum país precisa mais de melhorar a sua raça do que o Brasil e, como, ele hoje se curva para si próprio, interessando-se pelos seus problemas vitais de toda a ordem, serão beneméritos todos os esforços por uma cruzada pró-melhoramento da espécie” (Norte, *Boletim*, 1929, I, 8, p. 4).

Renato Kehl defendia que os mestiços, fruto da junção do elemento “branco” com “preto”, eram, “na maioria, elementos feios e fracos, apresentando, com frequência, o vício de seus ancestrais” e “instabilidade de caráter” (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 10, p.3). Já os mamelucos, fruto da mistura de índio com branco, seriam superiores aos mulatos, pois seriam “fisicamente mais bem formados e mais fortes; fisicamente muito inteligentes, vivos e de caráter mais equilibrado” (idem). Contudo, ambos seriam “muito sôfregos, impacientes e pouco amigos da disciplina” (idem).

Embora Renato Kehl afirmasse que “a eugenia não tem preferência raciais, simpatias por uma raça e antipatia por outra, nem desconsidera os produtos oriundos de cruzamentos heterogêneos”, ele desaconselhava a mistura racial (Kehl, 1937, p.42). Prontamente, a “elite humana”, a raça elevada que era veiculada no *Boletim de Eugenia*, seria representativa daqueles indivíduos de predominância do elemento branco, pois esta era tida como a raça mais forte e saudável para constituir o Brasil do futuro.

Renato Kehl afirmava que “quem é bom já nasce feito”(Kehl, *Boletim*, 1929, I, 9, p.1). Nesse sentido, Kehl argumentava que “a humanidade se compunha de três espécies de gente:

⁴⁴ Kehl afirmava que as raças puras tenderiam a desaparecer com o passar do tempo devido as mestiçagens. (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 10, p. 4).

“gente inata e intrinsecamente humana (perfil normal), gente domesticável (perfil anormal) e gente doente e indomável (perfil patológico), esta última intangível a todos os processos e esforços educativos”(idem). Por conseguinte, o eugenista salientava que “a individualidade, como a personalidade, o modo de sentir, de agir, as tendências, os costumes, a capacidade intelectual ou física são reflexos desses caracteres inatos” (idem). E os caracteres inatos, que melhor poderiam compor um indivíduo normal, seriam os provenientes da raça branca.

Os artigos analisados do *Boletim de Eugenia* constituem um arcabouço de exemplos representativos do projeto de eugenia de Renato Kehl, que era imbuído dentro de uma utopia da “raça brasileira” aperfeiçoada (Kehl, *Boletim*, 1929, I, 1, p.1). Dessa maneira, para Kehl, a eugenia era a "chave magna da regeneração humana" (idem). Logo, para o eugenista, “ser saudável” era “ser moderno”, o que implicava em compartilhar os saberes disseminados pela eugenia, higiene mental e psiquiatria, de modo a evitar a proliferação de “heranças mórbidas”, transmitidas por fatores biológicos e hereditários, e aquelas desenvolvidas pelo contato com o meio imoral, pobre e miserável. Era necessário, portanto, assegurar às gerações futuras, sua saúde tanto somática quanto mental.

2. 4. A cidade, o modo de vida burguês e constituição do gênero feminino.

Como vimos, o discurso higiênico mental e eugênico centrava-se na afirmação de que não apenas os fatores hereditários mas também os ambientais produziam degeneração. Uma das grandes preocupações desses médicos se focava na vida citadina, que, segundo eles, causava danos irreversíveis à moral e aos bons costumes das famílias brasileiras.

Essa preocupação que atravessa os diferentes discursos da medicina mental pode ser exemplificada pelo artigo em que o Dr. Júlio Porto-Carrero alertava para comportamentos que desembocava no que ele chamava de “dissolução dos costumes sociais”, como “a emancipação da mulher, a cooperação desta no trabalho fora do lar, o divórcio, a vida cada vez mais externa” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 90). O psiquiatra se posicionava fortemente contra a atuação feminina em trabalhos fora do ambiente doméstico, pois os considerava contrários à natureza feminina.

Outro problema derivado da emancipação da mulher era a necessidade de colocar as crianças em “educandários, desde as curvas idades do jardim de infância” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 90), o que ocasionava a “perda do sentido do lar”, pois, de acordo com Porto-Carrero, a família se tornava “um conceito cada vez mais abstrato”, assim como o

“casamento, cada vez mais fácil de contrair e de se desfazer” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 90).

Já o psiquiatra Henrique Roxo afirmava que grande parte do desequilíbrio mental de adultos era resultado dos desdobramentos das condições insalubres do “meio doméstico, que fomentavam a doença mental” (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.3). De acordo com o psiquiatra, “uma vida de constantes dificuldades financeiras, de desajuizados domésticos diários, de trabalho excessivo sem compensador repouso imprescindível, condicionará uma susceptibilidade psicopática, quiçá irremediável” (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.5).

Mas a emancipação feminina não era unanimemente considerada de forma negativa. Nem tão distante dos referenciais higiênicos e eugênicos, a *Revista Feminina*, entretanto, tratava do tema da emancipação feminina de maneira positiva. Nela, afirmava-se que a “mulher precisa emancipar-se em primeiro lugar do jugo do seu dominador, fazendo-se independente pelo trabalho” (*Rev. Fem.*, 01/1929, s/p.); e, em segundo lugar, também do “jugo dos governos despóticos”, já que nessa época a mulher não tinha o direito ao voto (*Rev. Fem.*, 01/1929, s/p.).

A *Revista Feminina* considerava-se uma missionária na tarefa de conscientização dos direitos da mulher (Abrantes, 2006, p. 5). O voto era constantemente defendido nas suas páginas, muito antes de ele ser implementando, em 1932. Assim, sete anos antes da conquista do voto feminino no Brasil, a *Revista Feminina* já argumentava a favor do voto feminino, afirmando que, “de 54 nações independentes, 28 já deram às mulheres o direito do voto” (“A Mulher e o Voto”, *Rev. Fem.*, 01/1925, s/p.). A discussão retorna em 1928, quando se afirma que:

“numa época em que se pensa tanto nas crianças, em que se quer fazer tanta coisa boa para elas, pode-se, com justiça e acerto, esquecer-se da mulher? É preciso pensar que a maioria das votantes são mães, e uma mãe, nunca por dinheiro nenhum, por amizade nenhuma, nem mesmo por ocasião, votará a favor de uma lei má que possa prejudicar os seus filhos” (“O Voto Feminino”, *Rev. Fem.*, 01/1928, s/p.).

Nesse contexto, não podemos deixar de lembrar da trajetória política de Bertha Lutz (1894-1976). Segundo a historiadora Rachel Soihet (1974), Bertha foi uma das principais líderes da militância feminista no Brasil, lutando pelo direito feminino ao voto, pela educação da mulher e por sua profissionalização. As militantes feministas defendiam que o voto era legítimo, na medida em que as mulheres também estudavam e se preocupavam com o futuro do país, e, por isso, mereciam esse direito, que só foi conquistado em 1932, em muito devido

às lutas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização fundada em 19 de agosto de 1922 por Bertha (Serpa, 2003, pp. 140-141). Além da conquista do voto, foi criado o Código Eleitoral, que determinava voto obrigatório para as trabalhadoras do setor público e facultativo para as demais mulheres. Além disso, foi nesse período que surgiu a Justiça Eleitoral como meio de fiscalizar as eleições (Idem).

Para a historiadora Rachel Soihet, o “feminismo tácito” de Berta Lutz é um exemplo que ratifica a trajetória de mulheres que estavam criando estratégias para conquistarem direitos e garantir novos espaços de atuação frente a um mundo fortemente dominado pela lógica androcêntrica (Soihet, 2006).

Conquanto a *Revista Feminina* levantasse a bandeira da emancipação feminina, o tema do divórcio era visto negativamente. O discurso veiculado pela revista indicava o desquite como uma “desgraça na vida da mulher” (“O Voto Feminino”, *Rev. Fem.*, 01/1928, s/p.),⁴⁵ já que a família e a felicidade dos filhos era considerada a mola mestra para o futuro da sociedade. Desse modo, tal como os higienistas mentais, a linha editorial da *Revista Feminina* apontava o casamento como “um dos atos mais sérios da vida” e, caso não fosse respeitado, quem mais sofreria seriam os filhos: acreditava-se que as crianças criadas em lares harmoniosos desenvolver-se-iam melhor “física e moralmente” do que as de pais desquitados.

“O casamento está sendo encarado pela humanidade de uma maneira que assusta se olharmos o que será a família do futuro. Rapazes e meninas casam com a ideia preconcebida de se divorciarem, se não se derem bem, numa inconsciência absoluta dos deveres que contraem, quando casam, para com a sociedade, eles próprios e os filhos que virão a ter. O divórcio é um remédio violento para situações angustiosas, mas nunca deve ser admitido para que ao mais ligeiro capricho a mais pequena desarmonia, ou a mais ligeira veleidade amorosa, seja o remédio que corta o mal pela raiz (...) O divórcio só deve ser aceito quando a honra de um homem, ou a dignidade de uma mulher sejam absolutamente espezinhadas e que seja preciso um remédio energético para um mal sem cura. O homem que se casa deve medir primeiro toda a responsabilidade que toma ao constituir família e não como a maioria faz: casar para obter uma carinha bonita, que o apaixonou e, que por outro meio não pode ser sua” (“O Voto Feminino”, *Rev. Fem.*, 01/1928, s/p.).

⁴⁵ No período colonial, no Brasil, o divórcio poderia ser demandado por motivos de “ordem religiosa, adultério, sevícias e injúria grave”. Com a promulgação de um novo Código Civil em 1916, o significativo divórcio foi substituído pelo de desquite, designando, até 1977, “a separação judicial de pessoas e bens, sem dissolver o vínculo matrimonial”. Ou seja, a pessoa desquitada permanecia impedida de contrair um novo casamento (*apud* Muñoz, 2012, p. 132-133).

A revista *A Maçã* também tinha um posicionamento crítico acerca de alguns efeitos sociais provocados pela modernização das cidades. Um bom exemplo disso é a crônica “Bolinhas”, que alertava para os males do cinema, o que, segundo Wladimir Pinto, tornou-se “o maior inimigo da virtude” feminina:

“na tela e entre os espectadores, na semi-obscuridade da projeção, desenrolam-se coisas vergonhosas.

A moral é, pois, duplamente ofendida.

Exibem-se, com frequência, 'filmes' libidinosos a respeito de incestos, adultérios, amor livre, assassinatos, latrocínios, cenas de 'cabarés' e outras torpezas.

O estrangeiro parece sentir satânico prazer em mostrar-nos as misérias de suas decadentes sociedades.

Os frequentadores dos dois sexos, excitados pelo 'deboche' que veem aparecer no 'écran', entregam-se a depravações objetas, conhecidas pelo nome de 'bolinação'.

O cinema é o pai do 'bolina'.

Focalizemos esse tipo na sua zona de ação.

Entra ele no cinema, e tem de acomodar-se no primeiro lugar vago que encontra, examina, atento, as filas até descobrir o 'ponto estratégico', isto é, um assento vago perto da vítima.

Então, muito cortes e jeitoso, abanca-se ao lado dela..

Escurecendo a sala, o bolina começa o 'joguinho'

Na tela, enquanto passa uma comédia ou drama de enredo amoroso, o crápula age: 'cutuca' (palavra de vulgata) nas pernas e nos braços da vizinha que, sendo pundonorosa (sic), afasta-se desse contato, muda-se de lugar ou aplica o merecido corretivo de uma bofetada no insolente.

(...)

A polícia compete agir contra esses perigosos sátiros, mantendo atenta vigilância nas casas de diversões.

Os pais precisam de máxima cautela, não consentindo filhas nos espetáculos, sozinhas, ou ao lado de estranhos.

Causa tristeza ver a que ponto chega a perversão dos costumes nas grandes cidades onde moças distintas, inclusive meninas de dez anos, entregam-se às bolinações nos bondes, cinemas e lugares de aglomeração.

Hoje até os velhos procedem assim! (Pinto, *Rev. Fem.*, 12/12/1925, IV, 201, s/p)

A historiadora Carla Ferraresi, quando aborda a entrada do cinema no cotidiano social brasileiro, salienta que a normatização social das condutas tanto de homens quanto de mulheres estava sendo realizadas com o intuito de *civilizar* os corpos, a fim de que eles deixassem de lado os instintos primitivos para alcançar o progresso social (Ferraresi, 2007, p. 32). Entretanto, na contramão do que era divulgado socialmente por grupos conservadores da sociedade como modelos a serem alcançados, estavam os textos de *A Maçã*, que traziam, em geral, críticas ferrenhas ao homem “capitalista”, condenando sua ambição desmedida por dinheiro, *status* social e bens materiais.

Sobre esse assunto, destaca-se o conto “Chiromancia”, adaptado de Pierre Van-

Dongen. A história narra o encontro de um homem com uma cartomante na rua que lhe afirma o seguinte: “vai ser muito rico. (...) goza de muita saúde (...) Vida muito comprida (...) mas terá uma grande desgraça, senhor! Uma grande desgraça!” (...) Passados oito anos, as premonições da cartomante haviam se concretizado. O homem estava “rico, três vezes milionário”. E, quando ele saiu à rua e encontrou-a novamente, foi até ela feliz lhe contar sobre seus acertos nas premonições que lhe fizera: “- Sabe que tudo que você me profetizou, há oito anos, me aconteceu? Prosperei, enriqueci, gozo de saúde; vivo em suma feliz...”. A cigana, porém, insistiu novamente em avisá-lo acerca da desgraça que havia previsto:

–É verdade. Uma grande desgraça, senhor...

–Mas já foi afastada... não foi?

–Não meu senhor, já aconteceu...-Tornou à boêmia, sacudindo a cabeça.

–Já aconteceu? e eu não senti? - gritou o milionário, satisfeito, contente com aquela invulnerabilidade da sua ventura.

A cigana encarou-o

–É verdade, meu senhor.

E, com pena:

–As vezes, meu senhor, há desgraças grandes, enormes e o próprio desgraçado não sabe...

E afastou-se, rápida, do automóvel, deixando o capitalista mudo, boquiaberto, olhando-a da portinhola (Van-Dongen, *A Maçã*, 3/01/1925, III, 152, s/p).

Observamos, assim, que as crônicas da revista *A Maçã* valiam-se do humor para tratar, na maioria de seus textos, de questões ideológicas e políticas da sociedade, lançando mão de uma “(...) linguagem metafórica, com o “eu” do cronista”. Falava também “(...) de sentimentos, de sofrimentos e da tristeza” (Scheibe, 2006, p. 50).

Outro bom exemplo de crítica ao modo de vida burguês intitula-se “À Sombra da Macieira” (Conselheiro X.X., *A Maçã*, 11/02/1922, s/p). Na cena inicial do conto, o narrador descreve as memórias de um “velho capitalista, que olhava a manhã resplandecente” na sombra de uma macieira em sua chácara. Para ele, o mundo fora “realmente delicioso. A luz, o vinho, as mulheres, os teatros, as boas iguarias”, as quais ele lembrava ter experimentado na juventude, aparecem então como a tônica de suas memórias. Enquanto rememora o passado, chega seu filho, Pedro, que pede para o pai subir na macieira para pegar as frutas, que abundavam apetitosas. Esta é a chave para o fechamento do conto. O personagem retruca:

– quem me dera, Pedro!

E baixando o rosto para esconder uma lágrima:

–Na minha idade, meu filho.

E concluindo, à meia voz.

–Não se trepa mais (Conselheiro X.X., *A Maçã*, 11/02/1922, s/p).

Assim, os textos exploram a decadência do “velho capitalista”, mostrando como a luxúria e os prazeres da carne, que outrora marcaram a juventude, com a velhice, se esvaem. O “velho capitalista” é caricaturado diversas vezes nos contos do Conselheiro X.X. com profundo desprezo e ironia, considerando sua vida medíocre e insignificante. Esses contos demonstram também outra de suas facetas: a decadência e a impotência, marcas do capitalismo e da sociedade sôfrega (caracterizadas também pela ilustração do homem capitalista tentando dar a maçã para a bela mulher nua – representada como a Eva – e, no meio da crônica, encontra-se um velho moribundo – a representação singular da decadência masculina).



Revista A Maça. 11 de Fevereiro de 1922, Ano I, n. 1, s/p.

Além da crítica ao modo de vida burguês, os textos de *A Maça* tratavam de “assuntos

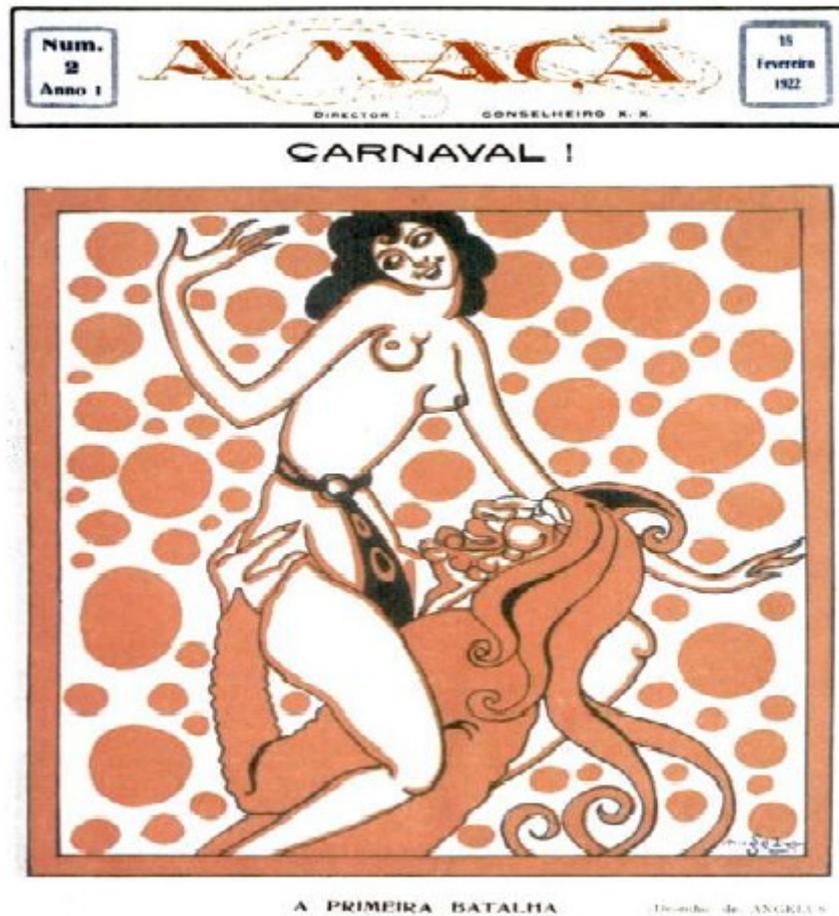
considerados tabus, como relacionamentos extraconjugais, emancipação feminina, ascensão social de prostitutas, desejo, traição, etc.”, sendo a revista considerada pela crítica como a mais escandalosa e agressiva do período (Buitoni, 2009, p. 65).⁴⁶ O crítico e religioso Jackson Figueiredo argumentava que Humberto de Campos era

a degradação de uma inteligência brilhante, e chegou até a chamar para ele, para a sua literatura, principalmente para *A Maçã*, a atenção da polícia: *A Maçã* – sustentou o crítico das *Afirmções* – nos seus três números já publicados, é talvez mesmo o maior atentado que já se haja feito aos bons costumes da sociedade carioca. (Figueiredo *apud* Picanço, 1937, p. 244)

A Maçã chamava atenção pelo seu *design*, sendo ilustrada por renomados ilustradores da época que inovaram na formatação e ilustração de várias revistas brasileiras do período, como “[Andrés] Guevara, Romano e Calixto” e por “Shimmy, de 1925 a 1928” (Buitoni, 2009, p.65). De acordo com Mônica Velloso (1995, p. 271), essas ilustrações retratavam o Brasil pela face cômica, exaltando a modernidade através de irreverência do humor, “especialmente, nas revistas humorísticas ilustradas” (Velloso, 1995, p. 275).

As capas da revista *A Maçã* eram um verdadeiro escândalo social, pois colocavam as mulheres, muitas vezes desnudas e em posições sensuais, como o exemplo a baixo:

⁴⁶ Foi justamente por se centrar nesses temas, aliás, que *A Maçã* acabou sendo vítima da censura (Cardoso *apud* *Revista Veja*, 22/06/2010).



Revista A Maça. 18 de Fevereiro de 1922. Ano 2, n. 1.

O escândalo era ainda mais evidenciado pelo tratamento aos temas delicados, já que os textos se utilizavam do blague e do riso dos leitores como estratégia discursiva. De fato, ao analisar a teoria do discurso persuasivo, herdada da cultura retórica da antiga Roma pela Renascença, o historiador Quentin Skinner (2002, p. 9) chama a atenção para a utilização do riso como ferramenta retórica, considerada por ele como potente estratégia argumentativa “em debates legais e políticos”, na denúncia de comportamentos grupais, morais e culturais. Este parece ser o uso do humor aqui, como nos mostra Mônica Velloso:

“no início do século, as revistas humorísticas ilustradas adquirem alto poder comunicativo, conquistando seu público leitor tanto entre as elites como entre as camadas populares. Discutindo as questões do cotidiano carioca e os problemas da nacionalidade a partir de um enfoque satírico-humorístico, essas revistas constroem uma visão da nossa cultura que acaba sendo incorporada como dimensão constitutiva da tradição brasileira” (Velloso, 1995, p. 270).

Podemos perceber, portanto, que a modernização das cidades ocasionou mudanças significativas na vida dos seus cidadãos. Algumas destas eram concebidas negativamente pelo grupo de médicos e intelectuais do período. No entanto, essa não era uma opinião unívoca entre os diversos grupos sociais analisados, já que algumas militantes feministas viam positivamente certos avanços políticos e lutavam pela conquista de outros, enquanto que grupos, como artistas de vanguarda, anarquistas e marxistas, criticavam a opressão histórica contra a mulher.

Em meio às críticas aos caminhos tomados pelo Brasil, tanto especialistas quanto leigos sugeriam diferentes modelos de mulher, bem como indicavam certos padrões femininos desejáveis. No próximo capítulo, adentraremos mais profundamente nas propostas defendidas pelos higienistas mentais, eugenistas e leigos no que tange as representações de mulher, buscando entrever se a ideia de *normalidade* e de *anormalidade* femininas advindas do campo médico se entrelaçavam aos diferentes modelos apresentados nas revistas leigas.

CAPÍTULO 3:

PARTE I: Representações do Feminino em Periódicos Científicos e em Revistas Leigas

É a vós, minhas senhoras, a vós, às mulheres, a parte mais útil na função procriadora, vós, a melhor metade da espécie humana, a vós, cabe, principalmente a guarda dessa perpétua conservação que é a felicidade da família, a grandeza da Pátria, a paz eterna entre os homens, na Terra (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1929, II, 3, p.132).

3. 1.a. A *Mulher Normal*: a visão da Higiene Mental

O discurso da higiene mental definia a “mulher normal” a partir de alguns tipos muito específicos, como o de “mulher-mãe”, “mulher-esposa” e “mulher-noiva”. O psiquiatra Porto-Carrero alegava que a “esposa-mãe” era o “tipo completo de mulher normal” (Porto-Carrero, 1933, p. 91). Conforme os argumentos do médico, o “mito da Virgem-Mãe aparece em várias religiões, como o padrão máximo de mulher perfeita: virgem e fecunda” (Porto-Carrero, 1933, p. 92).

O psiquiatra Porto-Carrero apropriou-se das teorias freudianas sobre o feminino⁴⁷ e sobre a sexualidade⁴⁸ para indicar três caminhos possíveis para a “dissolução do complexo de castração” para mulheres: o primeiro caminho rumaria à saída pela neurose, com a renúncia ao prazer sexual; o segundo derivaria do complexo de masculinidade (mulher fálica), no qual a mulher assumiria o papel do homem; e, por fim, o terceiro seria o que ele denomina de feminilidade, que estaria relacionado à reivindicação do falo por meio da transferência do desejo do falo para a figura do filho. Este último seria a dissolução ideal do complexo para as mulheres e implicaria em um papel naturalizador das mulheres frente a maternidade (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1930, III, 5, p. 159).

Podemos notar, portanto, que o constructo teórico de “mulher-normal” elaborado pelo médico Porto-Carrero associava intrinsecamente a mulher ao matrimônio e à reprodução. Além disso, a imagem feminina era representada por meio de características naturalizadas de passividade e afetividade, já que para Porto-Carrero, “a mulher é o ser que espera, que a

⁴⁷ De acordo com Freud, “a psicanálise não tenta descrever o que é uma mulher – seria uma tarefa difícil de cumprir – mas se propõe a indagar como é que a mulher se forma como tal, como se desenvolve mulher, já que tal destino não seria natural porque toda criança seria dotada de uma disposição bissexual” (Freud, 1932, p. 117).

⁴⁸ Sobre o tema, ver: Freud, S. (1972). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp. 135-250). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1905).

princípio se esquiva ou resiste, que por fim se entrega, se abre, suporta a agressão; o homem é o ser que procura, que excita, que penetra, que agride” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1930, III, 5, p. 158). Essa mulher passiva era a mulher normal e, portanto, saudável. Vale ressaltar, então, que o termo *normal* era por esses médicos entendido como sinônimo de *saúde*.

Devido a essas características tidas como naturais, a mulher *normal* foi concebida pelo doutor como a imagem da bondade, da ternura, da fragilidade, do amor, da “abnegação”, “do apagamento de si mesma” em prol dos desejos dos filhos e do marido. (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1930, III, 5, p. 158). Finalmente, além desses atributos, a “esposa satisfatória” seria aquela que, através de “seus carinhos e cuidados verdadeiramente maternos”, trouxesse felicidade para o marido e filhos (Porto-Carrero, 1930, *Arquivos*, III, 5, p. 159).

Não muito distantes da visão de Porto-Carrero estão as ideias do psiquiatra Antônio Austregésilo, de acordo com quem a imagem da esposa ideal se delinaria na figura do “arcanjo solícito e sentimental”, caracterizando-se por sua constituição “branda, submissa e amorosa”. Ela seria a “força do lar, a vigilante, a espiã avançada e o anjo de guarda da família” (Austregésilo, 1938, p. 109).⁴⁹

No entanto, ao contrário do que propunha o Dr. Porto-Carrero, a figura construída por Austregésilo se estruturava mais em forma de exaltação do que de subjugo. Isto é, para o último, características como bondade e ternura deveriam ser valorizadas, uma vez que delas dependia a civilização. Assim, a mulher modelar, a boa mãe, seria de fundamental importância, pois “o amor materno deve ser força útil, grandiosa e não declive para dores insolúveis; o amor materno deve constituir a base da sã moral” (Austregésilo, 1938, p. 108). No que diz respeito à família e à sociedade, aliás, “a mulher progressivamente mostrou-se colaboradora da civilização brasileira no ensino, na política, na ciência, nas letras e na administração”(Austregésilo, 1938, s/p.).

Outro médico psiquiatra e membro da *Liga Brasileira de Higiene Mental*, Alfredo de Britto⁵⁰ também articulou a identidade feminina com as atividades privadas, descrevendo algumas dessas tipificações referentes à mulher modelar:

Será a *mulher-mãe*, mostrando ao seu filho os perigos e os inconvenientes das bebidas alcoólicas, educando-o na abstinência, e entre carinhos e beijos maternos, será fácil de ensinar e mais fácil ainda de aprender; será a *mulher-professora*, que na escola completa a educação materna e fornece a instrução necessária para a boa compreensão dos desastres da intoxicação alcoólica; será

⁴⁹ Nesta dissertação, citamos a segunda edição do livro “O Perfil da Mulher Brasileira”, cuja primeira edição data o ano de 1924.

⁵⁰ Não encontramos referências bibliográficas específicas sobre este psiquiatra.

a *mulher-noiva*, que com seus encantos e o ardor de sua paixão conseguirá farta vez (*sic*) com um simples olhar, o abandono, pelo seu eleito, de um vício talvez adquirido em más companhias, e que viria certamente a perturbar a felicidade dos seus róseos sonhos de virgem enamorada; será a *mulher-esposa*, que com seu amor e o seu carinho, tudo conseguirá do seu esposo, e, nas horas de adversidade ou nos momentos de tristeza, com o seu conforto, evitará que ele procure afogar as suas dores na alegria fictícia e na fantasia do álcool (Britto, *Arquivos*, 1930, III, 6, p. 205).

Portanto, podemos perceber que a mulher era considerada por esses articulistas como grande coadjuvante do projeto de modernização proposto pelos médicos-mentais para a modernização da sociedade (Costa, 1983). A mulher-mãe e esposa eram delineadas como o grande símbolo da civilidade feminina, tanto que o médico Austregésilo salientava que fora desses papéis, “coisa raríssima”, “a mulher brasileira é má” e deveria ser diagnosticada como portadora de “degeneração nervosa e mental” (Austregésilo, 1938, p. 109). De acordo com Porto-Carrero:

“Quando cada mulher (...) tiver confiança em si e sentir o dever da espécie, de ser mãe, quando a escolha do esposo puder ser consciente, por uma educação sexual que não a deixe corar ante o ato natural com que os pais a engendraram, quando uma educação física lhe demonstrar que muitos dos seus impulsos podem ser sublimados, sem fantasias românticas e sem misticismo neurosante (*sic*), então a servidão da mulher será um fato histórico, a tentar pesquisas de ciência, pois que a esposa e a serva serão conceitos antagônicos” (Porto-Carrero, 1933, pp. 113-114).

Destarte, é possível verificar que as representações modelares de mulher divulgadas pelos higienistas conformam o discurso que associa a identidade feminina *normal* com lugares sociais muito bem definidos. Basicamente, podemos resumi-las ao papel de mulher-mãe, preocupada com a educação e saúde física e mental de seus filhos, e ao papel de esposa, que “sublima” suas vontades pelo bem maior: a família e, por extensão, a nação. No próximo tópico, analisaremos os modelos de mulher divulgados pelos eugenistas brasileiros.

3. 2.a. “Quem é bom já nasce feito”: Representações da *mulher normal* nas propostas eugênicas

"A eugenia considera a beleza a NORMALIDADE" (Kehl, 1925, p. 100)

Na maioria dos escritos dos articulistas do *Boletim de Eugenia*, as representações de

modelos femininos eram comumente associadas ao papel social da “mulher-mãe”, já que, de acordo com os preceitos eugênicos, o exercício dessa função seria o “auge da vida da mulher” (Serafim, *Boletim*, 1930, II, 14, p.1). Entretanto, para a melhor desenvoltura desse papel, era necessário a busca pelo conhecimento científico que somente os médicos poderiam fornecer (idem).

A eugenista Silvia Serafim reafirmava a necessidade da mulher de aprender a ciência contida na função materna: o saber maternal. Apenas assim, ela poderia exercer a maternidade de forma “digna”, o que, para ela, significava que a tarefa de ser mãe deveria ser exercida com “consciência” e “vontade”; não como uma mera “fatalidade” do destino (Serafim, *Boletim*, 1930, II, 14, p.1).

Além da mãe, outro alvo central do discurso eugênico era a saúde dos nubentes. A saúde física e mental dos noivos era a garantia para a obtenção de proles sadias, as quais, de acordo com o psiquiatra Porto-Carrero, eram o produto mais importante do casamento. Porto-Carrero argumentava ainda que “todos têm o direito de amar, todos têm o dever de reproduzir. O ideal será, não limitar o direito da conjunção sexual”, mas obter condições para que “todos pudessem procriar com saúde” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, pp. 92-93). Segundo o psiquiatra e eugenista:

“A procriação eugênica é uma questão de higiene, em geral, é uma questão de assistência; é, porém, antes de tudo, uma questão de educação. A consciência sanitária popular forma-se no berço e jardim de infância. A educação das massas será tarefa suave, quando elas todas hajam passado pela escola. Então será mais fácil fazer a propaganda do exame médico anual, da consulta pré-nupcial, do tratamento das grandes doenças transmissíveis” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 93).

Particularmente sobre esse assunto, dois livros de autoria do médico Renato Kehl destacaram-se no período analisado: o primeiro foi o *Como escolher um bom marido*, publicado em 1924; e o segundo foi o *Como escolher uma boa esposa*, publicado no ano seguinte. Ambos foram direcionados a jovens que almejavam constituir família, e, por conseguinte, ter filhos.

No livro *Como escolher um bom marido*, Renato Kehl frisou que seu público-alvo era “a mulher mãe, dona de casa, educadora, enfermeira, propagandista de ideias e intuítos sociais, altruísta” (Kehl, 1924/1935, p.7). Em sua introdução, o autor afirmava ter sentido a necessidade de escrever esse livro como estratégia para “proteger a espécie contra a degeneração” (Kehl, 1924/1935, p.15). Isto é, a obra objetivava impedir casamentos que pudessem proliferar doenças tidas como as “mais ameaçadoras, tanto para os pais, quanto pra

os filhos”, como, por exemplo, a “tuberculose, as doenças venéreas e as doenças mentais” (Kehl, 1924/1935, p.88).

O livro nos dá um perfil extremamente claro acerca das relações de gênero consideradas como saudáveis e potencialmente bem-sucedidas. Neste sentido, somos informados de que, em um casamento, “o homem deve ter idade superior à da mulher, em média de 6 a 12 anos”, pois “a mulher amadurece mais cedo que o homem, mas envelhece também mais depressa” (Kehl, 1924/1935, p. 78).

Esse discurso é repetido no outro livro do eugenista, *Como escolher uma boa esposa*, em que Renato Kehl aconselhava jovens interessados em contrair os laços matrimoniais a escolherem uma “boa esposa”. No texto, Kehl ensina aos rapazes como se indagarem para saber se haviam escolhido a mulher adequada:

“Terei encontrado a esposa dos meus sonhos? – dirá o enamorado cauteloso, com receio justificável dos ardis desse Deus pagão.
Será realmente gentil e formosa, um legítimo “bom partido”?
—É indispensável que o seja, possuindo dotes físicos e de espírito, que encantem e dominem os sentidos e a inteligência” (Kehl, 1925, p. 76).

Os tipos de caracteres genéticos que a mulher deixaria de herança para suas proles era uma grande questão para a eugenia. De acordo com o historiador Vanderlei Souza, “no final dos anos de 1920, Renato Kehl argumentava, através do jornal carioca *A Ordem*, que, ‘em relação à biologia humana’, a mulher representava 75% da determinação sobre a constituição da prole, ao passo que a influência do homem era de 25%” (Kehl *apud* Souza, 2006, p. 173). Desse modo, para Kehl, “são as mulheres fortes que fazem uma raça forte; - são as mulheres belas que garantem a beleza de uma raça forte” (idem). Citando o filósofo Kant, o eugenista descreve uma “bela mulher”:

“para o homem do povo, é a mulher grande, vigorosa, de cores frescas, de amplas formas, e é também aquela que pode melhor satisfazer o instinto sexual. Nas classes elevadas da sociedade, a idéia do belo não corresponde, exatamente, às necessidades primitivas da raça e do indivíduo, é que essas necessidades se modificaram, de um modo geral, e se depuraram pouco a pouco” (Kant *apud* Kehl, 1925, p. 77)

Embora o eugenista considerasse a beleza o “epifenômeno da saúde” e a igualasse à normalidade “somática, psíquica e moral” (Kehl, 1925, p.95), que constituiria “um corpo vestido de encantos” (Kehl, 1925, p. 78), ele também propunha que os rapazes evitassem “procurar para a esposa a mulher bela, simplesmente bela, sem outros dotes que a

dignifiquem” (1925, p.95), pois, por trás de um belo corpo, poderia se esconder “um mau caráter, um vício constitucional e taras nervosas graves” (1925, p.100). Assim, além da beleza saudável, seria fundamental que a mulher apresentasse inteligência:

“as mulheres inteligentes e cultas exercem forte, benéfica e indiscutível influência nos destinos da família. A inteligência e a educação esmerada, além de representarem os elementos indispensáveis dos prazeres espirituais da vida, constituem sólidas garantias de felicidade e alegria doméstica; são auxiliares valiosas da boa criação e educação dos filhos e das exigências da sociedade. Cabendo às mulheres a principal responsabilidade na formação do caráter da prole, a responsabilidade, portanto, das virtudes e dos vícios dos filhos, patenteia-se a necessidade de evitar o casamento com jovens fúteis, artistas da frivolidade, e com levianas, que, infelizmente, representam grande porcentagem entre as mulheres, sobretudo das metrópoles” (Kehl, 1925, pp.88-89).

Entretanto, como o próprio eugenista salientou:

“Instruir-se e educar-se, não quer, porém, dizer emancipar-se, na verdadeira acepção dada a palavra, pelos modernistas que se batem pela equiparação dos dois sexos, os quais, por sua natureza têm de conservar-se, paralelamente distintos, exercendo cada um o seu papel na finalidade e fundindo-se ambos, completando-se para a perpetuação da humanidade” (Kehl, 1925, p.90).

Como notamos com o exposto anteriormente, embora Kehl valorizasse a inteligência feminina, ele não militava pela emancipação da mulher. Pelo contrário, para o eugenista, “o homem governa na rua, a mulher reina no lar” e ambos teriam seus “poderes e direitos equilibrados e compensados” (Kehl, 1925, p.91). Como ele próprio afirma, “a força da mulher reside na sua feminilidade, está na sua fraqueza e, por isso, deve ela ser o inalterável ser feminino, isto é, uma instintiva e delicada criatura, flexível e vivaz, em que predominam, poderosamente, as qualidades de ternura, bondade e da graça” (1925, p.91).

Ainda no que diz respeito à beleza, o eugenista salientava que “as mulheres sem nenhum atrativo são raras; quando mais não a apresentam, tem a mocidade, que também é beleza”. Assim, as mulheres que “tem rosto feio, tem corpo bonito; se não possuem rosto nem corpo bonito, têm cabelos belos, ares graciosos, voz encantadora” (Kehl, 1925, p. 99). Logo, de acordo com Kehl, seria “belo todo o indivíduo dotado de saúde e robustez, apresentando uma compleição física e psíquica normais” (Kehl, 1925, p. 100).

Kehl ressaltava, então, as artimanhas de que as mulheres deveriam lançar mão para atenuar e “compensar as imperfeições” e conseguir, assim, conquistar um “bom marido”: era necessário “preocupar-se com os toucados, com os perfumes, com o trato da pele e unhas”. Para Kehl, isso seria uma “legítima demonstração de ‘bom tom’, de esmero, de apuramento”

(Kehl, 1925, p. 82).

A beleza, portanto, se constitui como referência de normalidade e adequação para as mulheres, a que quase todas teriam acesso, o que seria uma norma constante junto ao sexo feminino. Os pesquisadores André Silva e Silvana Goellner também reafirmam o vínculo dessa beleza com a normalidade em seus achados:

“a mulher eugênica deve cultivar em seu corpo a beleza honesta por meio de estímulos fisiológicos dos exercícios ginásticos – sua beleza deve ser “natural” e higiênica. Saúde, honestidade, robustez e formosura são predicados que se tornaram centrais com a marginalização de feminilidades desviantes” (Silva e Goellner, 2008, s/p.).

Após ultrapassar as primeiras etapas de análise, Kehl assevera ainda que, para a adequada “escolha do bom partido”, seria ainda necessária a realização do “exame anti-nupcial dos nubentes, procedido por médico idôneo” (1925, p.101), para evitar o nascimento de proles degeneradas, que viessem a comprometer o futuro da nação.

Portanto, quando analisamos as representações de mulher veiculadas por Kehl e por seus pares eugenistas, podemos concluir que, em nome do “bem da nação” e do “futuro da espécie”, os médicos consideravam-se legitimados a interferir nas escolhas individuais de um “bom marido” e de uma “boa esposa” por meio do discurso eugênico sobre a normalidade. Esse discurso, além de discorrer sobre a importância de se pensar na hereditariedade dos fatores biológicos, também reafirmava uma ideologia moralista e conservadora, que distinguia os comportamentos sociais entre as diferentes camadas sociais, sobrevalorizando as camadas mais abastadas da sociedade, além de reafirmar o papel de subordinação das mulheres frente aos homens.

O conteúdo apresentado possibilita-nos depreender a ideia de que a prescrição para uma “mulher normal” incluía seu papel como a “rainha do lar”, a “mulher-mãe”, a educadora das proles, mas incluía também o da “bela mulher” que encantaria seu marido com perfumes e toucados. Os saberes eugênicos sobre gênero divulgavam construções dicotômicas que, ao mesmo tempo em que afirmavam a complementaridade dos sexos, ratificavam a fraqueza constituinte da mulher e valorizavam a força física e intelectual do homem. Isso posto, podemos afirmar que o discurso médico modernizador e preventivo não propunha uma igualdade política e social, mas se afirmava como um discurso androcêntrico, que valorizava os atributos masculinos para o espaço público em detrimento daqueles do feminino, voltados para a atribuição *natural* da maternidade e do espaço privado.

No próximo tópico, analisaremos as duas revistas leigas que circulavam na década de

1920, concomitante ao *Boletim de Eugenia* e aos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, com o intuito de avaliar se elas divulgavam modelos de mulher marcados pela noção de *normalidade* feminina advinda da medicina mental. Com isso, almejamos entrever em que medida o processo de disciplinarização da sociedade estava posto no período em análise (Foucault, 2008), como o afirmam diversos autores brasileiros (Costa, 1989; Cunha, 1986; Machado, 1978;). E, caso tal dado possa ser encontrado, interessar-nos-á, pois, identificar de que modo as referidas noções eram efetivamente apropriadas pelos leigos.

3. 3.a. Representações do feminino na revista *A Maçã* (1923-1929)

Na retórica de *A Maçã*, as mulheres eram constantemente retratadas como ardilosas, ambiciosas e interesseiras. Tal imagem era ratificada por figuras de linguagem e caricaturas que retratam belas mulheres casadas com homens feios, mas de muitas posses.

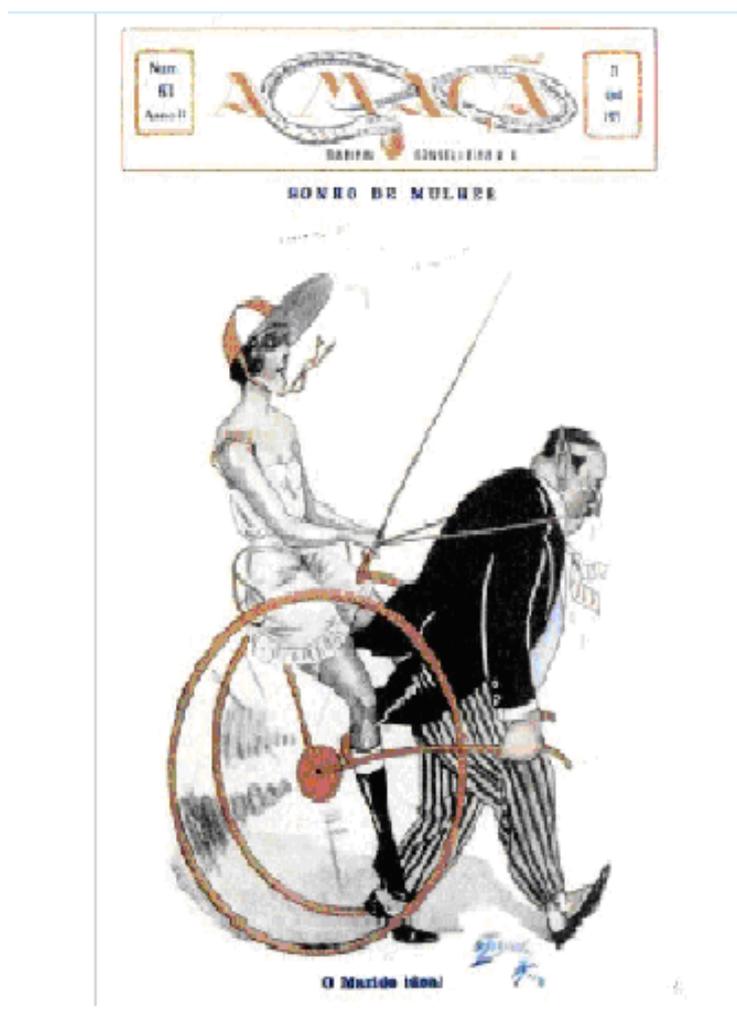
Estas personagens eram, frequentemente, alvo da revista, como na crônica “Punição”, em que o autor, Almirante Justino Ribas, narra a história de D. Edith, “uma das senhoras mais lindas e que melhor se vestiam nos altos círculos mundanos da cidade”. O autor destacava sua “doçura” e a “pureza do seu coração”. A personagem construída pelo pseudônimo de Campos era “alta, forte e esbelta, os vestidos, por mais simples e despreziosos, sempre lhe ficavam bem”. Em contraste com tanta “beleza” e “pureza”, seu marido era qualificado na crônica como tendo “feições quase de um Quasímodo”. O esposo, Dr. Avertano Mathias, “era um dos homens de pior aparência do Rio de Janeiro” (Ribas, *A Maçã*, 07/02/1925, III, 157, s/p).

A crônica se passa quando o Dr. Avertano, por causa de problemas financeiros, precisa afastar-se da cidade. E “esse chamado tão brusco, tão inesperado, em uma época de festas, de bailes, de tentações mundanas, fê-lo pensar de súbito, no perigo a que se expunha deixando a sua mulher, tão linda e tão cobiçada, sozinha no Rio de Janeiro” (Ribas, *A Maçã*, 07/02/1925, III, 157, s/p). Preocupado com a situação, o Dr. Avertano chamou-a para conversar e declarou todo seu medo de ser traído em sua ausência. Ao que ela o respondeu: “Ora, filhinho, tu tens coragem de dizer-me isso? (...) Se não te engano quando tu estás perto de mim e eu te vejo todos os dias, como é que faria isso longe de ti, sem esse incentivo para a traição, para o crime, para o pecado?”(idem).

Assim, a crônica se encerra com essa frase interrogativa de D. Edith, que saúda o leitor com uma relação marital caricata dos modelos complementares estereotipados do período. Vale dizer que, ao longo da crônica, podemos verificar uma constante crítica aos casamentos

que não eram constituídos pelo afeto ou respeito recíprocos, mas por interesses financeiros, que, segundo as críticas da revista, eram preponderantes na sociedade.

O tema da mulher bonita e casada com marido rico reaparece até mesmo em uma capa da revista *A Maçã*, que é ilustrada com a imagem de uma moça jovem e bela, fazendo par com um homem velho, feio e com roupas elegantes. Com a exposição da figura construída pela referida caracterização, a revista destacava como os casamentos eram realizados na sociedade moderna, na qual o dinheiro compra o amor e sustenta o matrimônio. Assim, as esposas caracterizadas em *A Maçã* como maioria na sociedade estavam bem próximas daquelas mulheres caracterizadas como más e raras de acordo com Austregésilo (1938), que representou em seu livro um perfil de normalidade feminina bastante distante do contido nas páginas das revistas de grande circulação, pelo menos no que tange suas características de personalidade:



De fato, nas páginas da revista *A Maçã*, encontramos representações de mulheres belas, jovens e atraentes, tais como o médico Renato Kehl elencava. Entretanto, o caráter dessas mulheres, apresentado pela revista como constitutivo do perfil psicológico da grande maioria das mulheres cariocas, em nada parecia com aqueles traços psicológicos indicados pelo médico como necessários para o sucesso do matrimônio. Mas, este não seria um problema presente nas crônicas da revista *A Maçã*, já que a maior parte das jovens delineadas pela revista não se casava pensando na saúde das proles, mas nas joias que receberia do marido.

Sendo assim, a ideologia embutida nos discursos da revista não previa a existência de mulheres que buscavam por um noivo sadio para uma reprodução saudável, conforme determinavam os princípios eugênicos ou higiênicos; antes, denunciava uma sociedade em que teria como norma para mulheres a busca de ascensão social. Em contrapartida, o velho capitalista dominado por sua bela mulher apresentava características caricatas e pejorativas, já que estava ali delineado como um homem economicamente poderoso, mas frágil e submisso aos caprichos femininos das jovens que conquistava por meio de suas posses.

A conjuntura decadente da sociedade capitalista seria então, segundo o Conselheiro X.X., produzida por homens e mulheres interesseiros, frívolos e mesquinhos, e não pela degenerescência hereditária. Nesse cenário, pululam personagens que traem seus cônjuges por interesse financeiro, como no caso da “tentadora” Mariazinha, que tinha uma “carinha de boneca francesa”, de “cabelos ondulados”. A crônica narra a história dessa personagem principal que vai ao “Banco de Hipotecas e Contratos Rurais” encontrar-se com o banqueiro Bernardo Corrêa Lopes para pedir-lhe uma vaga de emprego para seu marido que, segundo ela, “não tinha coragem de pedir a ninguém uma colocação”. O conto de Giovanni Morelli, outro pseudônimo de Humberto de Campos, desenvolve-se com uma conversa entre o “capitalista” e Mariazinha:

–Poder, posso; mas não é tão fácil, como parece. Tenho amigos na diretoria, há uma comissão fiscal, de modo que se torna, se não impossível, pelo menos um pouco difícil.

–mas o senhor querendo... – aventurou Mariazinha.

Bernardo Corrêa fez um gesto de vaidade satisfeita, balançou-se devagar na cadeira de mola, e prometeu, num sorriso de homem poderoso:

–Bom, como a senhora confia tanto em mim, eu vou fazer uma coisa: o seu marido será nomeado, no princípio do mês, ajudante de tesoureiro. Está bem assim?

–Oh, como o senhor é bom! – Exclamou a moça, pondo-se de pé, e segurando

com ambas as mãos a mão áspera, mas bem tratada, do capitalista. E apertou-lhe os dedos fortes, dando-lhe ao mesmo tempo, o número do seu telefone, para a devida comunicação” (Morelli, *A Maçã*, 07/02/1925, III, 157, s/p).

A crônica termina com o autor afirmando que, dias depois, quem passasse na porta da residência de Bernardo Corrêa, podia ouvir os barulhos suaves de beijos que vinham de sua residência.

Os dois últimos artigos relatados demonstram tipos decadentes de uma sociedade vendida: mulheres que casam por dinheiro; homens humilhados ou rejeitados por suas mulheres; e sexo em troca de *status* social e favores financeiros. Além disso, salta aos olhos aqui também uma distorção da representação dos papéis masculinos adequados caracterizados pela medicina mental pelo exercício do trabalho: o modelo ideal de homem dessa sociedade decadente não é o trabalhador, mas o burguês com posses. Por outro lado, entretanto, a figura do desempregado aparece repetidamente nas crônicas da revista, ocupando o lugar do fracasso, da impotência masculina e da vergonha social. Assim, o homem *normal* é o homem de posses, enquanto que a inadequação social se situa na falência financeira, que deve ser evitada a todo custo, nem que para isso fosse necessária a traição e a venda de *favores*.

Contudo, vale ressaltar que o tema da traição feminina, tão frequente nas histórias trazidas pela revista, não está essencialmente vinculado às necessidades financeiras. Na história de autoria de Caldeira Ratto, o Comendador Venâncio Pacheco descobre que sua esposa, Dona Belinha, “não lhe era rigorosamente fiel” como supunha (Ratto, *A Maçã*, 09/01/1926, IV, 205, s/p). Ratto descreve o romance extraconjugal de Dona Belinha, afirmando o seguinte: “tendo embora tudo que pode desejar a esposa de um homem de fortuna – vestidos, teatros, jóias – a leviana abandonava a casa, o seu suntuoso palacete na Rua Conde de Bonfim, todos os dias, sem se soubesse para onde ia”. A crônica termina com a morte trágica do comendador ao descobrir a traição da esposa.

O tema da traição, amor e casamento recheiam contos, trechos de literatura e provérbios espalhados por entre as folhas da revista *A Maçã*. Tais ditos constituem-se, basicamente, de assertivas satíricas, tais como “é mais pela vaidade de nos enganar do que pela ânsia de nos possuir que as mulheres nos amam...” (*A Maçã*, 09/01/1926, IV, 205, s/p.). Outra passagem informava aos leitores que era praticamente impossível encontrar uma mulher boa para se casar, mas desejava boa sorte a todos na sua procura (idem). Acompanhando os editoriais da revista, é possível apreender que, muito distante da degeneração natural apregoada pela medicina mental do período, é a decadência moral que organiza aqui os papéis

sociais: os valores da moral burguesa é o que corrompia igualmente a homens e mulheres

A visão biológica e naturalizada acerca da mulher comparece uma única vez em nossa pesquisa na revista *A Maçã*, defendida por um suposto Wallace de Souza. Na crônica intitulada “A vingança” (*A Maçã*, 03/01/1925, III, 152, s/p.), Souza narra a história do protagonista Agapito Valente, que recebe uma carta anônima que o “chamava, em termos injuriosos, de homem sem dignidade, de marido que admite sócios no lar” (idem). Após essa correspondência, “Agapito passou a ter uma vida torturada. Andava inquieto, triste, acabrunhado”. Foi quando teve a ideia de falar para sua mulher que iria “pernoitar no escritório, em virtude de importantes serviços que teria que organizar” (idem). De madrugada, pulou o muro de sua própria residência para verificar se sua esposa estava em companhia de outro homem. Para tanto, “libertou-se dos sapatos e, pé ante pé, foi até o quarto da esposa, o qual se achava com a luz acesa. Aplicou o olho ao buraco da fechadura e recuou”. A crônica termina narrando que, na manhã seguinte, “o velho jardineiro da casa enterrava, no fundo do quintal, o cadáver do cachorro, o Santoro” (Souza, *A Maçã*, 03/01/1925, III, 152, s/p.).

Agapito Valente traz como ponto central de debate a ideia de que o marido traído teria o direito de matar o amante da mulher como forma de limpar a sua honra, mas que a mulher infiel não teria culpa pela traição, já que ela era “atraída pelo sedutor como a rã é atraída pela serpente”. Segundo Wallace de Souza, “a mulher é como uma ovelha incauta nas garras do lobo ardiloso” (Souza, *A Maçã*, 03/01/1925, III, 152, s/p.). Assim, a crônica retrata a imagem da mulher como débil e passiva, que deveria ser perdoada por sua fraqueza inerente.

Tais características, tidas como essenciais da mulher pela medicina desde o XIX, estavam também presentes no discurso higienista e eugênico do período. Como bom exemplo disso, em 1930, os *Arquivos* trazem um artigo de Porto-Carrero que explicitamente apontava para a necessidade de vigilância sobre as mulheres para que estas não se desviassem moralmente, já que sua natureza era considerada fraca em comparação com a do homem (*Arquivos*, 1930, III, 5, p. 158). De acordo com a historiadora Margareth Rago:

“Generoso, o sexo barbado disse à mulher que o seu papel era no lar, na educação dos filhos, nas carícias do esposo, no seu trono doméstico da graça, longe do mundo, das suas contingências miseráveis, das suas abominações tremendas, a cujo contato não há alma feminina que não empalideça e não estiole” (Rago, 1991, p. 49).

Todavia, como dissemos, de modo algum esta era uma visão unívoca dentro da revista sobre as mulheres, embora o Conselheiro X.X, em sua crítica ferrenha contra o modelo

capitalista estabelecido, nos informe que esta fosse uma visão socialmente frequente:

O homem está convencido de que a mulher é frágil, é débil, é fraca. Ela mesma, aceitando a tutela do companheiro, reconhece a sua inferioridade, a sua fraqueza, nas ásperas guerras do mundo. Por que, pois essa liberdade perigosa? Por que soltar a criança no meio das feras? Por que abandonar essa doente da vontade no tumulto de tantos perigo, cercada de tanta tentação? (*A Maçã*, 07/02/1925, III,157, s/p.).

Discordando de tais teorias, o Conselheiro afirmava o seguinte:

O homem que, traído pela esposa, procura matá-la, não é absolutamente um herói, uma alma superior, como o querem as convenções sociais: é simplesmente um egoísta, um espírito estreito e, como tal, não merece comiseração. O que é nobre, é o altruísmo, é a generosidade, é a renúncia, é o sacrifício pessoal. Se o homem é incapaz de esquecer a mulher que o esqueceu, mate-se, suicide-se, mas deixe-a viva. Isso que é digno de dó, de simpatia, e de ser perpetuado na memória dos que ficam. Que direito tem um homem de tirar a vida de uma senhora porque esta não sacrificou por ele a sua felicidade? A mulher será, porventura, uma taça do rei de Thule que o marido deveria atirar ao oceano da morte, no momento em que seu coração lhe recuse o vinho que ele sonhou? (*A Maçã*, 07/02/1925, III, 157, s/p).

Com esse discurso, o Conselheiro XX defendia a liberdade e a igualdade de homens e mulheres na busca por suas próprias felicidades. Entretanto, aponta em vários momentos que a felicidade não deveria ser buscada no status, dinheiro ou prestígio social, mas no altruísmo, na alteridade e na generosidade, indicando um modelo em que as relações seriam pautadas pela coletividade e pela solidariedade (*A Maçã*, 07/02/1925, III,157, s/p).

Sendo assim, quando analisamos as representações de gênero contidas na revista *A Maçã*, notamos uma parca presença do discurso científico – como o caso da crônica de Wallace Souza, que ressaltou a fragilidade e a labilidade feminina – mas também, e muito mais, uma visão de mundo em que não comparece com frequência o interesse pela questão da saúde da prole e da mulher. A análise cotidiana recai muito mais nas relações condicionadas por questões econômicas e morais, consideradas como a fonte dos males e da decadência social.

No próximo tópico, analisaremos as representações de mulher contidas na *Revista Feminina*.

3. 4. Representações do feminino na *Revista Feminina* (1914-1936)

O universo feminino apresentado pela *Revista Feminina* girava em torno de assuntos bastante típicos, como moda, culinária, cuidado com os filhos. Também trazia “grande variedade de poemas, contos e pequenas peças de teatro, com a colaboração de renomados escritores nacionais, destacando-se o teatrólogo Cláudio de Souza, filho da fundadora da revista, além de algumas traduções de obras estrangeiras” (Lima, 2007, p. 230).

Além desses entretenimentos, a revista buscava ativamente avivar debates importantes para as mulheres do período, como constava em diversos de seus editoriais (Cf. *Rev. Fem.*, 01/1915, p. 4), já que a mesma havia sido fundada com o objetivo de atender aos interesses e demandas dessas “filhas de boa família” da elite que buscavam responder as novas questões femininas do período. Desse modo, a revista tratava de discutir “o papel da mulher na sociedade brasileira; educação das crianças; voto feminino; educação feminina; o feminismo; trabalho feminino; congressos femininos”, etc. (Abrantes 2006, p.3).

Mas, ao contrário do que a uma primeira vista os novos temas poderiam fazer parecer, os modelos propagados pela revista eram, em geral, conservadores. Prova disso é o apoio expresso da revista pela Igreja Católica, que a considerava um veículo adequado para a divulgação da moral cristã. Assim, uma das representações frequentes da boa mulher na *Revista Feminina* é esta: a mulher burguesa, educada e obediente à moral cristã.

Este modelo de mulher pode ser vislumbrado, por exemplo, no artigo intitulado “O poder social da mulher cristã”, escrito por Menezes Furtado: a articulista informa ser “absolutamente indispensável” e necessário para o “saneamento moral da humanidade” a presença “vivificante da mulher cristã no meio social”. Segundo a autora do artigo, o ensinamento do “catolicismo – a religião moralizadora por excelência” – seria matéria indispensável para a “completa formação dos caracteres feminino” e para a instrução das mães do futuro (Furtado, *Rev. Fem.*, 05/1925, s/p.). A mulher, a “força motora da inteligência” (idem), seria, portanto, instrumento da presença de Deus na sociedade.

No entanto, esta não era a única representação da mulher apresentada pela revista. Ela é apresentada também como “a gerente do lar”, que deveria aprender a tratar de forma racional seu orçamento mensal. O artigo intitulado como “O que toda mulher deve saber” busca justamente ensinar a fazer um balanço mensal do orçamento, alertando às mulheres que “um lar mal gerido é um lar arruinado por mais que produza o marido” (*Rev. Fem.*, 01/1915, p. 4).

Dessa forma, o papel feminino de esposa-administradora do lar é constantemente ressaltado na revista, mesmo em situações em que os artigos tratam do trabalho ou dos estudos fora do lar. Em “Qual é o papel da mulher na sociedade moderna?”, Dona Bartyra Tybiriçã⁵¹ exemplifica o lugar central que os afazeres domésticos devem ocupar na vida de uma “boa” mulher:

“é um erro supor que a mulher, para colaborar com o homem publicamente, deva abandonar a função carinhosa do lar. O tempo sabidamente dividido permitirá que não se descuide do lar, ela ocupe as horas vagas nas leituras e no estudo, preparando o seu espírito para as contingências cada vez mais difíceis da luta pela vida. A alma que se deve adornar. O corpo é efêmero, o espírito não” (Tybiriçã, *Rev. Fem.*, 01/ 1915, p. 10).

As personagens femininas delineadas pela revista são bastante variadas: donas de casas, atletas, estrelas de cinema, editoras de revista se misturam trazendo novos personagens para a cidade moderna. Entretanto, ainda que mais flexíveis que o modelo promulgado pelos médicos, as orientações dos diferentes articulistas da revista centralizam o papel da mulher na família, e o fazem em nome do progresso da nação.

Isso é bem exemplificado na entrevista publicada pela revista com a norte-americana e campeã mundial de tênis Helen Wills.⁵² À pergunta do que é uma mulher moderna, a tenista descreve três tipos “novos” de mulheres. Seriam eles: la 'garçonne', a mulher esportista e a mulher que trabalha. A "garçonne" seria a mulher que almejaria, constantemente, “romper todas as relações com a ideologia antiga”; e, para Wills, esse tipo de mulher apresentaria um comportamento derivado da instabilidade provocada pelo pós-guerra, que ela acreditava ser um “tipo transitório” (‘Entrevista com Helen Willis’, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p.).

⁵¹ Não conseguimos identificar quem seria essa escritora.

⁵² Helen Wills Moody Roark (1905-1998) tenista norte-americana, escritora e artista plástica. Foi uma expoente feminina ao se tornar a primeira grande campeã do tênis mundial, vencendo 19 vezes torneios de Grand Slam, além de ter ganho 2 medalhas de ouro olímpicas nos jogos de Paris 1924. (Biografia Helen Wills, 2013).



Segundo Laudares (2010, s/p), "La garçonne" foi como ficou conhecido o estilo de cabelo liso, curto e com franjinha surgido depois da Primeira Guerra Mundial, quando as mulheres tiveram que adotar um corte mais prático devido a falta de cosméticos. Ainda segundo a autora, o corte ganhou destaque, tornando-se um sinônimo de modelo de mulher moderna, principalmente depois do lançamento do livro *La garçonne*, de Victor Margueritte, publicado em 1922, no qual a heroína Monique Lerbier, além de cortar o cabelo curto como o dos homens, também engravidou e teve um filho sem se casar. Na capa do livro, Monique Lerbier foi ilustrada com cabelos curtos e usando roupas tipicamente masculinas – camisa social e gravata. De acordo com Abrantes, o “feminismo revolucionário” pode ser entendido, como:

radical, anárquico, exemplificado pelo exemplo das sufragistas inglesas e pela aquisição de alguns hábitos considerados virilizantes e associados às feministas radicais, tais como o uso de calças, o corte dos cabelos à “la garçonne”, o hábito de fumar, fazendo a associação dessas mulheres com o estereótipo de feias e mal-amadas, esse feminismo como “um despeitado desabafo das feiosas”; e “a mulher feminista, em geral feia, é disforme de espírito” (Abrantes, 2006, pp. 3-4).

A tenista Helen Wills se posiciona contra esse tipo de feminismo, valorizando a manutenção de papéis sociais tipicamente femininos, considerados por ela como os pilares da família e do casamento, que, segundo ela, encontraria sua base no afeto humano. Sobre isso, a tenista assevera ainda o seguinte:

“afeto humano (...) é essa a única causa pela qual tem podido resistir até o presente a todas as instituições humanas (...) O casamento é o resultado de um lento desenvolvimento, e a sua existência milenária demonstra o seu valor (...) É

inexato que o homem e a mulher modernos não possam ser bons esposos. A história desmente essa tese. O casamento desenvolve-se com a civilização. (...) A cultura e a civilização encontram-se em plena harmonia com o casamento” (‘Entrevista com Helen Wills’, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p).

O segundo tipo de mulher moderna por ela apresentado seria a “mulher de esporte”, sendo esse “um tipo muito sadio, que muito favorecerá o desenvolvimento da humanidade”. Já o terceiro tipo seria o da “mulher que trabalha”:

“Esse é o tipo que merece todo o nosso reconhecimento e podemos comprovar que ela é na verdade, em cada domínio da vida, igual aos homens. Inúmeras vezes tenho falado a grandes banqueiros, a industriais, a jornalistas, comerciantes e todos eles têm-me dito que as mulheres trabalham com a mesma eficiência que os homens. E se levarmos em conta os diversos domínios das ciências ou da vida prática, poderemos comprovar que as mulheres sempre podem conquistar o lugar que merecem. No que diz respeito à tese de que a mulher que trabalha não pode ser boa esposa e boa mãe, acho que isso é falso. Pelo contrário, uma mulher que trabalha para viver pode e deve compreender o trabalho de seu marido e criar o seu filho de forma a torná-lo também um bom trabalhador. As mulheres que trabalham conhecem melhor a vida, e, portanto, podem ser sempre um auxílio de sua família” (‘Entrevista com Helen Wills’, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p.).

Portanto, para disseminar os modelos de "mulher moderna" balizados pela *Revista Feminina*, esta se valia de mulheres importantes, tanto nas artes quanto nos esportes, que pudessem servir de referência para suas leitoras. Isso implica em dizer que os modelos ideais de mulher incluíam aquelas que trabalhavam e/ou praticavam esportes, sem, contudo, deixar de lado suas funções sociais consideradas como as mais importantes: o casamento e a família.

“Assim como a sociedade será aquilo que for a família, esta depende sempre da educação e do civismo do sexo feminino. Dentro de um lar nunca se verifica o predomínio do homem, mas sim o da mulher. Por isso, é a ela que, principalmente, cabe a altíssima função de fortalecer e reconstruir a célula familiar” (‘A Família e a Mulher’, *Rev. Fem.*, 01/1933, s/p.).

Na *Revista Feminina*, também é possível encontrar crônicas constituídas por críticas às mulheres que se dedicavam apenas às atividades domésticas. Nos diversos artigos que tratam do tema, vemos paulatinamente ser formulada a ideia de que as mulheres que apenas exerciam as atividades domésticas tornavam-se chatas, ansiosas, inconvenientes e pouco sensíveis aos problemas dos seus maridos. O tédio advindo de suas poucas atividades e de uma vida

reduzida ao mundo doméstico não traria elementos para o bem-estar do casal. Isso pode ser exemplificado na crônica assinada por “Um marido atormentado” e intitulada “O que há de novo?”. O texto apresenta uma esposa que passava o dia inteiro em casa cuidando dos afazeres domésticos e atormentava o marido quando aquele voltava do escritório, querendo saber notícias da cidade. Ela, então, discutia com o marido, dizendo:

“estais na cidade durante o dia todo, te encontras com muita gente e vês sempre coisas inéditas, suponho. Enquanto que eu fico aqui encerrada, lavando e fazendo roupa, fazendo a cama e preparando a comida. Não vejo outras pessoas senão o lixeiro e o emprego do armazém” (Um marido atormentado, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p.).

Ao que o homem retrucava, argumentando:

“Não há nada mais fatigante do que ser obrigado a almoçar bem apurado, na atmosfera carregada de um restaurante. E, que dizer da obrigação de viajar diariamente na mesma carruagem, na qual já há mais de três dezenas de pessoas e onde não se pode conversar comodamente com um conhecido (...) Durante o dia todo obrigado a responder as perguntas mais variadas. Assim a esposa deve ter a seguridade mais completa que não se quer ser interrogado até que não tenha ceado e repousado uma hora, pelo menos. Se as mulheres quisessem compreender isto, os homens terminariam dizendo-lhes muito mais” (Um marido atormentado, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p.).

A crônica terminava com o homem contando à mulher que encontrou um amigo, a quem tinha oferecido dois ingressos para uma peça de teatro. A “esposa teve uma explosão de alegria” e falou: “e a isso chamas não ter novidade?”. E o “marido atormentado” retrucou que teria contado a novidade “depois do jantar” (Um marido atormentado, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p.).

Tendo em vista essa breve análise, é possível notar, então, que as representações de mulher divulgadas pela *Revista Feminina*, embora muito mais próximas do discurso médico do que aquelas apresentadas pela outra revista leiga analisada, são bem mais diversificadas do que os modelos apresentados como os de uma mulher “normal” pelas revistas de higiene mental e eugênicas. Apesar de afirmar como desejável para constituir o futuro do Brasil a mulher que praticava, com racionalidade e inteligência, as tarefas de gerente do lar, de educadora das proles e de esposa amável, surgiam outras representações que multiplicavam na revista comportamentos plausíveis para as mulheres: fumantes, mulheres que guiavam automóveis, trabalhavam fora e praticavam esportes profissionalmente (*Rev. Fem.*, 01/1926, s/p.).

Resta-nos então reunir os projetos específicos para as mulheres elaborados por médicos e setores leigos da sociedade com vistas à modernização nacional para responder nossa pergunta inicial: é possível afirmar um processo de medicalização dos papéis de gênero na sociedade brasileira no final da década de 1920? Antes disso, atentemos mais de perto para alguns dos temas mais caros aos membros da *Liga Brasileira de Higiene Mental*.

CAPÍTULO 3:

PARTE II: A “Esposa-Mãe”: Mulher, Casamento e Maternidade

“Oh menina, não te cases,
Aproveita a boa vida,
Que eu já vi uma casada
Chorando de arrependida”
(*A Maçã*, 07/03/1925, IV, 161, s/p.).

3. 1.b. A importância da Mulher no Projeto de Modernização Nacional

O matrimônio era um assunto de extremo interesse entre o grupo de higienistas mentais e eugenistas brasileiros da década de 1920, pois era considerado o mais importante pilar de sustentação da sociedade. Desse modo, quando os médicos discutiam políticas direcionadas ao casamento, eles estavam pensando, principalmente, em ações voltadas para o melhoramento das qualidades genéticas das proles, já que essas povoariam o Brasil do futuro.

Renato Kehl e outros eugenistas ao seu entorno militavam para que fosse transformada em lei a obrigatoriedade dos exames pré-nupciais e a esterilização de todo o indivíduo diagnosticado como degenerado físico ou mental. Vale ressaltar, porém, que a esterilização não era considerada como um ato de punição aos indivíduos "deficientes mentais ou atacados de doenças mentais", mas era valorada positivamente, como um benefício para esses indivíduos “degenerados”, que não precisariam arcar com os custos de criar e educar seus futuros descendentes; seria, ainda, um benefício para a própria sociedade, que não sofreria com a proliferação dos estigmas degenerativos (‘Esterilização para o aperfeiçoamento humano’, *Boletim*, 1929, I, 12, p. 5). Sobre este assunto, o psiquiatra e eugenista Porto-Carrero desabafa nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*:

“É lastimável que se consinta em casar um rapaz com uma moça tuberculosa, só porque assumiram um compromisso de casamento, assim como é horrendo que uma moça jovem se deixe contaminar no leito nupcial, só porque haja um namoro notório” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 89).

O eugenista Renato Kehl também defendia a necessidade de prestar atenção nos fatores hereditários das gerações passadas dos pretendentes a noivos. Para ele, isso seria de suma importância na hora de assumir o compromisso de casamento, haja vista a necessidade de se pensar nas crianças, fruto dessas uniões. Nesse sentido, o médico afirmava:

“conheço muitos casamentos que nunca se deveriam ter realizado: de indivíduos portadores de taras transmissíveis, de indivíduos consangüíneos, com caracteres degenerativos homogêneos, propensos a natural multiplicação, conheço muitos desgraçados nascidos destes tristes conúbios” (Kehl, 1935, pp. 19-20).

Portanto, para Kehl, "o casamento para ser feliz precisaria ser feito em igualdade de condições e subordinado a duas premissas importantíssimas: a saúde⁵³ dos nubentes e uma afeição mútua, inspirada em sentimentos de apreço e tolerância, de admiração e confiança recíprocas" (1935, p.57), visando a constituição de uma “família saudável”, um “lar feliz”, “filhos fortes, vigorosos e belos” (Kehl, 1935, p.41), a palavra de ordem era “civilizar o amor, orientando-o para o benefício dos que se casam e da espécie” (Kehl, 1935, p.58). Além disso, Kehl também advertia os pobres para que tivessem menos filhos, devido as suas precárias condições financeiras que os impossibilitariam criar cidadãos físico e moralmente sadios para o convívio social.

O médico Peapeguara era a favor da institucionalização da obrigatoriedade dos exames pré-nupciais. De fato, segundo ele, deveria ser exigido que entre os documentos necessários para constituir o casamento “figurasse o certificado de exame pré-nupcial favorável, ou que a cerimônia não se realizasse sem esse atestado”(Peapeguara, *Boletim*, 1929, 1, 2, p. 4).

Os eugenistas acreditavam que, com a legalização desse projeto, diminuiria o número de casos de sífilis e tuberculose no Brasil (Kehl, 1929, *Boletim*, 1, 1, p. 2). Logo, aos médicos caberia a missão de ser a “voz racional da sociedade” (*Boletim*, 1929, 1, 3, p. 3). De acordo com uma carta que teria sido enviada ao *Boletim de Eugenia* e assinada por “Um Pai”, a liberdade individual deveria sucumbir para "assegurar o bem coletivo"; e, portanto, segundo essa carta, o “Estado tem autoridade para impedir as loucuras dos apaixonados”. O psiquiatra Porto-Carrero também concordava com essa ideia ao argumentar que:

“O interesse da espécie está acima do interesse da sociedade contemporânea e muito acima do interesse do indivíduo, que nada mais é este do que a célula periodicamente renovável do grande organismo da espécie” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 92).

No discurso de Porto-Carrero encontramos outra vez a defesa ao exame pré-nupcial para assegurar a saúde das proles nascidas das uniões conjugais. Mas, muito embora houvesse um

⁵³ Quando se fala em saúde, o eugenista afirma que “o individuo sadio, via de regra, é de boa índole, forte e animado para o trabalho; possui as qualidades físicas e morais que garantem o prazer da vida comum e uma descendência vigorosa” (Kehl, 1935, p.87).

grande empenho dos eugenistas, as leis do exame pré-nupcial e da esterilização nunca foram aprovadas⁵⁴.

Mesmo com a derrota no projeto de lei da obrigatoriedade do exame pré-nupcial, os eugenistas continuavam disseminando seus ideais eugênicos. Para eles, era importante a conscientização, principalmente, “do fato de que o conjunto das capacidades e dos defeitos que exerce maior influência sobre a descendência de um casal é o resultado dos caracteres presentes pelos quatro avós” (BE, 1929, 1, (4), p.4). Portanto, para se ter ideia das “qualidades” e “defeitos” de um indivíduo, seria necessário conhecer as doenças de seus avôs e do parceiro com quem se desejava casar. De acordo com Castañeda:

O programa dessa política tinha como base estimular a fecundidade dos tipos superiores. Para aumentar o estoque biológico desses últimos, isto é, de indivíduos eugenicamente sadios, ativos, inteligentes, audazes, cheios de iniciativa e de tenacidade, elevando, portanto, a média dos valores humanos, eram considerados apenas dois processos: o fomento da fecundidade dos indivíduos de melhor estirpe e a restrição da prolificidade dos medíocres e inferiores (Castañeda, 2003, p. 916).

Para Kehl, o dever “maternal” iniciava-se com a escolha do “bom marido”. Entretanto, quem seria o “bom marido” para o eugenista? O próprio Kehl responde a essa pergunta elencando quinze regras que as mulheres deveriam seguir no livro *Como escolher um bom marido* (1935).

A primeira regra descrita pelo eugenista era a de que a escolha do marido ou da esposa deveria ser realizada levando em consideração as condições sociais do casal que, segundo ele, deveriam ser equiparadas, pois “não pode haver afinidade nem harmonia duradouras entre dois seres de condições diferentes” (Kehl, 1935, p.71). Com essa primeira regra, podemos perceber um posicionamento que condenava a ascensão social por via do casamento, que segundo Humberto Campos, era o mais frequente na sociedade.

O segundo tópico afirmava que o noivo deveria ter ascendência saudável (física e intelectualmente). Renato Kehl também se opunha ao casamento com pessoas de “raças diversas”. Segundo o autor, “o mestiço é, inegavelmente, um inferior somato-psíquico” (Kehl, 1935, p. 72). Todavia, mesmo entre os brancos, havia preferências para uma boa mistura: ele aconselhava que os brancos italianos se unissem com ingleses e/ou alemães para proles mais

⁵⁴ Para saber mais informações sobre os embates entre a eugenia e o catolicismo, ver “Wegner & Souza, 2013.

fortes. A raça branca era vista como a superior e se fortaleceria com essa união (idem).

Na décima quarta regra, Kehl destacava que “filhos de médicos devem preferir filhas de médicos; de militares, filhas de militares; e de agricultores, filhas de agricultores”; o pareamento profissional ofereceria, assim, um casamento com mais afinidades e hábitos em comum.

No *Boletim de Eugenia*, Renato Kehl também aconselhava os jovens a responder um questionário “antes de assumirem o compromisso matrimonial”. Este era composto pelas seguintes perguntas: 1º) Estou em idade de me casar? 2º) Estou em perfeito estado de saúde para colaborar com o nascimento de novas vidas? 3º) Sou portador de caracteres hereditários favoráveis, para se unirem aos caracteres hereditários do parceiro que escolhi? 4º) Estamos em condições sociais compatíveis? 5º) acho-me em situação econômica para arcar com as responsabilidades de um lar?” (Kehl, *Boletim*, 1930, II, 18, p.6).

Já quando analisamos as revistas leigas, não encontramos o discurso modelar aparecendo de forma tão objetiva e direta como no discurso higiênico ou eugênico. Em forma de crônicas, surgem verossimilhanças com a vida social do Brasil da década de 1920 que nos permitem compreender as posições assumidas pelos editoriais da revista e seus articulistas. Assim, por exemplo, a crônica contida na revista *A Maçã*, intitulada “As liberdades dos noivos”, de Batu-Allah, também um dos pseudônimos de Humberto de Campos, satiriza a “dissolução dos costumes” por ocasião do noivado. Segundo sua opinião:

Uma inovação com que eu jamais me conformarei é essa de conceber absoluta liberdade aos noivos, unicamente porque serão, amanhã, marido e mulher. Os pais não se lembram que o noivo da filha pode, de uma hora para a outra, desfazer o contrato e que, feito isso, a moça ficará para um lado, com sua reputação comprometida e, o que é pior, com alguma coisa de mais, ou alguma coisa de menos.

Fizesse alguém um inquérito sobre a dissolução dos costumes ficaria provado que esta provém, em grande parte, da liberdade desfrutada pelos noivos (Batu-Allah, *A Maçã*, 16/05/1925. IV, 171, s/p.).

O autor salienta que a mulher que desfrutava de “absoluta liberdade” antes do casamento se tornava permissiva também frente a um estranho depois de casada. Portanto, os pais deveriam vigiar suas filhas, para que elas não se afastassem dos valores morais da sociedade.

A moça que antes do casamento, faz certas concessões ao seu futuro marido não será, jamais, uma boa esposa. A familiaridade com os sustos, com os sobressaltos, com as venturas proibidas arrasta-la-á, mais tarde a novos prazeres assustados. A menina que se entrega, hoje, no cinema, às carícias do noivo, entregar-se-á, amanhã, quando esposa, às ternuras de um namorado clandestino (Batu-Allah, ‘As liberdades dos noivos’, *A Maçã*, 16/05/1925, IV, 171, s/p).

A mulher ideal para a constituição do matrimônio, de acordo com Batu-Allah, seria aquela que se mantivesse casta e fiel até o casamento. Essa mesma exigência não era pedida para o homem, conforme comparece no anúncio da mesma revista, que oferece remédios para combater doenças venéreas causadas por "grande número de homens casados", que acabavam as transmitindo para suas esposas, conforme afirma o anúncio do remédio "Sanguinol": "eis a razão porque milhares de senhoras sofrem [de doenças venéreas] sem saber a que atribuir a causa"(A *Maçã*, 1927, V, 256, s/p).

Assim, a "dupla moral sexual" das sociedades modernas impunha sanções bem menos severas às transgressões masculinas do que às femininas, como por exemplo, o caso do sexo fora e/ou antes do casamento (Freud, 1908, p.169). Essa noção de "dupla moral sexual" atravessava a fronteira das diferentes vozes dos narradores da revista, como mostra a citação de André Becque, encontrada na revista *A Maçã* de 1925: "o homem bem educado é aquele que vive na casa de sua amante e morre na da sua esposa legítima" (*A Maçã*, 16/05/1925, IV, 171, s/p).

A crônica intitulada "O Julinho" remete à outra questão central no tema dos costumes locais do período, tais como: os homens, que quando solteiros defloraram meninas virgens e viam-se obrigados a casar com elas. O personagem que intitula a crônica era descrito como o grande "terror das donzelas e flagelo dos pais e mães", um "terrível Don Juan", que já teria passado por diversos "episódios rocambolescos", como "fuga por janelas, saltos de muros de quintal e outras façanhas idênticas". Em uma de suas "investidas", foi obrigado a casar-se com Georgina Augusta e Silva. Pressionado pela família da moça, "ele casou-se, afinal, mas em pouco tempo propunha um *modus vivendi* (sic) à esposa: se desquitariam, e ela iria para uma pensão de mulheres, onde ele a visitaria como um freguês qualquer". Georgina concordou com a proposta, deixando Julinho livre para cortejar outras donzelas (Jogral, *A Maçã*, 07/01/1928, VI, 309, s/p.).

Julinho continuou sua vida de inúmeras conquistas até que foi vítima de uma emboscada, tramada por um grupo de homens revoltados por suas atitudes. O diálogo entre Julinho e os vingadores das senhoras é bastante claro a respeito das punições feitas ao "Don Juan":

–Agora, *seu patife*, que seja a sua última façanha com infelizes meninas, você vai entrar no pau.

–Por amor de Deus! Perdão! Perdão!

–Nada! Você nunca perdoou ninguém! Agora quer ser perdoado...Nada disso! Rapazes (dirigindo-se um grupo de negros retintos) Metam o pau nesse bandido!

E meteram de veras, pois, no dia seguinte ele apareceu na estrada completamente nu de pernas desmesuradamente abertas, a gotejar sangue das regiões intestinais, com o fim da espinha dorsal em petição de miséria
Tempos depois ele desaparecia da terra onde vivera toda sua vida e veio para o Rio de Janeiro, onde ainda reside, degenerado para sempre” (Jogral, *A Maçã*, 07/01/1928. Ano VI, 309, s/p).

O conto de Julinho é um exemplo extremado de um conquistador sem limites. O que é mais interessante, porém, é a moral da história: a migração dele para o “paraíso dos degenerados, o Rio de Janeiro! Lugar de tolerância reconhecida por conservadores e cientistas, que constantemente alertavam para a dissolução dos costumes da cidade” (Jogral, *A Maçã*, 07/01/1928, VI, 309, s/p.). Não se sabe ao certo o tipo de degeneração que marcou o comportamento de Julinho após a vingança; o certo, porém, é que no Rio de Janeiro ele pode viver feliz “para sempre”, ao que o narrador da crônica deixa entrever.

Se por um lado o discurso científico travava briga contra o “dom-juanismo e a prostituição regulada”, além de combater os desdobramentos “do amor, que leva os homens à poligamia, depositando na esposa o carinho puro e reservando para as amantes os arrebatamentos das paixões” (Asua, *Boletim*, 1929, 1, 6-7, p. 1);⁵⁵ por outro, encontramos em *A Maçã* uma crítica ferrenha às relações matrimoniais de sua época, como os casamentos monogâmicos sem amor, apenas mantidos por convenções sociais. Podemos identificar tal posicionamento na crônica denominada “Recém casados”, do Almirante Justino Ribas, pseudônimo de Humberto de Campos, na qual era ironizada as relações conjugais, a partir de uma hipotética conversa entre homens de um lado e mulheres de outro:

Eles:

- Dei-me muito mal com o casamento. Ela chegou ao ponto de me deixar dormir na rua porque cheguei um pouco tarde.
- Eu também não me dei muito bem. Minha mulher não consente que eu durma fora de casa.

Elas:

- Imagina que quando ele sai não entra mais.
- Pois, o meu é ao contrário, quando entra não quer mais sair. (Ribas, *A Maçã*, 16/05/1925, IV, 171, s/p.).

A revista *A Maçã* também publicava diversas extrações de autores estrangeiros, principalmente da literatura francesa, fazendo menção ao casamento e a vida conjugal, como é o caso das citações na revista de janeiro de 1926: "a melhor resolução a ser tomada por quem

⁵⁵ Contra tais ações, os médicos divulgavam discursos domesticadores do desejo desenfreado e defendiam a “sexualidade sadia”, que se baseava na “vida sexual dentro do casamento monogâmico, heterossexual e com fins preferencialmente procriativos”, pois estes seriam a base para o progresso nacional (Leite Junior, 2006, p. 26).

casa com uma mulher má é atirar-se na água de cabeça para baixo”, de Molière (*A Maçã*, 09/01/1926, IV, 205, s/p.); "neste mundo, nós nos casamos com uma mulher, vivemos com outra, e, a falar de verdade, só amamos a nós mesmos”, de Blondel (Idem); "o casamento é uma necessidade; podia-se, entretanto, descobrir o segredo de povoar o mundo sem o auxílio das mulheres", de Sarrasin (Idem); e também "nas comédias, a farsa acaba sempre pelo casamento; na sociedade começa com ele", de Marivaux (Idem). Todas essas citações vêm a afirmar a posição de muitos dos artigos e contos da revista, que tratam o casamento com crítica, mas também como uma “etapa natural da vida”, logo, uma necessidade (Idem).

Portanto, enquanto os médicos incentivavam o casamento de casais saudáveis e com boas condições financeiras de sustentar suas proles, a crítica da revista *A Maçã* recaía, principalmente, nos casamentos que eram constituídos por acordos financeiros. Na visão de Humberto de Campos, estes casamentos estavam fadados ao fracasso, pois não derivavam de uma vontade verdadeira dos noivos em contrair matrimônio.

Sobre este assunto, a escritora portuguesa Ana de Castro Osório salientava que muitos homens, “hipocritamente”, apontavam o casamento como a “única função na vida” da mulher (Osório, RF, 12/1925, s/p.). Nessas circunstâncias, para saírem o mais depressa “do ridículo de ser considerada a 'solteirona'”, as mulheres tenderiam a casar-se o mais rápido possível com o primeiro que aparecesse. Desse ato, Ana Osório firma que derivaria “o exemplo trágico das vidas falhadas ou o sacrifício sem compensação das almas que renunciam às suas próprias alegrias e vivem reflexamente a felicidade alheia” (Osório, *Rev. Fem.*, 12/1925, s/p.). Todavia, a escritora portuguesa fazia questão de frisar que este era um acontecimento que advinha do passado, de maneira que:

“Hoje as mulheres podem, felizmente, organizar a sua vida autônoma em condições de igualdade e inteligência com os homens, como profissionais na luta pela vida, tornando-se o casamento muito mais belo e muito mais sagrado, deixando de ser uma parte falsa para a relativa libertação, para se tornar um ato de comunhão espiritual e de mútua e consciente vontade” (Osório, *Rev. Fem.*, 12/1925, s/p.).⁵⁶

Entretanto, o psiquiatra Porto-Carrero discordava do posicionamento defendido por Ana de Castro Osório, alegando que a “mulher puramente companheira de trabalho [do homem] é

⁵⁶A revista usava exemplos da legislação de diversos países, como de Portugal, que autorizava a mulher a trabalhar sem a licença do marido, além de legalizar que ela mesma fosse a tutora de seus filhos. Por meio desses exemplos, as feministas brasileiras desejam demonstrar a legitimidade de implementar mudanças também no Brasil (*Rev. Fem.*, 12/1925, s/p).

um ser que mente a sua finalidade” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1930, III, 5, p.164). Para o médico, a “mulher é um ser sexual por excelência. O seu sexo em certas espécies inferiores, basta a si mesmo para a reprodução; ainda na espécie humana é o que maior prazo de vida dedica a essa função” (idem). Portanto, podemos perceber que neste período estavam algumas vozes femininas que lutavam por sua emancipação. Atitude esta que não era vista com bons olhos pela higiene mental, que diagnosticava tais ímpetos com a pecha de anormalidade.

Todavia, por mais que a escritora portuguesa afirmasse que o casamento não era o único fim para as mulheres, ela ratificava que a “felicidade extraordinária” só era conquistada pela mulher que conseguisse se casar e criar a sua própria família, além de exercer alguma ocupação fora do lar (Osório, *Rev. Fem.*, 12/1925, s/p.). Avaliando esta afirmação, percebemos, logo, que mesmo as feministas, ao lutarem pela emancipação das mulheres, não queriam deixar de lado seu papel de mãe e esposa.

Nesse sentido, Ana de Castro Osório defendia que a mulher deveria esperar para fazer um bom casamento, senão acabaria tendo uma vida frustrada. Entretanto, essa não era a opinião unívoca da *Revista Feminina*, pois, segundo o artigo intitulado “O Voto Feminino”, cujo autor não foi especificado, era argumentado que a mulher ideal deveria ser dócil, solícita e ser aquela que faz qualquer sacrifício em prol da sua família. De acordo com esse artigo:

“A mulher que casa, que constitui o seu lar deve pensar que seu primeiro dever é o sacrifício (...) Ser mãe é viver para os filhos, num sacrifício contínuo de todas as horas e lembrar sempre as responsabilidades que cria para com aqueles que faz vir ao mundo” (‘O Voto Feminino’, *Rev. Fem.*, 01/1928, s/p.).

Portanto, podemos constatar nas fontes estudadas diferentes vozes que debatiam acerca do casamento e dos possíveis papéis sociais exercidos pelas mulheres na sociedade. No próximo tópico, discutiremos como as crianças apareceram representadas no projeto de modernização nacional elaborados por médicos e leigos.

3.2.b. Mães e Crianças no foco do Projeto de modernização Nacional

Mãe
Nas longas noites escuras.
Quando o doentinho estremece
És tu que a vigília aturas,
Nas longas noites escuras
E aos altos céus tu murmuras
Cheia de fé, tua prece.

Nas longas noites escuras.
Quando o doentinho estremece
(Aranha, *Rev. Fem.*, 05/1925, s/p).

Ao longo da década de 1920, os higienistas mentais investiram fortemente em campanhas de divulgação da profilaxia das doenças mentais entre setores leigos da sociedade brasileira. Tendo isso em vista, uma das bandeiras defendidas pelo psiquiatra e higienista mental Henrique Roxo consistia exatamente em “agir sobre as crianças” nas escolas por meio de “bons conselhos quer de moral, quer de higiene”, a fim de que elas não viessem a adoecer quando adultas (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 1, p. 5).

Além das estratégias médicas que visavam atingir diretamente as crianças, outro foco também de suma importância era a mãe. A higiene mental divulgou a crença de que toda boa mãe deveria se preocupar com a saúde física e mental de sua prole. Para tanto, os médicos criaram a Clínica de Eufrenia⁵⁷, um local destinado ao tratamento de distúrbios mentais infantis, mas, sobretudo, um lugar apropriado para ensinar às mães os cuidados com seus filhos. Essa Clínica foi inaugurada em 15 de dezembro de 1932, conforme explanou Mirandolino Caldas:

As Clínicas de Eufrenia não são meros ambulatórios de psico-pediatria ou neuropsiquiatria infantil, como muita gente pensa. Urge que se dissipe, de uma vez por todas, a confusão que ainda se faz dessas duas modalidades de clínicas. Além da Clínica de Eufrenia, foi criada também a “clínica preventiva”, destinada a ensinar aos pais os conhecimentos necessários da profilaxia das doenças. As clínicas de neuropsiquiatria infantil se destinam, como é sabido, ao tratamento dos distúrbios neuropsíquicos das crianças; e as clínicas de eufrenia, além dessa função terapêutica, tem ainda e, principalmente, a função profilática e, mais que isto, a de edificação e sublimação dos caracteres que vão integrar a personalidade das crianças. Uma, se destina, particularmente, aos anormais e psiconeuróticos; a outra, é, sobretudo, uma clínica preventiva para as crianças predispostas às doenças nervosas e construtiva, para crianças mentalmente sãs” (Caldas, *Arquivos*, 1933, VI, 1, p. 37).

Dessa maneira, as clínicas destinadas ao tratamento de crianças seguiam um “regime sadio de vida, um programa de eufrenização integral”, baseada nos “conhecimentos da neurobiologia e da psicologia infantil” (Caldas, *Arquivos*, 1933, VI, 1, p. 37). Nesse mesmo caminho, a eugenia também lançou propostas que se baseavam na necessidade de ensinar as mães de que forma deveriam educar seus filhos. Para tanto, a puericultura constituía um saber fundamental e obrigatório para todas as “boas mães”. De acordo com um artigo publicado no

⁵⁷ Para designar o aprimoramento da mente foi criado o termo “eufrenia” (Stepan, 2004, p. 343).

Boletim de Eugenia, em 1930:

"a puericultura tem por dever primordial girar, através de todos os períodos da infância, o esquema da criança normal. protegê-la antes da concepção, assegurar seu desenvolvimento integral no ventre materno, evitar os incidentes perigosos durante o nascimento, controlar e favorecer o crescimento, afastar os perigos inerentes ao meio exterior e à vida social, guiá-las nas vigílias da adolescência, eis em largo traços o programa da puericultura" (Gonzaga, *Boletim*, 1930, II, 17, p. 5).

A puericultura deveria assegurar a educação sexual das crianças, alertando-as, principalmente, para os males das doenças venéreas e ensinando-as acerca dos mecanismos da reprodução. Logo, o projeto de educação sexual consistia em ensinar, principalmente, às mães os mecanismos da "reprodução, a verdadeira significação do casamento, o combate às doenças venéreas, o problema da prostituição, higiene social, etc"(E.R., *Boletim*, 1930, II, 22, p. 2). Para que tal projeto pudesse vir a ter resultado, os eugenistas solicitavam a "cooperação dos lares, das escolas, das igrejas, da imprensa, das instituições públicas e particulares" (E.R., *Boletim*, 1930, II, 22, p. 2).

Já de acordo com o médico Porto-Carrero, "no lar, a educação sexual deve ser: oportuna, leal, inteira e dosada", sem excitar demasiadamente a curiosidade infantil, tendo o objetivo de ensinar "o respeito mútuo entre os sexos", a "sublimidade da função procriadora" e a valorização das necessidades advindas do convívio social em detrimento das vontades e desejos individuais (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1929, II, 3, p.132).

Sobre esse assunto, o catedrático em direito penal da universidade de Madrid, Dr. Luiz Asua publicou no *Boletim de Eugenia* um artigo no qual afirmava que, para que a sociedade moderna sonhada pelos eugenistas pudesse vir a existir, tornava-se indispensável que a "educação sexual" ensinasse ao homem o "verdadeiro ideal viril e à mulher o autêntico fim feminino" (Asua, *Boletim*, 1929, 1, 6-7, p. 1). Sobre esse assunto, o professor explanava que:

"a mulher seja cada vez mais feminina, e o homem adquira a suprema varonia, que só se conquista pelo trabalho. Hoje vivemos ainda nessa fase sexual que eu chamo de desdobraimento do amor, fenômeno generalizado que explica como resolve o homem praticamente as injunções do sexo, entregando-se, por um lado, à poligamia mercenária, repugnante a princípio, mas a que o jovem se habitua e afeiçoa, e por outro lado, conservando seu amor puro à noiva casta. Esta divisão do corpo íntegro do amor faz que sejam raríssimos os lares monogâmicos, pois que, habituando o homem às demasias do erotismo desenfreado, acha fria a manifestação íntima da vida conjugal" (Asua, *Boletim*, 1929, 1, 6-7, p. 1).

No artigo do eugenista, notamos serem delineadas diferentes identidades de masculino e feminino, no qual a “mulher normal” seria a rainha do lar; a “mulher-mãe”, a educadora das proles; e a “bela mulher”, a que encanta o seu marido com perfumes. Os saberes eugênicos sobre a feminilidade e masculinidade foram construídos em dicotomias. Entretanto, essas construções não eram igualitárias, na medida em que o homem era caracterizado como sendo o forte, o viril e o ativo, e a mulher como sendo a fraca, a submissa e a passiva.

A “maternidade científica” era divulgada por médicos no intuito de normatizar o comportamento materno, por meio de um discurso científico que visava a modernização da sociedade. As mulheres, por sua vez, usavam a estratégia de alianças com esses médicos, a fim de conseguirem maior valorização social das atividades de mãe, esposa e dona de casa frente a outras funções na sociedade (Freire, 2009, p. 108).

Tal como os periódicos higienistas e eugênicos, a *Revista Feminina* também atuava na defesa da família, do matrimônio, da monogamia e da educação dos filhos, por meio do trabalho feminino no lar, acreditando ser esta a missão que alavancaria o país do atraso em que ele vivia:

“A mulher, através dos seus atributos de mãe e de esposa, é o apóstolo naturalmente indicado para essa árdua tarefa de regeneração. Às nossas patrícias, cuja alma é escrínio de todas as virtudes, jamais faltarão valor e devotamento para levar por diante as maiores e mais nobres realizações. E o seu ideal será breve atingido se continuarem elas, como até aqui, a preparar solidamente a base sobre a qual se levantará, firmado nos mais sãos princípios da moral e da religião, o caráter de seus filhos, que hão de ser o homens de amanhã. É a elas pois, às mães brasileiras, que dirigimos esse nosso apelo, para a glória de Deus, da Pátria e da família”(Rev. Fem., 12/1925, s/p.).

Mesmo defendendo a importância da atuação feminina como mãe e educadora das proles, a escritora Ana de Castro Osório alertava que ser mãe não era o único destino feminino, discordando, portanto, da opinião médica sobre o assunto. Nesse sentido, a escritora salientava:

“Quando dizemos que o grande, o glorioso destino das mulheres é serem educadoras e as dirigentes morais da sociedade por intermédio do coração das crianças e damos a sua missão na família o mais belo lugar, não queremos impor a todas as mulheres o mesmo destino” (Osório, Rev. Fem. 12/1925, s/p.).

O lar e a maternidade estavam deixando de ser, assim, a única identidade possível para a

mulher, já que algumas profissões passaram a ser vistas como extensão das atividades femininas, como as de professora, secretária, datilógrafa, telefonistas, operárias da indústria têxtil e outras atividades que poderiam ser exercidas por mulheres que não tivessem filhos.

Entretanto, as funções maternas e de dona de casa eram as mais comumente associadas à identidade feminina. Esse tipo de pensamento compareceu em outros artigos da *Revista Feminina*, como, por exemplo, no de Luis Silveira,⁵⁸ que era um profícuo jornalista do período e escrevia para o *Correio Paulistano*, *O Estado de São Paulo*, *A Gazeta* e outros jornais de destaque da época. Segundo ele, a mulher tinha que exercer seus deveres no lar para a felicidade da família:

“Para que não fracassem os desejos de felicidade nos lares que se constituam a mulher jamais deverá deixar de desempenhar com inteligência e solicitude a tríplice missão de esposa, aprendendo a conhecer o coração masculino, observando os moços com calma e reflexão e estudando-lhes a conduta e os sentimentos que os animam. Uma boa dirigente do lar deverá estudar discretamente os costumes de seu futuro companheiro de habitação, a fim de poder estabelecer a harmonia da vida em comum e evitar os incidentes domésticos que tantas magoas causam” (Silveira, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p.).

A “tríplice missão” feminina defendida pelo jornalista apoiava-se no fato de que a mulher deveria ser boa mãe, esposa e dona de casa. Nesta mesma linha de argumentação, Ana de Castro Osório defendia que:

“Para ser hoje a boa dona de casa é preciso receber uma educação tão perfeita e difícil, como de uma advogada ou de uma médica. É preciso que a educação seja cuidada pelo ponto de vista do trabalho material. Também é importante que a inteligência feminina se desenvolva e cultive, de modo que ela se torne um valor real dentro do lar, uma companheira do homem moderno e sobretudo a educadora dos filhos. Como ninguém nasce ensinado, apesar da hereditariedade ajudar, é preciso criar escolas domésticas e profissionais, dando à mulher meios de se tornar um fator útil para si e para os outros” (Osório, *Rev. Fem.*, 01/1926, s/p.).

Embora a *Revista Feminina* fosse defensora do lugar social da “mulher-mãe”, “mulher-

⁵⁸ Jornalista, advogado, diplomata, militar e professor de História e Geografia (Silveira, RF, 01/1930, s/p.).

esposa” e “mulher-dona-de-casa” como exemplares da mulher normal, tal como o discurso médico afirmava, encontramos algumas diferenças significativas entre o grupo de médicos e de leigos, como, por exemplo, a noção divulgada na Revista Feminina de que ser mãe não era o único lugar feminino possível na sociedade e a defesa do trabalho feminino fora do lar como um aspecto importante na constituição da identidade da mulher.

Considerações Finais:

Esta dissertação problematizou o processo de construção e divulgação médico-mental das representações de *normalidade* feminina propostas pelo grupo de psiquiatras, higienistas mentais e eugenistas brasileiros pertencentes à *Liga Brasileira de Higiene Mental* entre os anos de 1925 e 1933. Nesta análise não nos deparamos com uma apropriação expansiva do saber médico-mental em meio ao grupo não científico de editores e leitores das revistas selecionadas, mas uma diversidade de vozes acerca da concepção da mulher normal elaborados pelos diferentes grupos analisados. Este trabalho também demonstrou as dificuldades encontradas pelos membros da LBHM no processo de divulgação das concepções de normalidade feminina em meio a setores sociais leigos da sociedade carioca no período de 1925 a 1933.

Buscamos demonstrar os desdobramentos das intervenções diretas e indiretas dos médicos-mentais na sociedade local e destacamos que este processo começou a ser executado mais efetivamente a partir da Lei da Assistência aos Psicopatas de 1927, que ampliou legalmente o poder da psiquiatria para a população em geral. Este trabalho foi levado a cabo por estes atores por meio da divulgação dos saberes acerca da prevenção das doenças psicossomáticas para a população além dos muros dos hospícios. Por meio dessa estratégia, os médicos divulgavam que era preciso evitar que a população adoecesse, sendo a prevenção considerada mais central para a saúde do que o tratamento. O projeto da psiquiatria era considerado pelo grupo dos profissionais da medicina mental tão importante quanto os elaborados pelo engenheiro Pereira Passos e Oswaldo Cruz. Afinal, era preciso cuidar não apenas do meio, mas do organismo e do psiquismo dos cidadãos para que pudesse haver a plena inserção do Brasil no rol das nações modernas (Caldas, *Arquivos*, 1930, III, 1, p.1).

Embora os médicos-mentais estivessem assegurados pelas leis do período e tenham formado suas próprias *Ligas e Associações*, ainda assim constituíam um grupo restrito, que não conquistou, no período, reconhecimento pleno das outras áreas da medicina, não atraindo muitos interessados para defender suas causas. Esses profissionais enfrentavam dificuldade na consolidação da sua disciplina, em parte, por causa dos fracassos das experiências asilares, verificados pelo aumento contínuo da população asilar que indicava a cronificação dos doentes mentais internados (Engel, 2001; Machado, 1978;). Ao baixo índice de cura dos alienados juntou-se as teorias de Morel e Magnan acerca da degenerescência e os movimentos higienistas e eugenistas internacionais, dando nova direção para a psiquiatria: o investimento na prevenção das doenças mentais.

A psiquiatria também sofria com o estigma de ser considerada uma ciência de segunda classe, já que seus métodos não haviam acompanhado as diretrizes sofridas pela medicina geral, que desde o final do século XIX se modernizara por meio das descobertas pasteurianas e do uso cada vez mais experimental de comprovação de lesões e da presença de microrganismos como produtores de doenças (Edler, 1996). Desse modo, a alienação escapava às lentes dos microscópios e das cirurgias, que haviam se tornado prova irrefutável para as doenças.

Para se adequarem às novas diretrizes científicas do período, os psiquiatras brasileiros abandonaram o alienismo moral francês para adotarem, em seu lugar, a psiquiatria organicista de Kraepelin (Facchinetti & Muñoz, 2013). Esta mudança teórica teve como consequência a implementação de novas leituras das doenças mentais, como o método estatístico e longitudinal, aplicado pela psiquiatria alemã, além de produzir novas estratégias de tratamento com apoio da sorologia e de exames laboratoriais para o diagnóstico de doenças, tais como a sífilis. Este referencial teórico-metodológico passou a dar maior credibilidade à medicina mental, além de tornar a psiquiatria do Distrito Federal nacional e internacionalmente reconhecida (Facchinetti & Muñoz, 2013).

O aumento da confiabilidade da psiquiatria nos círculos médicos-científicos foi a base para a implementação da lei de 1927 no Legislativo e o reconhecimento da *Liga Brasileira de Higiene Mental* como um órgão de utilidade pública. Todavia, mesmo que os médicos mentais tenham conquistado essas vitórias, é possível entrever, nas fontes analisadas, a grande dificuldade por eles enfrentada para obter aderência social e recurso financeiro do Governo Federal para prosseguir com suas campanhas.

Apesar da precariedade de auxílio, os higienistas mentais conseguiram manter, ainda que de forma irregular, uma revista especializada para debater e difundir para as elites científicas e intelectuais o tema da higiene mental: os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Já o médico Renato Kehl encabeçou a publicação do *Boletim de Eugenia* com o intuito de divulgar os preceitos eugênicos para a população leiga. Com essa atitude, podemos perceber que os psiquiatras se uniram para divulgar seus conhecimentos científicos e militar pela ampliação da prevenção das doenças psicossomáticas na sociedade, tendo conquistado, ainda que parcialmente, um lugar ao sol nas estratégias orquestradas pelo Estado com vistas à modernização da população.

Deste modo, pudemos acompanhar em nossa pesquisa o desenvolvimento de diversas estratégias da medicina mental na busca de contribuir para a melhoria da saúde dos cidadãos republicanos: em nosso estudo, privilegiamos a análise da divulgação de normas e condutas

embasadas por preceitos higiênicos mentais e eugênicos e voltadas tanto para o público leigo quanto o especializado. Isso se deu tanto por meio de campanhas profiláticas como através do *Boletim de Eugenia*, dos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, além dos livros que tratavam acerca das relações de gênero na sociedade brasileira, com os quais trabalhamos ao longo desta dissertação.

Por meio da análise das fontes primárias, buscamos demonstrar o papel fundamental que a mulher conquistou na teoria médico-mental para a profilaxia das doenças psíquicas. As mulheres foram consideradas por estes profissionais da saúde mental como a grande coadjuvante do projeto de modernização da sociedade (Costa, 1983), pois, além de educar os futuros cidadãos brasileiros, era compreendida como biologicamente responsável por “75% da determinação sobre a constituição da prole, ao passo que a influência do homem seria apenas de 25%” (Kehl *apud* Souza, 2006, p. 173). De acordo com Renato Kehl, seriam as mulheres “fortes que fazem uma raça forte; - são as mulheres belas que garantem a beleza de uma raça forte” (idem). Por isso, as características fenotípicas e genotípicas da futura mãe – sua beleza, a integridade de seu caráter e sua inteligência (Kehl, 1925, pp.88-89) – passaram a ser consideradas de suma importância para garantir a produção de uma prole saudável.

Devido a importância feminina para a educação e criação das proles saudáveis, os médicos-mentais salientavam que a “esposa-mãe” era o “tipo completo de mulher normal” (Porto-Carrero, 1933, p. 91) e a “esposa ideal” seria o “arcanjo solícito e sentimental” de constituição “branda, submissa e amorosa” (Austregésilo, 1938, p. 109). A mulher foi por eles concebida como a “força do lar, a vigilante, a espiã avançada e o anjo de guarda da família” (idem). Como contraponto a este modelo de normalidade feminina, surgia então o fantasma da “emancipação da mulher”, a “cooperação desta no trabalho fora do lar” e o “divórcio” (Porto-Carrero, *Arquivos*, 1933, VI, 2, p. 90), capazes de suscitar “degeneração nervosa e mental” (Austregésilo, 1938, p. 109).

Podemos afirmar que, por um lado, se o discurso advindo da psiquiatria produziu efeitos de verdade no interior do campo científico, delineando ali padrões bem definidos de normalidade para os gêneros, por outro lado, seu reconhecimento social como verdade universal naturalizada e atemporal e era bastante limitado. Desse modo, a expectativa frustrada dos médicos mentais de que a população viesse a seguir regras e normas propugnadas por suas campanhas profiláticas e seus modelos de normalização científica, não necessariamente integrados aos modos de viver da população, nos mostrou a necessidade de relativizar a eficácia da penetração dos saberes médicos nos grupos sociais analisados.

Assim, a pesquisa demonstrou que, muitas vezes, o público leigo se apropriou desses

modelos de normalidade de forma bastante seletiva e diversificada, negociando-os com outras formas de representação de mulheres na sociedade, embasadas por interesses próprios e guiados por valores estrangeiros à ciência psiquiátrica, como aqueles advindos da moral cristã, da crítica à sociedade burguesa, da luta pelos direitos políticos femininos, entre outros.

Para demonstrar nossa hipótese contra a ideia de uma medicalização / psiquiatrização total da sociedade, apresentamos outros modelos e normas sociais convivendo lado a lado com os saberes científicos. Esses outros padrões de normalidade, encontrados nas revistas não científicas, nos falam da crise de identidade que a acelerada urbanização produziu. Com ela, novos estilos de vida foram forjados nas classes médias e altas da sociedade, marcados pela burguesia e pelo consumismo.

Estes novos padrões de sociabilidade foram encontrados, por exemplo, na revista *A Maçã*, cujas crônicas, blagues e caricaturas, “tecidas no cotidiano da vida e situadas nas interseções entre a ficção e a realidade” (Engel, 2009, p.368), debatiam questões que espelhavam verossimilhanças com a vida social do Brasil da década de 1920, ao mesmo tempo em que eram partícipes de determinadas visões da cultura local que acabavam por ser incorporadas pelos leitores.

Já na análise da *Revista Feminina*, deparamo-nos com representações de feminino mais próximas dos modelos propostos pela higiene mental e pela eugenia. Tanto no discurso da higiene mental quanto o da *Revista Feminina* desfila, com frequência, o discurso conservador acerca da valorização do trabalho feminino dentro do espaço doméstico, da maternidade consciente, com ênfase na educação das proles, assim como do lugar da esposa muito bem delimitado pela responsabilidade com o lar e com a harmonia familiar. Além disso, a revista trata da importância feminina como gerente dos gastos da casa para a maior felicidade do casal (*Rev. Fem.*, 01/1915, p. 4), o que parece estar apoiado na ideia de outro dos nossos atores, como Henrique Roxo, para quem “uma vida de constantes dificuldades financeiras, de desajuizados domésticos diários, de trabalho excessivo sem compensador repouso imprescindível, condicionará uma susceptibilidade psicopática, quiçá irremediável” (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.5).

Entretanto, no virar das páginas da *Revista Feminina* pudemos perceber que aquilo que, inicialmente, pareceria um sintoma irrefutável do processo de medicalização da sociedade estava também apoiado em valores da moral religiosa hegemônica da época, a ponto do próprio bispo “abençoar” todos os números da revista em suas capas e considerá-la um veículo exímio de divulgação da moral cristã (*Rev. Fem.*, 05/1925, s/p.). Dessa maneira, uma das representações frequentes da boa mulher na *Revista Feminina* era a mulher burguesa,

educada, mas também obediente à moral católica. Nessa articulação, os escritores da *Revista Feminina*, ao construírem a identidade das boas mulheres cristãs em sua revista e rediscutirem sua natureza, muitas vezes endossam os modelos médicos, em que a maternidade, a bondade e a passividade feminina eram tidas constituintes da essência feminina (Austregésilo, 1938; Porto-Carrero, 1930).

Vale sublinhar, entretanto, que os médicos-mentais do período eram, em sua maioria, desfavoráveis à moral cristã, por as considerarem sinônimo de misticismo e alienação (ver Kehl, 1934, p. 110). O eugenista Renato Kehl era contra até mesmo o catolicismo e sua filantropia, pois defendia o posicionamento eugênico e evolucionista, cuja máxima baseava-se contra a proteção aos fracos e pobres (*apud* Wegner e Souza, 2012). Segundo Renato Kehl, “o cristianismo, tal qual se apresenta ainda hoje, causa-me, pelas suas incoerências e hipocrisias, verdadeiros arrepios de indignação. Não há questão social e eugênica de interesse para a humanidade sofredora sem seu travo rotineiro a embargar-lhe a solução” (Kehl, 1934, p.109). De acordo com José Roberto Franco Reis (2003, p.188), para muitos psiquiatras da Liga, “a influência do catolicismo era entendida como a principal barreira de resistência à adoção de medidas como a esterilização e o exame pré-nupcial obrigatório”

Nesse sentido, torna-se fundamental demonstrar o tipo de discurso encontrado na *Revista Feminina*, pois se havia uma valorização da atuação feminina no lar, esta não se dava unicamente baseada nos preceitos científicos, mas era sustentada também pelas máximas religiosas. É, portanto, possível afirmar que a apropriação do discurso médico realizado pela *Revista Feminina* aproximou o campo católico e científico, considerados dicotômicos, propiciando a co-habitação no mesmo espaço e a luta pelos mesmos interesses, isto é, a valorização das atividades femininas na sociedade. Na *Revista Feminina*, tal como afirma Maria Martha de Luna Freire, existiam “tensões, dualidades, conflitos e ambiguidades que permearam a construção do novo papel feminino” (Freire, 2006, p.308-313)

Assim, a *Revista Feminina* apoiava, ao mesmo tempo, movimentos feministas que iam na contramão das principais bandeiras levantadas pelo movimento da higiene mental e eugenia, como por exemplo, o forte apoio à participação da mulher no trabalho externo ao ambiente doméstico, em profissões como as de telefonista, professora, enfermeira, etc. Nesta revista, o tema da emancipação feminina era valorado, pois se considerava que a “mulher precisa emancipar-se em primeiro lugar do jugo do seu dominador, fazendo-se independente pelo trabalho” (*Rev. Fem.*, 01/1929, s/p.).

Deste ponto de vista, a *Revista Feminina* se vale das discussões da medicina mental, ora negociando e adaptando-as à visão de mundo católica, ora afirmando que o trabalho

externo era possível se contribuísse para a harmonia familiar (*Rev. Fem.*, 01/1929, s/p.) e se não prejudicasse a educação das crianças (*idem*). Deste modo, em muitos momentos, os artigos defendiam o trabalho feminino como fundamental para que a esposa tivesse outros assuntos para conversar com seu marido em casa, tornando-se uma companhia agradável, mais competente na administração das economias do lar e mais apta a resolver os problemas domésticos (Um marido atormentado, *Rev. Fem.*, 01/1930, s/p.).

No universo discursivo da *Revista Feminina* encontramos também perfis “modernos” do feminino e mais transgressores, como no caso das *garçonnes*, que, apesar de serem discretamente reprovados pela revista, ainda assim não eram identificados como detentores de alguma patologia, como iria certamente afirmar o discurso médico-mental.⁵⁹ As *garçonnes* poderiam ser consideradas, portanto, perfis anormais, ou seja, desviantes da norma, mas não patológicos. Estas mulheres eram agentes sociais e, embora não fossem vistas como um “tipo ideal”, faziam parte do universo diferenciado de mulheres que circulavam pela sociedade carioca das décadas de 1920 e 1930.

Já quando esmiuçamos as representações do feminino contidas em *A Maçã*, deparamo-nos com diversas crônicas que remetem às situações cotidianas da sociedade brasileira. As personagens femininas destas crônicas pululavam no universo citadino carioca do final da década de 20 e 30. Eram representadas por diferentes figuras, como, por exemplo, a mulher jovem, bela e interesseira que se casava com um homem mais velho devido suas posses; a casada que traiu o marido em busca de colocação para o mesmo num banco; aquela que não enganava o esposo, mas sofria com a desconfiança dele, etc.

Em *A Maçã*, portanto, comparece com frequência a representação de mulher pecadora por excelência, ardilosa e eminentemente anticivilizadora, nos termos da higiene mental. A Eva moderna, tão frequente nas páginas da revista como interesseira e aproveitadora, fútil e interessada nos bens materiais, parece ser considerada o padrão, a curva normal das mulheres cariocas, ao contrário da bondade natural esperada pelos médicos mentais (Austregésilo, 1938, p. 109).

Com base na leitura dos periódicos científicos, poderíamos confirmar, por meio da revista, a necessidade urgente de intervenção da psiquiatria profilática na sociedade, pois que este escândalo apenas confirmaria a prevalência de seres anormais em todo o espaço social, exigindo intervenção. Deste ponto de vista, o discurso de *A Maçã* seria o denunciador de uma

⁵⁹ Nas pesquisas realizadas com os *Livros de Observações Clínicas do Pavilhão de Observações*, constatamos que muitas das mulheres internadas no Hospital Nacional de Alienados estavam lá sob a alegação do não cumprimento das suas atividades como esposa, mãe e dona de casa (Cupello, 2010).

sociedade que ainda precisava se higienizar e eugenizar-se em prol do futuro da nação. No entanto, é bom que se atente para o fato de que, enquanto a medicina mental buscava homogeneizar os estilos de vida segundo os valores burgueses, *A Maçã* criticava justamente o modo de vida “capitalista”, cuja ambição desmedida por dinheiro, *status* sociais e bens materiais, assim como a impossibilidade do divórcio, produziam a infelicidade do casal e a falta de cooperação mútua entre homens e mulheres. Desse modo, valendo-se do riso e do blague (Skinner, 2002, p. 9), os textos de *A Maçã* denunciavam os comportamentos culturais naturalizados e enraizados pelos valores burgueses que os médicos-mentais buscavam instaurar.

Outro dado que nos chamou atenção ao longo da coleta de fontes foi notar que as questões relativas aos exames pré-nupciais e aos fatores hereditários para a escolha de um bom marido e de uma boa esposa, tão caros aos periódicos científicos investigados, não eram sequer referenciados nas duas revistas leigas analisadas. Em compensação, a questão que ocupa as páginas de todas as revistas pesquisadas é a preocupação com o aspecto social para a escolha dos cônjuges. Sobre este assunto, o eugenista Renato Kehl (1929) aconselhava que os noivos se casassem com pessoas com as mesmas condições financeiras.

Os eugenistas e higienistas mentais concordavam que pessoas com "uma vida de constantes dificuldades financeiras" (Roxo, *Arquivos*, 1925, I, 2, p.5) jamais encontrariam a felicidade familiar. Já a revista *A Maçã* depreendia severas críticas ao modelo matrimonial interessado, baseado em acordos financeiros, acima das questões afetivas, apontado como raiz de muitos dos problemas da sociedade local denunciados pela revista (*A Maçã*, 09/01/1926, IV, 205, s/p). Indiretamente a questão está também colocada nas páginas da *Revista Feminina* (*Rev. Fem.*, 01/1915, p. 4)

Tendo em vista os discursos analisados, que divulgavam diferentes tipos de normalidade feminina, podemos definir que a norma que encontramos nas revistas leigas está de acordo com a que Canguilhem (1990, p. 212) caracteriza, isto é, ligada a maior quantidade de aparições na sociedade, contribuindo para a elaboração da curva normal.

Assim, de acordo com o editor da revista *A Maçã*, o Conselheiro XX, a “mulher normal” seria aquela que integra o grupo de interesseiras e ambiciosas. Reparem, entretanto, que essa normalidade não tinha um valor positivo, visto que, em seu discurso, a *Maçã* afirmava que a sociedade brasileira estava vivendo um momento de decadência na sua história devido ao modo de vida burguesa capitalista, que produzia homens e mulheres imorais. Em função de tal decadência, a revista afirmava que seria difícil e/ou quase impossível um homem encontrar uma boa esposa, pois seria, segundo os editores, uma raridade (*A Maçã*, 22/05/1926, V, 224,

s/p).

Já quando nos questionamos acerca das representações de “mulher normal” na *Revista Feminina*, encontramos como padrão as senhoras casadas e de boas famílias, que educavam seus filhos de acordo com a moral católica e a maternidade científica, além de serem engajadas na luta em prol de seus direitos políticos.

Assim, ao longo da dissertação, verificamos que o discurso de normalidade advindo da psiquiatria, da higiene mental e da eugenia era mais um dos que circulavam nas esferas sociais da cidade do Rio de Janeiro das décadas de 1920 e 1930. E de maneira nenhuma era um discurso hegemônico ou vitorioso, que adentrava de forma vertical e autoritária os diferentes espaços sociais. O contexto do Brasil das décadas de 1920 e 1930 foi marcado por um momento em que os projetos de modernização nacional adquiriram papel central nas políticas sociais e diferentes grupos lutavam para que suas propostas ganhassem mais espaço e credibilidade. Em meio a esses grupos estavam as seguintes classes: médicos, feministas, religiosos, etc.

Os discursos médicos-mentais e da *Revista Feminina* valorizavam a centralidade do papel das mulheres nos projetos de modernização nacional, devido a sua importância fundamental na criação e educação dos cidadãos do futuro. Deste modo, tanto as revistas leigas quanto os periódicos científicos apresentavam soluções para os efeitos da brusca modernização das sociedades e suas consequências sobre condutas e costumes sociais. No entanto, esta pesquisa demonstrou que precisamos relativizar a ideia de *medicalização da sociedade* tal como estabelecida pelo discurso higienista mental e eugenista, ao menos entre os anos de 1925 e 1933, pois o grau de penetração desses saberes aconteceu de maneira muito diversa, tanto do ponto de vista da particularidade das apropriações e alianças discursivas quanto no que diz respeito a sua capacidade de penetração no espaço social, e se articulou aos interesses específicos dos diferentes grupos sociais aqui analisados.

Portanto, se dentro dos reinos da psiquiatria, as mulheres haviam sido catalogadas como alienadas por apresentarem comportamentos considerados atípicos para as normas morais da sociedade carioca – conforme demonstrou a pesquisa realizada em prontuários do Hospital Nacional de Alienados (Cupello, 2010) – no espaço social mais amplo, a psiquiatria não era soberana, tendo que compartilhar com outros saberes, inclusive políticos, populares e religiosos, o que era a normalidade feminina.

Referências Bibliográficas:

Fontes Primárias:

- ‘A emancipação do sexo fraco’. **Revista Feminina**. Revista Mensal. Janeiro 1929, ano XVI, n. 176, s/p.
- ‘A Família e a Mulher’. **Revista Feminina**. Revista Mensal. Janeiro de 1933, ano XX, n. 224, s/p.
- ‘A mulher e o Voto’. **Revista Feminina**. Revista Mensal. Janeiro de 1925, ano XII, n. 128, s/p.
- ‘Atas de reuniões da Liga’. Reunião conjunta de membros da Liga e de cooperadores da Campanha Pró-Higiene Mental. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1933, ano VI, n. 4, pp.381-382.
- ‘Atas e trabalhos da Liga’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1929, ano II, n.1, pp.27-38.
- ‘Editorial: Apelo à Mulher Brasileira’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1930, ano III, nº6, pp. 193-194.
- ‘Editorial: Liga de Higiene Mental não é sinônimo de Liga antialcoólica’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1933, ano VI, n. 3, pp. 193-194.
- ‘Editorial’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1931, ano IV, n. 2, s/p.
- ‘Editorial’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1925, ano I, n. 1, s/p.
- ‘Editorial’. **Revista Feminina**. Revista Mensal. Maio de 1925, Ano XII, n. 132, s/p.
- ‘Editorial’. Um momento decisivo na vida da Liga de Higiene Mental. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1933, ano VI, n. 4, pp.273-276.
- ‘Editorial’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental** 1929, ano II, n.1, p.1.
- ‘Entrevista com Helen Wills Campeã mundial de tênis’. Vida Feminina: Artes, Ciências, Letras. A mulher do esporte e do Trabalho. **Revista Feminina**. Revista Mensal, Janeiro de 1930, ano XVI, n. 188, s/p.
- ‘Estatuto da Liga Brasileira de Higiene Mental’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1925, ano I, n.1, pp. 223-224.
- ‘Esterilização para aperfeiçoamento Humano’. **Boletim de Eugenia**. 1929, anoI, n.12, pp.5-6.
- ‘Eugenia e patriotismo’. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol1, n.5, p. 3.
- ‘Noticiário’. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1930, ano III, n. 7, p. 261
- ‘O projeto sobre o delito de contato’. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol I, n.1, p.3.
- ‘O que toda mulher deve saber’. **Revista Feminina**. A Luta Moderna. Revista Mensal, 1915, ano II, n. 11, p. 4.
- ‘O voto Feminino’. **Revista Feminina**. Revista Mensal, Janeiro de 1928, ano XV, n. 164, s/p.
- ‘Os nossos avós’. **Boletim de Eugenia**. 1929, volII, n.4, p. 4.
- ‘Os segredos da felicidade’. **Revista Feminina**. Revista Mensal. Maio de 1925, ano XII, n. 132, s/p.
- ‘Qual é o papel da mulher na sociedade moderna?’. **Revista Feminina**. A Luta Moderna. Revista Mensal, 1915, ano II, n. 11, p. 10.
- ‘Marinetti, no Rio’. **Revista A Maçã**. 22 de Maio de 1926. ano V, n. 224, s/p.
- ARANHA, Benedicto R. Mãe. In: Jardim Fechado. **Revista Feminina**. Revista Mensal. Maio de 1925, ano XII, n. 132, s/p.
- Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1931, ano IV, n. 2, s/p.
- Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**.1930, ano III, n. 2.s/p.
- ASUA, Luiz Jiménez de. Aspecto Jurídico da Maternidade Consciente. **Boletim de Eugenia**. 1929, ano I, ns. 6-7, pp. 1-5.
- AUSTREGÉSILO, Antônio. **Pequenos Males**. Rio de Janeiro, Ed. Jacinto Ribeiro dos Santos, 3ªedição, 1919.

- AUSTREGÉSILO, Antônio. **Perfil da mulher brasileira**: esboço acerca do feminismo no Brasil. Ed. Guanabara, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1938.
- BATU-ALLAH. As liberdades dos noivos. **Revista A Maçã**. 16 de Maio de 1925. Ano IV, n.171, s/p.
- Boletim de Eugenia**. 1929, volI, n.1, p. 1.
- Boletim de Eugenia**. 1929, volI, n.4, p. 1
- Boletim de Eugenia**. 1929, volI, n.5, p. 3.
- BRASIL. **Decreto n. 1132**, de 22 de dezembro de 1903. Reorganiza a Assistência a Alienados. In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=63278&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Consultado em 30/05/2012.
- BRASIL. **Decreto n. 17805 de 23/05/1927**. In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=43726&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Consultado em 04/10/2011.
- BRASIL. **Decreto n. 8.834**, de 11 de julho de 1911. Reorganização da Assistência a Alienados. In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=53512&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Consultado em 31/05/2012.
- BRITTO, Alfredo. O alcoolismo e a Mulher. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1930, Ano III, n. 6, pp. 204-205.
- CALDAS, Mirandolino. A Higiene Mental no Brasil. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1930, Ano III, n. 3 pp. 69-77.
- CALDAS, Mirandolino. Clínica de Euphrenia. Os trabalhos do primeiro trimestre. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1933, ano VI, n. 1, pp. 36-42.
- CALDAS, Mirandolino. Editorial. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1929, Ano II, n. 1, pp.1-2
- CALDAS, Mirandolino. Editorial. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1929, Ano II, n. 2, pp. 57-60
- CALDAS, Mirandolino. O Congresso de Higiene Mental e a Eugenia. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1930, ano III, n. 2, pp. 35-36.
- CALDAS, Mirandolino. Primeiro Congresso Internacional de Higiene Mental. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1930, ano III, n. 1, pp. 1-5.
- CONSELHEIRO X.X. A Emancipação da mulher. **Revista A Maçã**. 7 de Fevereiro de 1925. ano III, n. 157, s/p.
- CONSELHEIRO X.X. A Missão dos Velhos. **Revista A Maçã**. 11 de Fevereiro de 1922. ano I, n. 1, s/p.
- CONSELHEIRO X.X. À Sombra da Macieira. **Revista A Maçã**. 11 de Fevereiro de 1922. ano I, n. 1, s/p.
- CONSELHEIRO X.X. **Revista A Maçã**. 11 de Fevereiro de 1922. ano 1, n. 1, s/p.
- E.R. O Lar e a Educação Sexual das Crianças. **Boletim de Eugenia**, 1930, ano II, n. 22, pp. 1-2.
- FREUD, S. (1972). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp. 135-250). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- FREUD, S. **Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna** (1908). In: _____. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. IX, pp.187-212.
- FREUD, Sigmund. **A feminilidade**. Rio de Janeiro. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Imago, Vol. 22, 1932, pp. 113-134.

- FURTADO, Menezes. 'O poder social da mulher cristã'. **Revista Feminina**. Revista Mensal. Maio de 1925, Ano XII, n. 132, s/p.
- GONZAGA, Octavio. Puericultura e Eugenia. **Boletim de Eugenia**, 1930, ano II, n. 17, pp. 5-6.
- HUMBERTO DE CAMPOS. **Academia Brasileira de Letras**. In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=221>. Consultado em 19/01/2012.
- JOGRAL. O Julinho. **Revista A Maçã**. 7 de Janeiro de 1928. ano VI, n. 309, s/p.
- Jornal das Moças**. 3 de Janeiro de 1935. Rio de Janeiro, s/p.
- Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro. 1 de Janeiro de 1930.
- KEHL, Renato (1924). **Como escolher um bom marido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2ª Edição. 1935.
- KEHL, Renato (1941). **A psicologia da personalidade**: guia de orientação psicológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 8ª Edição, 1959.
- KEHL, Renato. **Boletim de Eugenia**, 1929, ano I, n.ºs. 6-7, p. 1.
- KEHL, Renato. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, 1925, ano I, n. 2, pp. 70-74.
- KEHL, Renato. **Como escolher uma boa esposa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.
- KEHL, Renato. Educação e Eugenia. **Boletim de Eugenia**. 1929, ano I, n. 9, pp. 1-2.
- KEHL, Renato. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**. 1929, ano I, n. 8, p.1.
- KEHL, Renato. Hereditariedade e Inteligência. **Boletim de Eugenia**. 1929, ano I, ns. 6 -7, p.8.
- KEHL, Renato. Legislação Eugênica. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol 1, n.1, p.2.
- KEHL, Renato. Médicos, Curandeiros e Charlatães. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol1, n.3, p. 1.
- KEHL, Renato. O Médico da Família e a Eugenia. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol I, n.1, p.2.
- KEHL, Renato. O Nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol I, n.1, p. 1
- KEHL, Renato. O problema do casamento e a semana da previdência. Sugestões modernas da eugenia. **Boletim de Eugenia**, 1930, ano II, n.18, p. 6.
- KEHL, Renato. O problema do casamento e a semana de previdência. Sugestões Modernas da Eugenia. **Boletim de Eugenia**, 1930, ano II, n. 18, p. 6.
- KEHL, Renato. **Por que sou eugenista**: 20 anos de campanha eugênica 1917-1937 – RJ: Fco Alves, 1937.
- KEHL, Renato. Profilaxia das Doenças Mentais **Boletim de Eugenia**. 1929, vol I, n.1, p.2.
- KEHL, Renato. Questões da raça. **Boletim de Eugenia**. 1929, anoI, n.10, pp.3-4.
- KEHL, Renato. Talvez - Quem Sabe? **Boletim de Eugenia**. 1929, anoI, n.10, p.3.
- KEHL, Renato. As nevroses dos "forçados da castidade". **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, 1934, v.7, n.2.
- LBHM. 'Editorial'. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. 1930, ano III, n.6, s/p.
- LIMA, Heitor. O mal de muitos filhos. **Boletim de Eugenia**. 1929, ano I, n.10, p.4.
- Livro de Observações Clínicas**. Nº 344, (2 de Agosto à 12 de Agosto de 1930).
- MEDEIROS E ALBUQUERQUE. Alcova dos Poetas. **Revista A Maçã**. 11 de Fevereiro de 1922, s/p.
- MORELLI, Giovanni. Nomeação. **Revista A Maçã**. 7 de Fevereiro de 1925. ano III, n. 157, s/p.
- MUCKERMANN, Hermann. Fundamentos Hereditários e Eugenia. **Boletim de Eugenia**. 1929, ano I, ns. 6-7, pp. 5-6.
- NORTE, João do. Brasil e Raça. **Boletim de Eugenia**. 1929, ano 1, n. 8, p.4.
- OSÓRIO, Ana de Castro "A questão feminina - As mulheres e as crianças". **Revista**

- Feminina**, Revista Mensal, Dezembro de 1925, ano XII, num 139, s/p.
- OSÓRIO, Ana de Castro “A questão feminina”. **Revista Feminina**. Revista Mensal, Janeiro de 1926, ano XII, n. 140, s/p.
- PACHECO E SILVA, Antônio Carlos. Imigração e higiene mental. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**, 1925, ano I, n2, pp. 27-35.
- PEAPEGUARA, Bricio. Uma verdade. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol I, n.2, p.4.
- PINTO, Wladimir. Bolinas. **Revista A Maçã**. 12 de Dezembro de 1925. ano IV, n. 201, s/p.
- PORTO-CARRERO, Julio Pires. **Psicanálise de uma civilização**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara; Waissman; Koogan, 1933.
- PORTO-CARRERO, Julio. Educação Sexual. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**.1929, ano II, n. 3, pp. 120-133.
- PORTO-CARRERO, Julio. O Exame Pré-nupcial como fator Eugênico. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**.1933, ano VI, n. 2, pp.87-94.
- PORTO-CARRERO, Julio. O Sexo e a Cultura. **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**.1930, ano III, n. 5, pp.157-166.
- RATTO, Caldeira. Alto comércio. **Revista A Maçã**. Rio de Janeiro. 9 de janeiro de 1926. ano IV, n. 205, s/p.
- RECASENS, Sebastian. Eugenia e Procriação. **Boletim de Eugenia**. 1929, volII, n.4, pp. 1-2.
- Revista A Maçã**. 9 de janeiro de 1926. s/p.
- Revista A Maçã**. 1 de janeiro de 1927. ano V, n. 256, s/p.
- Revista A Maçã**. 11 de Fevereiro de 1922, s/p.
- Revista A Maçã**. 16 de Maio de 1925. ano IV, n.171, s/p.
- Revista A Maçã**. 22 de Maio de 1926, ano V, n. 224, s/p.
- Revista A Maçã**. 5 de Janeiro de 1929, ano VII, n. 361, s/p.
- Revista A Maçã**. 7 de Março de 1925. ano IV, n. 161. s/p.
- Revista Feminina**, Revista Mensal, Dezembro de 1925, ano XII, num 139, s/p.
- Revista Feminina**. A Luta Moderna. Revista Mensal, Janeiro de 1915, ano II, n. 11, p. 9.
- Revista Feminina**. A Luta Moderna. Revista Mensal, Janeiro de 1915, ano II, n. 11, p. 4.
- Revista Feminina**. Janeiro 1929, ano XVI, n. 176, s/p.
- Revista Feminina**. Revista Mensal, Janeiro de 1925, ano XII, n. 128, s/p.
- Revista Feminina**. Revista Mensal, Janeiro de 1926, ano XII, n. 140, s/p.
- RIBAS, Justino. Punição. **Revista A Maçã**. 7 de Fevereiro de 1925, n. 157, ano III, s/p.
- RIBAS, Justino. Recém casados. **Revista A Maçã**. 16 de Maio de 1925. ano IV, n.171, s/p.
- ROXO, Henrique. Higiene mental. **Arquivos Brasileiros de higiene Mental**. 1925, ano I, n. 2, pp. 1-9.
- SERAFIM, Silvia. Maternidade Consciente. **Boletim de Eugenia**, 1930, ano II, n. 14, pp. 1-2.
- SILVEIRA, Luis **Revista Feminina**. ‘Educação Familiar. Preparação para o casamento’. Revista Mensal. Janeiro de 1930, Ano XVI, n. 188, s/p.
- SOUZA, Wallace. A Vingança. **Revista A Maçã**. 3 de Janeiro de 1925 n. 152, ano III, s/p.
- UM MARIDO ATORMENTADO. ‘O que há de novo?’ **Revista Feminina**. Revista Mensal. Janeiro de 1930, ano XVI, n. 188, s/p.
- UM PAI. Carta de um Pai. **Boletim de Eugenia**. 1929, vol1, n.3, p. 3.
- VAN-DONGEN, Pierre. Chiromancia. **Revista A Maçã**. 3 de Janeiro de 1925, ano III n. 152, s/p.

Fontes secundárias:

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. “Mãe Civilizadora”: a educação da mulher nos discursos feminista e antifeminista na primeira república. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2006, pp. 1-8.
- Academia Nacional de Medicina. **Biografia de Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima**. In: http://www.anm.org.br/membros_detalhes.asp?id=171. Consultado em 25/02/2012.
- ADAMS, Mark B. Toward a Comparative History of Eugenics. In: _____ (org) **The Welborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York: Oxford University Press, 1990.
- AGUIAR, Leonel Azevedo de. O jornalismo sensacionalista e a lógica da sensação. **VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2008. In: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/individual56leonelazevedo deaguiar.pdf>. Consultado em 24/10/2012.
- AGUIAR, Marcela Peralva. **Aprimorando a “raça brasileira”: uma análise dos discursos da psiquiatria no início do século XX no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. 2009.
- ALVES, Lourence Cristine. **O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias. **Revista Ítaca**. pp. 11-29. In: <http://www.revistaitaca.org/versoes/vers14-09/11-29.pdf>. Consultado em 13/03/2012.
- BARRETO, Lima. **Cemitério dos vivos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. **Virando as páginas, revendo as Mulheres: revistas femininas e relações homem – mulher, 1945-1964**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 5, vol2, 2000, pp. 265-292.
- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. SP, EDUSP, 1999.
- Bíblia Católica. In: <http://www.bibliacatolica.com.br/busca/24/1/peixe#.UE-T2KCgt7s>. Consultado em 11/09/2012.
- Biblioteca da Presidência da República. **Francisco de Paulo Rodrigues Alves**. In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/rodrigues-alves>. Consultado em 9/04/2012.
- Biografia de Gregor Mendel. Biologia. In: <http://margarida-biologia.blogspot.com.br/2007/11/gregor-mendel-biografia-gregor-johann.html>. Consultado em 12/02/2013.
- Biografia de Cláudio de Souza. **Academia Brasileira de Letras**. In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=408&sid=283>. Consultado em 09/01/2013.
- Biografia de Helen Wills Moody Roark. In: International Tennis Hall of Fame & Museum. <http://www.tennisfame.com/hall-of-famers/helen-wills-moody-roark>. Consultado em 09/01/2013.
- BRANDÃO, João Carlos Teixeira. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. In: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/branjteix.htm>. Consultado em 25/09/2012.
- BUITONI, Dulcília H. Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo, Atica, 1986.

- BUITONI, Dulcilia Helena Schoroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis**. 2009, vol.19, n.2, pp. 529-549.
- CAPONI, Sandra. Emil Kraepelin y e problema de la degeneración. **Revista História, Ciência, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, v. 17, supl.2, 2010, pp.475-494.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil. **Revista História Ciência, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1999, pp. 133-156.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3º ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- CASTANEDA, Luzia Aurelia. Eugenia e casamento. **Revista Hist. cienc. saude-Manguinhos** 2003, vol.10, n.3, pp. 901-930.
- CASTEÑEDA, Luzia Aurélio. **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 1998, pp. 23-48.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.
- Coleção de Estudos da Cidade. **Pereira Passos, Vida e Obra**. Rio Estudos, 2006. In: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1750_%20pereira%20passos%20vida%20e%20obra%20re%20221.PDF. Consultado em 09/04/2012.
- COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. RJ: Xenon Ed, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**. Juquery, a história de um asilo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CUPELLO, Priscila Céspedes & BARRETO, Bárbara Leal. Sade: O Teatro dos Loucos ou Uma História das Perseguições. **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 5, Nº30, Rio, 2010.
- CUPELLO, Priscila. Loucura e Gênero no Hospital Nacional de Alienados (1920-1930). **Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica**. FAPERJ, 2010.
- DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução**: O submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- EDLER, Flávio Coelho. O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado. **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.284-299. 1996.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.
- ENGEL, Magali Gouveia. Gênero e política em Lima Barreto. **Cad. Pagu**. 2009, n.32, pp. 365-388. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000100012&lng=en&nrm=iso Consultado em 17/06/2013.
- ENGEL, Magali. **Delírios da Razão**: Médicos, Loucos e Hospícios. Rio de Janeiro, 1830-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- ENGSTROM, Eric J. "On the question of degeneration" de Emil Kraepelin (1908). **History of Psychiatry**, Cambridge, v.18, n.389, p.389-398. 2007.

- ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- FACCHINETTI, Cristiana e CUPELLO, Priscila. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, V. 11, nº2, 2011, pp. 697-718. In: <http://www.revispsi.uerj.br/v11n2/artigos/pdf/v11n2a21.pdf>
- FACCHINETTI, Cristiana. Psicanálise Para Brasileiros: História De Sua Circulação E Apropriação No Entre-Guerras. **Culturas Psi**, 2012, Vol. 0, pp. 45-62. In: http://www.culturaspsi.org/numero_0_pdf.php?articulo=7. Consultado em 16/01/2013.
- FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila; EVAGELISTA, Daniele. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins: uma fonte com muita história. **Revista História, Ciência, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, v. 17, supl.2, 2010, pp.527-535.
- FACCHINETTI, Cristiana; MUNOZ, Pedro Felipe Neves de. Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903-1933. **História Ciência, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, Mar. 2013. In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000100013&lng=en&nrm=iso. Consultado em 13/06/2013.
- FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo. Edusp, 1999.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. Edusp, 1994.
- FERRARESI, Carla Miucci. **Papéis normativos e práticas sociais: o cinema e a modernidade no processo de elaboração das sociabilidades paulistanas na São Paulo dos anos de 1920**. (Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FOUCAULT, Michel. (1982). **História da sexualidade 1. A vontade de Saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, vol 2, 2002.
- GAVROGLU, Kostas. et al. Science and technology in the European periphery: some historiographical reflections. In: **History of Science**, XLVI, 2008.
- GONÇALVES, Monique de Siqueira. Os caminhos da loucura na segunda metade do século XIX, no Rio de Janeiro. **Anais do III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental**. IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental Pathos: violência e poder, Niterói. Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, 2008. In: http://www.fundamentalpsychopathology.org/8_cong_anais/MR_34a.pdf. Consultado em 19/03/2011.
- HALUCH, Aline. **A maçã: manifestações de design no início do século XX**. Dissertação (mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de artes & design, 2002.
- HANSEN, João Adolfo. Sermões do Padre Antônio Viera. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil – Um banquete no Trópico**. São Paulo, Editora Senac, 4ª Edição, 1999, pp. 23-55.
- HELLER, Bárbara. Do Cesto de Costuras À Mídia Impressa. Análise da participação de mulheres na imprensa feminina paulistana *Revista Feminina* (1914/1936)”. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG ,
2003 pp. 1-10. In:
http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP04_heller.pdf.
Consultado em 19/02/2013.

- História do salário Mínimo. **Portal São Francisco.** In:
<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-do-salario-minimo/historia-do-salario-minimo-2.php>. Consultado em 25/09/2012.
- HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. **Revista História Ciência, Saúde Manguinhos.** 1998, vol.5, suppl., pp. 217-235.
- HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. **Revista Ciência, Saúde Coletiva.** 2011, vol.16, n.2, pp. 375-386.
- KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina & COSTA, Maria Conceição da. Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional. **Sociologias.** 2009, n.22, pp. 314-351
- LAUDARES, Maria Thereza. **Ele é um clássico:** a história do tailleur. Finíssimo - Brasília na Moda. 2010. In: <http://finissimo.com.br/etiqueta/2010/05/12/ele-e-um-classico-a-historia-do-tailleur-parte-3/>. Consultado em 18/02/2013.
- LAVEDAN , Pierre. **Histoire de Paris.** Paris: Presses Universitaires de France , 1967.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. **Das maravilhas e prodígios sexuais:** a pornografia ‘bizarra’ como entretenimento. São Paulo. Annablume, 2006.
- LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são. Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Revista Ciência, Saúde Coletiva.** 2000, vol.5, n.2, pp. 313-332.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, Revista Feminina. A Imprensa Feminina no Brasil. **Projeto História,** São Paulo, n.35, 2007, pp. 221-240.
- MACHADO, Roberto. et al. **Danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. RJ: Edições Graal, 1978.
- MAI, Denise Lílian. **Boletim de Eugenia (1929-1931): um estudo sobre forças educativas no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Maringá: 1999.
- MALUF, Marina, MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 367-422.
- MALUF, Marina, MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 367-422.
- MANCILHA, Virgínia M. N. Nas páginas da Revista Feminina: a imprensa como espaço de visibilidade e atuação feminina (1920-1930). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011** In: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312371475_ARQUIVO_Virginia_Mancilha-anpuh.pdf. Consultado em 09/01/2013
- MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia.** São Paulo: Ática, 1987.
- MESSAS, Guilherme Peres. O espírito das leis e as leis do espírito: a evolução do pensamento legislativo brasileiro em saúde mental. **Revista História Ciência, Saúde Manguinhos.** 2008, vol.15, n.1, pp. 65-98.
- MOURA, Renata Heller de & BOARINI, Maria Lucia. A saúde da família sob as lentes da higiene mental. **Revista História Ciência, Saúde Manguinhos.** 2012, vol.19, n.1, pp. 217-235.
- MUÑOZ, Pedro Felipe Neves de. **Degeneração atípica:** uma incursão ao arquivo de Elza. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo

- Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.
- NEVEU, E. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- ODA, A. M. G. R.; PICCININI, W. Dos males que acompanham o progresso do Brasil: a psiquiatria comparada de Juliano Moreira e colaboradores. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 788-793, dez. 2005. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org/art/v08_04/historia.pdf>. Consultado em 08/02/2011.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo & DALGALARRONDO, Paulo. A paranóia segundo Juliano Moreira e Afrânio Peixoto. **Rev. Psicopatologia Fundamental**, v. 4, n. 2, p. 125-133, jun. 2001.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo & DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 2000, vol.22, n.4, pp. 178-179.
- PAULA, Richard Negreiros de. **Paciente duplicado: psiquiatria e justiça no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1890 e 1910**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.
- PERROT, Michelle. “Escrever uma história das Mulheres: relato de uma experiência. Dossiê: História das Mulheres no Ocidente. **Cadernos Pagu**, n.4, 1995, pp. 9-28.
- PICANÇO, Macário de Lemos. **Humberto de Campos**. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.
- Projeto Memória. **Oswaldo Cruz: o médico do Brasil**. In: <http://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/index.html>. Consultado em 09/04/2012.
- Psiquiatria on-line. **Gustavo Kohler Riedel**. In: <http://www.polbr.med.br/ano08/wal0208.php>. Consultado em 9/04/12.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil 1890-1930. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- REIS, José Roberto Franco. Degenerando em barbárie: a hora e a vez do eugenismo radical. In: Boarini, Maria Lúcia (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: EdUEM. 2003, pp.185-216.
- REMÉDIOS, Maria José Lago dos. **Ana de Castro Osório e a construção da grande aliança entre os Povos: dois manuais da escritora portuguesa adaptados no Brasil**. pp.1-10 In: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/109_maria_jose.pdf. Consultado em 03/01/2013
- RESENDE, H. Política de Saúde Mental no Brasil: uma visão histórica. In: COSTA, N.R. e TUNDIS, S.A. (org.) **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987, pp.16-69.
- Revista da Vacina**. Ministério da Saúde. Centro Cultural da Saúde. In: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/personas/cruz.html>. Consultado em 23/07/2012.
- Revista Veja**. “E as revistas que fizeram história”, 22 de junho de 2010. In: <http://pt.scribd.com/doc/35303004/Revista-Veja-Revistas-que-fizeram-historia-22-06-2010>. Consultado em 27/12/2011.
- RIBEIRO, Daniele Corrêa. **Loucos, Famílias e Instituições Psiquiátricas no Rio De Janeiro (O Hospício de Pedro II, 1883-1889)**. In: http://www.coc.fiocruz.br/jornada/images/Anais_Eletronico/daniele_ribeiro.pdf. Consultado em 14/04/2012.
- ROCHA, ALEXANDRE CAROLI. **O caso Humberto de Campos: autoria literária e**

- mediunidade.** Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2008. In: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/R_autores/ROCHA_Alexandre_Caroli_tit_O_caso_Humberto_de_Campos.pdf. Consultado 14/05/2013.
- ROCHA, Simone. **A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933.** In: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq13/11%20a_educacao_cp13.pdf. Consultado em 02/01/2013
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo. Círculo do Livro, Editora Best Seller, 1999. In: <http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>. Consultado em 11/09/2012.
- SANTOS, Alessandra Rosa. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933).** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-37).** Tese de doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense/UFF, Rio de Janeiro, 2008
- SCHEIBE, Roberta. **A crônica e seus diferentes estilos na obra de Humberto de Campos.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2006.
- SCHEIBE, Roberta. Sob o véu da imaginação: O humor e a ironia nas crônicas de Humberto de Campos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação **VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul** – Passo Fundo – RS. In: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0077-1.pdf>. Consultado em 10/02/2013.
- SCOTT, Joan Wallach. “Prefácio a Gender and Politics of History” In: **Cadernos pagu:** desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1994, v.3, pp.11-27.
- SERPA, Leoní. **A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945).** Passo Fundo, RS, Dissertação de mestrado Universidade de Passo Fundo. 2003.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina.** Rio de Janeiro: Cosac-Naif, 2010.
- SILVA, André Luis S. & GOELLNER, Silvana Vilodre. “Sedentárias” E Coquettes à Margem: corpos e feminilidades desviantes na obra de Renato Kehl. **Revista Pensar a Prática.** v. 11, n. 3 (2008). In: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/4865/4772>. Consultado em 11/12/2012.
- SKINNER, Quentin. Hobbes e a teoria clássica do riso. Rio Grande do Sul. Coleção Aldus. Editora Unisinos, 2002.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Amor, Casamento, Desquite e Sangue: Caminhos da Conjugalidade No Brasil através das páginas da Revista Feminina. **Anais do XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio.** Rio de Janeiro, 2012, pp. 1-10. In: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338402486_ARQUIVO_A_NPUH-RJTrabalhoCompleto.pdf. Consultado em 14/01/2013.
- SOHIET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937.** Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF- Universidade Federal Fluminense, 1974.
- SOHIET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz.** Florianópolis/Santa Cruz. Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

- SONTAG, Suzan. **Illness as metaphor**. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1977.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras**. In: http://www.bioeticaefecrista.med.br/textos/eugenia%20no%20brasil_ciencia%20e%20pensamento%20social.pdf. Consultado em 15/10/2012.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica Como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na Trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.
- STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia**. Raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.
- STEPAN, Nancy. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: Hochman, G. & Armus, D. **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio: Editora Fiocruz, 2004.
- TOMES, Nancy. The private side of public health: Sanitary science, domestic hygiene, and the germ theory, 1870-1900. **Bulletin of the History of Medicine**, v. 64, n. 4, p. 509-539, 1990.
- VELLOSO, Mônica. A Modernidade Carioca em sua vertente Humorística. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16. 1995. pp. 269-278.
- VENANCIO, Ana Teresa A. Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira. **Physis**. 2004, vol.14, n.2, pp. 283-305.
- WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.263-288.